

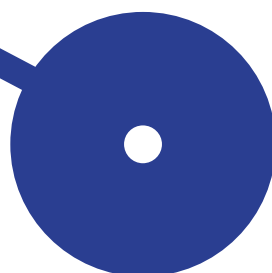
M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E
EDUCAÇÃO DE ADULTOS

"Quem eu fui e que posso vir a ser" – A humanização nas relações e nos cuidados numa ERPI

Orlanda Eufémia Martins Barros

12/2022



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Orlanda Eufémia Martins Barros

“Quem eu fui e o que posso vir a ser!!” – A humanização nas relações e nos cuidados – Projeto de intervenção numa ERPI

Relatório de Projeto

Mestrado em Educação e Intervenção Social- Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos

Orientação: Prof.^a Doutora Ivaneide Mendes

Porto, dezembro de 2022

“Cântico Negro”

*“Vem por aqui” – dizem-me alguns com olhos doces,
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: “vem por aqui”!
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos meus olhos, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...*

*A minha glória é esta:
Criar desumanidade!
Não acompanhar ninguém.
—Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
Com que rasguei o ventre a minha Mãe.*

*Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...*

.....

*Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: “vem por aqui”!
A minha vida é um vendaval que se soltou.
É uma onda que se alevantou.
É um átomo a mais que se animou...
Não sei para onde vou,
Não sei para onde vou
—Sei que não vou por aí!*

(Régio, 1955, p. 108-110)

José Régio

AGRADECIMENTOS

Neste percurso foram determinantes as pessoas e os espaços que me fizeram acreditar em trilhar caminhos diferentes.

Às pessoas idosas, desde muito cedo se disponibilizaram ao diálogo e se permitiram a ver com outros olhares a realidade.

Às pessoas que estiveram ao meu lado como colegas de trabalho. Neste espaço saliento a total disponibilidade e apoio da diretora técnica da resposta da ERPI, assim como a todas as mulheres trabalhadoras pela confiança e disponibilidade, no dia-a-dia no seu trabalho árduo de “banda larga”. Um apresso especial à diretora da IPSS pela disponibilidade, apoio e pelo abraço amigo nos momentos mais difíceis.

Às pessoas do espaço académico. Com especial relevo e forte admiração pela minha orientadora, Professora Doutora Ivaneide Mendes, pela sua presença, apoio e capacidade de trabalho. À equipa de docentes da Escola Superior de Educação pelas desinquietações nos Espaços de partilhas, tanto nas aprendizagens coletivas como e individuais.

Ao meu *espaço família*, que é o meu ninho de repouso e ancora que me norteia. Ao meu filho Afonso de olhos meigos, pelo tempo que me permitiu estar longe neste “caminho solitário”. Ao meu filho Júlio de voz discreta, de palavras de luz em tempos de angústias e de exemplo pela determinação. A mãe Carolina, avó dedicada e mãe de abraço caloroso nos momentos de agitação. Ao meu companheiro Soares que tanto admiro, pela presença forte, determinada e de total apoio, no trilhar de um novo caminho de “lado a lado”.

Um meu muito abrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo percorrer um projeto de Educação e Intervenção Social, numa coconstrução com pessoas idosas e colaboradores num contexto de uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI). Um projeto que visionou: potenciar a humanização pelas relações interpessoais, privilegiando o resgate das histórias de vida e as narrativas biográficas para um apoio na (re)construção identitária; possibilitar a autodescoberta, tendo por base a visão do ser humano capaz de se olhar e olhar o coletivo, de forma crítica e informada e capaz de intervir. Através da Educação de Adultos e de uma visão de envelhecimento bem-sucedido construiu possibilidades de ações de envolvimento, decisão e negociação, visando a (re)significação do tempo de ócio e/ou tempo de vida, com pessoas institucionalizadas.

Tendo como pressuposto metodológico o paradigma sócio-crítico, através da metodologia Investigação-Ação Participativa, foi possível ter a perceção de alguns problemas e necessidades, assim como indagar estratégias potenciadoras e geradoras de mudança da própria realidade social, sendo possível desenhar e desenvolver um projeto participado por todos designado por: "Quem eu era e o que posso vir a ser", cujo propósito era melhorar as relações interpessoais entre os residentes da ERPI fomentando a ocupação do tempo de ócio de acordo com o interesse e identidade pessoal de cada individuo. Conclui-se que as diferentes ações permitiram a evolução das relações interpessoais; possibilitou a criação de espaços de troca de saberes entre os residentes e com a comunidade educativa, assim como uma maior participação e intervenção com as pessoas idosas com maior dependência.

Palavras-chave: Pessoas idosas; Envelhecimento bem-sucedido; Histórias de vida; Grupos de discussão; Trabalhadores das IPSS

ABSTRACT

The present work aims to run an Education and Social Intervention project, in a co-construction with elderly people and employees in a context of a Residential Structure for the Elderly (ERPI).

A project that envisioned: enhancing humanization through interpersonal relationships, privileging the rescue of life stories and biographical narratives for support in the (re) construction of identity; enabling self-discovery, Based on the vision of the human being able to look and look at the collective, critically and informed and able to intervene. Through Adult Education and a vision of "successful aging" built possibilities for actions of involvement, decision and negotiation, aiming at the (re)meaning of leisure time and/ or life time, with institutionalized people.

Having as methodological assumption the social-critical paradigm, through the methodology Research-Participatory Action, it was possible to have the perception of some problems and needs, as well as to investigate strategies that potentiate and generate change in the social reality itself, it is possible to design and develop a participatory project by all, called: "Who I was and what I might become", whose purpose was to improve interpersonal relationships between ERPI residents by fostering the occupation of leisure time according to the interest and personal identity of each individual. It is concluded that the different actions allowed the evolution of interpersonal relationships; it enabled the creation of spaces for exchange of knowledge between residents and the educational community, as well as greater participation and intervention with older people with greater dependence.

Keywords: Elderly; Successful aging; Life stories; Discussion groups; IPSS workers

LISTA DE SIGLAS

ACT – Atividade

AVDS – Atividades de Vida Diária

D.T – Diretora Técnica

ERPI – Estrutura Residencial para Idosos

E.S – Educação Social

H. O – História Oral

H.V – História de Vida

ISS – Instituto da Segurança Social

IAP– Investigação– Ação Participativa

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

NOTAS PRÉVIAS – O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO: A FRONTEIRA ENTRE O TRABALHO SOCIAL E O INVESTIGADOR

De acordo com meu percurso profissional, enquanto técnico de educação social anterior à crise pandémica de 2020, pertencia ao quadro dos profissionais que trabalhavam na ERPI da IPSS onde decorreu o presente estudo. Resolvi aprofundar sobre a terceira idade uma vez que me deparei com uma nova contingência de trabalho, que envolvia estar mais tempo com este grupo de pessoas. O tempo de afetação anterior à crise pandémica era equivalente a três períodos semanais correspondente a oito horas, em que o plano de atividades sociocultural, no qual exerço as minhas funções, era dividido entre o professor de música, técnica de educação e a professora de ginástica. Neste sentido, a finalidade de voltar a estudar, seria aliar à minha intervenção com as pessoas à investigação, numa perspetiva de questionamento e reflexão da ação que vinha a ser desenvolvida.

A opção de voltar ao contexto académico aleava-se à minha inquietação, como algo sincrónico. Há medida que acrescentava experiência do contacto com pessoas idosas, ao meu percurso profissional e pessoal, resultado do trabalho social que desenvolvia na ERPI (desde 2019), começo a pensar na Educação Comunitária e Educação como prioritária no meu universo de intervenção, despertando em mim a necessidade de uma evolução de ferramentas e estratégias adquiridas pelo enriquecimento académico. O retorno a vida académica permitiu-me uma releitura das “coisas”, passei a compreender melhor o significado de determinados fenómenos que iam surgindo no contacto com as pessoas.

Enquanto trabalhador social, a intervenção com o coletivo, numa ação pela educação assente na relação, na proximidade e na reciprocidade, por meio do diálogo e da negociação, estiveram desde muito cedo presentes no meu percurso. O contexto familiar, as opções pessoais, profissionais e académicas, preencheram o meu capital cultural, a minha identidade, onde, atrevendo-me a dizer que a constante sede de observar, questionar e agir são marcas do meu ADN pessoal. Desta forma, estavam reunidas as condições para voltar novamente a estudar, desta vez, sobre a temática do Envelhecimento e a terceira idade, após o desafio profissional lançado pela direção pedagógica da IPSS, em plena crise

pandémica, onde me foi proposto estar mais tempo com as pessoas idosas na ERPI, num momento em que o educador social seria o único técnico a estar presente no seu dia-a-dia.

Em março de 2020, a crise de saúde pública do COVID-19 carimba Portugal e também marca um ponto de viragem quer na Estrutura Residencial de Idosos, como todas as respostas sociais que integram a IPSS. De acordo com o plano de contingência da ERPI, onde se viu obrigada a reduzir a entrada de pessoas externas ao serviço para diminuir a possibilidade de contágio, levanta-se a questão: quem ficaria a intervir e acompanhar na dimensão do plano de atividades? A direção pedagógica definiu que a opção do técnico de educação social seria o mais sensato e ajustado à situação, de acordo com as ações que estavam a ser desenvolvidas com as pessoas idosas. Referiu e justificou a direção pedagógica, salientando ser o mais adaptado à situação de isolamento quer do exterior como das famílias. O desafio tinha iniciado.

Somava-se este desafio o anovelado de emoções em tempos pandémicos, pois havia pessoas idosas bastante doentes, outras que não aguentaram e faleceram, os colaboradores frágeis e humanamente cansados e uma visão de interrogação sem qualquer deslumbre de voltar à normalidade.

O desafio era sério enquanto pessoa e profissional, no entanto existia duas perspetivas. Por um lado, imperava a urgência de reformular os objetivos de ação com pessoas que estiveram em isolamento, ou seja, com todos os atores sociais que viviam e se superavam diariamente ao nível pessoal e profissional, pois havia a exigência de repensar como agir com o desconfinar e sair novamente dos quartos para os espaços comuns de convívio e lazer confrontando com os medos, dúvidas e fragilidades de saúde. Por outro lado, com a ausência dos outros três profissionais responsáveis pelo Plano Sociocultural, de que forma seria possível “construir” com as pessoas o plano de atividades? Estava lançado o desafio de construção de um projeto participado, comprometido e de total decisão pelos atores sociais (idosos e cuidadores formais). As questões surgiam em catadupa: (1) Como estariam as pessoas emotivamente? ; (2) Estavam disponíveis para uma maior presença de minha parte?; (3) De que forma poderia minimizar a falta de presença dos outros profissionais (professor de ginástica; professor de música; Técnico superior de Educação)?

Pelo contacto anterior ao período pandémico, já percecionava a necessidade de uma ação socioeducativa diferente. Neste sentido, seria necessário a reflexão com as pessoas e ouvir as diferentes perceções sobre as opções de viver o seu tempo de vida na ERPI, ou dar um novo sentido à vida, porque de acordo com Neto (2012., p.56) “A práxis do educador social permite descristianizar e desfetichizar conceitos que afastam do contato com o outro e com a realidade. Ela propicia as condições para melhor compreensão do processo educacional, recria categorias analíticas e contribui para a construção do conhecimento.”

Desta forma, consideramos necessário reconhecer a educação como estratégia e condição fundamental para a humanização, assumindo o compromisso ético do educador social com a exigência da condição humana (Neto, 2012).

Hoje considero que o mês de março de 2020, foi um período de obstáculos que converti em desafios. Assim como concluí que era o momento de terminar um percurso iniciado, após a pós-graduação na ESE em 2011. Era o momento de voltar a estudar e aprofundar conhecimentos e neste sentido, desafiar-me e propor-me a investigar sobre um tema que começara a inquietar-me já há algum tempo: “como é viver a velhice numa ERPI”? Como profissional surgia inquietação qual o papel a desempenhar. Por um lado, a função de educador social nas suas atribuições, e por outro, o papel de investigador. No decorrer do processo do presente trabalho, concluí que um papel não se pode desassociar um do outro. Neste sentido, a função de educador e investigador estiveram de mãos dadas, num caminho a percorrer de descobertas e reflexões. Defendemos que para uma intervenção inovadora, renovada e libertadora o processo de investigar não tem um término, mas uma constante continuidade de evolução para uma utopia na ação.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	V
LISTA DE SIGLAS.....	VI
NOTAS PRÉVIAS – O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO: A FRONTEIRA ENTRE O TRABALHOR SOCIAL E O INVESTIGADOR.....	VII
ÍNDICE.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO – METODOLOGICO.....	5
1. ENVELHECIMENTO HUMANO & QUALIDADE DE VIDA.....	5
1.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE.....	9
1.2 ENVELHECER BEM NA TERCEIRA E QUARTA IDADE.....	16
1.2.1 ENVELHECIMENTO BEM-SUCEDIDO NAS PESSOAS MUITO IDOSAS.....	17
1.3 ENVELHECIMENTO CONTEMPORÂNEO: NOVOS DESAFIOS.....	19
2. TRABALHADORES/AS DO TERCEIRO SETOR: LONGE DOS OLHOS E DO CORAÇÃO	23
3. AS METODOLOGIAS DE PROJETO- INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA.....	27
PARTE II – O PROJETO: “QUEM FUI E O QUE POSSO VIR A SER!...”.....	31
1. CONHECER PARA MUDAR, UM CAMINHO COLETIVO.....	31
1.1 VIVER NUMA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS – SINGULARIDADES E DESAFIOS.....	34
1.1.1 O GRUPO E A SUA IMPORTÂNCIA QUANDO SE VIVE NUMA “CASA IGUAL”.....	39
1.2 OS SUJEITOS DESTE PERCURSO DE (RE)CONSTRUÇÃO NO COLETIVO.....	42
2. PLANIFICAÇÃO DE PROJETO.....	60
3. DESENHO DO PROJETO.....	61
3.1. FINALIDADE DO PROJETO.....	62
3.2. OBJETIVOS.....	62
3.3. AÇÕES, ATIVIDADES E ESTRATÉGIA.....	63

4. DESENVOLVIMENTO DE PROJETO.....	66
4.1. AÇÃO SOCIOEDUCATIVA- “SABER MAIS ALÉM”	67
4.2. AÇÃO SOCIOCULTURAL” REVIVER E CONHECER”	71
4.3. AÇÃO PSICOSSOCIAL – ESPAÇO MEU.....	75
5. AVALIAÇÃO DO PROJETO	77
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES.....	89
APÊNDICE A – AS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO.....	90
1. HISTÓRIA DE VIDA E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS- TÉCNICAS QUE FUNDEM A CIÊNCIA MODERNA	90
2. GRUPOS DE DISCUSSÃO & REUNIÕES DE GRUPO	95
APÊNDICE B – PLANO DE SESSÃO.....	103
APÊNDICE C – AS AÇÕES E ATIVIDADES.....	104
.....	105
.....	106

INTRODUÇÃO

“O envelhecimento constitui um dos principais problemas do século XXI, transformando as sociedades mais desenvolvidas em sociedades envelhecidas” (Oliveira, 2014, p. 1). De acordo com a afirmação, consideramos, não obstante do comprovado estatisticamente, que o aumento da longevidade significa o desenvolvimento das sociedades, o que nos leva a não concordamos que o envelhecimento da população seja visto como um problema e sim como um desafio porque a longevidade é sinónimo de mais tempo de vida. Entendemos que longevidade possui um duplo desafio, se por um lado viver mais tempo é um bom presságio, por outro interroga-nos o que fazer com esse tempo conquistado, com que qualidade de vida pretendemos viver a nossa velhice. Não obstante, o envelhecimento da população exige urgentemente às estruturas sociopolíticas investimentos e ações concertadas deste modo a longevidade poderá ser encarada como um desafio social a resolver.

Neste sentido consideramos urgente a necessidade de trazer para a investigação, como para a discussão científica, a temática do envelhecimento da população como forma de apontar soluções, potencialidades e descortinar contextos futuros. É imperativo pensar o lugar dos idosos na sociedade contemporânea com novas formas de viver a velhice, novos valores, novos modelos familiares, as novas profissões emergentes na área social e a reflexão sobre a complexidade das ofertas e serviços para a população idosa. Deveríamos apontar para a necessidade de novas políticas públicas ao mesmo tempo que se contraria uma visão idadista e gerontista de uma sociedade marcada pelo valor da utilidade para o trabalho.

Com este projeto de investigação pretendemos, auxiliados com o suporte literário sobre o envelhecer e qualidade de vida na velhice, descrever um projeto de intervenção social num contexto de uma Estrutura Residencial para Idosos, projeto este realizado com um grupo de 18 pessoas residentes e os trabalhadores desta estrutura. Foi pretensão experienciar e apontar novas formas de perceber e viver o tempo de ócio numa ERPI.

Quanto a estrutura deste relatório, este foi dividido em duas partes. A primeira diz respeito ao enquadramento teórico-metodológico e a segunda parte pretendeu descrever as diferentes etapas da construção do projeto de ação.

Na primeira parte, o primeiro ponto intitula-se “Envelhecimento Humano & Qualidade de Vida”, onde poderá ser lido o que revela os diversos autores acerca da construção social da velhice; envelhecimento; longevidade, numa pequena retrospectiva histórica. Este ponto refere também, diferentes pontos de vista dos investigadores sobre os requisitos sociais e pessoais para um envelhecimento ativo, bem como, para um envelhecimento bem-sucedido nas pessoas idosas e muito idosas (octogenárias, nonagenárias e centenárias). Este foi um dos pontos de maior inquietação, perceber a partir do conhecimento já existente, o que se entende por envelhecer bem na terceira e quarta idade e os fatores potenciadores, uma vez que o grupo de trabalho deste projeto, a média de idades foi de 85 anos. Construir um projeto de ação coconstruído com pessoas octogenárias, nonagenárias e uma pessoa centenária foi um desafio da “utopia possível”.

No segundo ponto, indaga sobre as políticas laborais do terceiro setor, uma vez que a ERPI do presente projeto, integra uma IPSS com mais de 35 anos de existência e com um quadro 100 colaboradores com diferentes categorias profissionais e contratos de trabalho.

No terceiro ponto refere-se à Investigação nas ciências sociais, salientado o enquadramento metodológico do projeto, este, de investigação-ação participativa (IAP), assim como as técnicas mais predominantes, para um maior e melhor envolvimento e participação de cada pessoa residente, respeitando a individualidade e as histórias de vida dos participantes, bem como os meios comunicacionais potenciados para uma melhor interlocução com todos os agentes sociais. Na segunda parte, será apresentado as diferentes etapas da construção do projeto “Quem eu fui e posso vir a ser”. A descrição da análise da realidade, como o contexto, as pessoas, os problemas e as potencialidades, percecionados pelos diferentes atores sociais, até ao desenho das ações e atividades para a utópica mudança da realidade atual. Descreve a avaliação do trajeto percorrido, assim como as conclusões finais debruçadas sob os objetivos e a finalidade inicial.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO – METODOLOGICO

1. ENVELHECIMENTO HUMANO & QUALIDADE DE VIDA

“Não existem soluções prontas. Existem forças em marcha.

Monitorando essas forças, as soluções acontecem.”

(Henry Ford, 1999, p. 41)

“Nos próximos 50 anos, Portugal poderá continuar com cerca de 10 milhões de residentes, mas manter-se-á a tendência de envelhecimento demográfico, projetando-se que em 2060 residam no território nacional cerca de 3 idosos por cada jovem” (INE, 2009, p.4). De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nas projeções relativas à população residente em Portugal, entre 2008–2060, emerge inquietações em sintonia com desafios para todos nós. Consideramos implícita a necessidade de trazer, quer para a investigação como para a discussão científica, a temática do envelhecimento da população como forma de apontar soluções, potencialidades e descortinar contextos futuros, que contribuam para a igualdade de apoios e respostas inclusivas para a pessoa idosa.

O envelhecimento da população está a acontecer em todas as regiões do mundo. A extensão da longevidade é distinta de acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento dos países. Neste sentido “O aumento da longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade” (Relatório Envelhecimento do Século XXI, 2012, p. 3). Viver mais está diretamente relacionado com as conquistas para uma boa saúde nutricional, melhores condições sanitárias, avanços da medicina e apoios profiláticos nos cuidados de saúde, bem como num maior bem-estar económico.

Em Portugal, tal como é referido por Carrilho e Gonçalves “Perante esta realidade, irrefutável, as recomendações internacionais apontam para encarar o envelhecimento das sociedades como um desafio e uma oportunidade.” “(...) Paralelamente, e como medidas para a inclusão social, destaca-se a importância para a integração das pessoas idosas no

seio da família, constituindo um intercâmbio de forças e potencialidades favorável a todas as partes. No entanto, já em 2001, cerca de 57 mil pessoas idosas encontravam-se institucionalizadas (...) "(...) representando quase 4% da população idosa total" (Carrilho & Gonçalves 2007, p.36).

Vale referir que envelhecer em Portugal não é igual para todos. Para além das implicações relacionadas com a posse ou a falta de recursos económicos, diz-nos os mesmos autores, a localização geográfica pode potenciar situações de abandono e conseqüentemente de exclusão social, ou seja, a população portuguesa continua a envelhecer, mas o ritmo é diferente nas várias regiões. Questões que remetem para o debate sobre as medidas sociais de intervenção nos meios rurais, "longe dos centros urbanos". Quais as infraestruturas necessárias que promovam ações sociais, culturais e educativas facilitadoras da inclusão e promoção de uma longevidade com qualidade e igualdade de oportunidades na terceira e quarta etapa de vida? A propósito, os mesmos autores, referem que em 2050, as assimetrias serão mais notórias: "(...) quando se compara a um nível geográfico mais fino ficam bem evidentes as assimetrias regionais, constatando-se também que o processo do envelhecimento demográfico será uma realidade em todas as regiões e sub-regiões" (Carrilho & Gonçalves, 2007, p. 28).

Os desafios, as oportunidades, a redefinição e a projeção de futuras medidas macro e micro político-sociais, são temáticas inadiáveis para uma reflexão e discussão pública. Consideramos fundamental que todos, novos e mais velhos, pensem, projetem e visionem o "seu futuro", numa preceptiva de construção do envelhecer, refletindo e agindo no sentido de perceber: qual o papel escolhido para si mesmo; qual o papel social e familiar desejado para a etapa da velhice.

Considerando que a definição de qualidade de vida pela OMS diz respeito "a percepção que o indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações." Neste sentido, nas diferentes etapas do desenvolvimento humano, podemos afirmar que a qualidade de vida está relacionada com a satisfação do indivíduo relativamente à sua vida quotidiana.

Qualidade de vida e velhice são dois conceitos que devem e poderão estar interligados. No entanto, o conceito de velhice poderá influenciar a desejada qualidade de vida nesta etapa do desenvolvimento humano.

O que se entende por velhice? O que será a velhice cronológica? Estas são interpelações referidas por Araújo (2008). A autora refere que o termo velhice, visto como fase de vida, é uma construção que criamos sobre essa “realidade”, legitimando-a como um grupo. Afirma que a pessoa idosa, ao confronta-se com este condicionamento, irá demarcar a sua forma de estar em sociedade, em comunidade e consigo mesma nas opções que toma. Poderá afirmar-se que envelhecer bem relaciona-se com a perspectiva de uma visão holística sobre indivíduo.

Qualidade de vida é o que todos pretendemos ao longo do desenvolvimento e envelhecimento humano, no entanto a Literatura sugere diferentes condicionantes à qualidade de vida durante o envelhecimento.

A OMS, sobre o Envelhecimento no âmbito da II Assembleia Mundial promovida pelas Nações Unidas, refere o conceito de envelhecimento ativo como um pilar para a sustentabilidade do crescimento da população idosa, como resolução para uma melhor resposta da sociedade: Reforça, desta forma, que uma boa saúde tornar-se-á condição essencial para que as pessoas idosas possam manter-se independentes e continuar a viver com as famílias, na comunidade.

Corroborar Paúl, (2017) que “o envelhecimento ativo se define como um processo de otimização de oportunidades para a saúde, participação e segurança. Logo, os pilares que suportam este conceito são a participação social, a saúde e a segurança” (Paúl, 2017, p. 276). A designação “ativo” não se refere “(..) apenas à capacidade de estar fisicamente enérgico, refere-se sim ao envolvimento contínuo dos idosos nas questões sociais, económicas, espirituais, culturais e cívicas” (Vallespir, Morey, 2007, como citado em Lopes, 2007, p. 1).

No entanto, para envelhecer bem, conforme Paúl (2017) e Lopes (2007), não obstante da influência dos fatores externo ao indivíduo, é fundamental que este se disponibilize,

conscientize e deseje trilhar um caminho para a desejada qualidade de vida na etapa da velhice.

Neste sentido, Fonseca (2005) defende que a possibilidade de envelhecer com sucesso” (...) numa perspetiva global, valorizando os seus aspetos psicológicos e sociais, “não cai do céu, é preciso desejá-lo, planeá-lo, fazer esforço para o alcançar” (Fonseca, 2005, como citado em Lopes, 2007, p 1). Neste sentido Lopes (2007) salienta que envelhecer é cada vez mais um desafio, este para quem envelhece, mas também para quem apoia o envelhecimento.

Não obstante, Paúl (2007) aponta também a cultura e o género, elementos determinantes para um envelhecimento ativo. “(...) a cultura é uma arma fundamental na adaptação ao envelhecimento, que não só nos ajuda a compreendê-lo, como nos ajuda a compensar os declínios que lhe estão associados (Ribeiro e Paúl, 2011). Anos mais tarde, em outra obra, a mesma autora (Paúl, 2017, p. 277) reforça ainda que “(...) as características do individuo, as variáveis comportamentais, económicas, do meio físico e do meio social e ainda a saúde, como os serviços sociais, são determinantes. Lima, A., Silva, H. e Galhardoni, R. (2008), acrescentam a estes pilares, a perceção dos próprios idosos, também como fundamental para uma experiência de envelhecimento bem-sucedido:

As literaturas sugerem que a experiência do envelhecimento bem-sucedido valoriza a perceção dos próprios idosos, protagonistas de intervenções e dotados de julgamentos sobre bem-estar e qualidade de vida. Mesmo na presença de comorbilidades e diminuição da funcionalidade é possível identificar idosos que referem altos níveis de satisfação e boa qualidade de vida. (p. 785)

Esta observação torna claro a possibilidade de diferentes perceções que o individuo poderá ter em relação à sua condição. Perceções estas, que poderão estar relacionadas com estratégias que o próprio poderá usar consciente ou inconscientemente ao encarar o seu percurso de envelhecer.

Defendemos que a Educação Social terá um papel a desempenhar, pela sua ação educativa, crítica e utópica, no apoio e colaboração com as pessoas idosas para a construção e concretização de uma velhice com qualidade de vida. Acreditando na possibilidade de um envelhecimento ativo, planeado e vivido com plenitude na individualidade, mesmo em situações de institucionalização.

Neste sentido, o presente projeto de investigação, propõem-se com as pessoas idosas institucionalizadas potenciar a reflexão crítica, de autodescoberta e de constante redefinição de objetivos de vida, otimizando um envelhecimento ativo de acordo com as suas ambições.

Compete de igual forma à Educação Social pela sua intervenção, sensibilizar e conscientizar para uma cultura organizacional assente em pilares de humanismo, humanidade e de respeito à individualidade. Para isso, propor cuidados e ações, que transmitam às pessoas residentes, conforto, liberdade, segurança e apoio. Refutando a visão negativista da institucionalização como o fim de alguma coisa, para que a pessoa idosa e os atores sociais, conduzam à redescoberta de talentos e gostos pessoais, a adaptação a diferentes condicionantes, na procura de prazeres no seu tempo de vida, e este, seja um tempo com significado e qualidade.

1.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE

Numa retrospectiva à Antiguidade, consideramos que aspetos “herdados” em diferentes épocas, poderão ser marcos que influenciaram a atual visão do envelhecimento, da velhice e de ser “velho”. O conceito de velhice, ao longo das diferentes épocas históricas apontam para uma construção social e cultural do seu estatuto: “A figura social e cultural da velhice tem sido diferentemente construída ao longo das diversas épocas sócio históricas” (Dias, 2017, p.251).

Consideramos que cooperar para a construção de um novo paradigma de velhice é um trabalho difícil pela sua herança histórica, pois, superar a ênfase da condição biológica como sendo o único elemento de caracterização da pessoa idosa, e olhá-la como uma pessoa que tem potencial a trilhar numa diferente etapa de vida, requer ultrapassar conceitos herdados de geração em geração. Segundo estudos etnográficos, o papel da pessoa idosa ao longo da história transforma-se a partir das necessidades de cada sociedade. Simone de Beauvoir (1990), no seu ensaio sobre a velhice refere, no capítulo dedicado ao estudo sobre a velhice, que tido nas sociedades históricas, como uma tarefa difícil, pois “os documentos de que dispomos só raramente fazem alusão a esse assunto (...)” (Beauvoir, 1990, p.109). Acresce a autora, que a imagem da velhice, ao longo dos tempos, desde a mitologia, à literatura e à

iconografia destaca-se uma certa imagem da velhice como incerta, confusa e contraditória (Beauvoir, 1990).

Beauvoir na sua obra reporta o seu estudo à velhice às sociedades ocidentais, no entanto, refere que “uma exceção, entretanto, se impõe: a China, em virtude da condição singularmente privilegiada que esta nação proporciona aos velhos” (p. 112). Neste sentido a imagem da velhice ao longo da história é variável de acordo com os tempos e os lugares. Afirma a autora que em compensação, no ocidente, um texto que se encontra no Egito dedicado à velhice traça um quadro sombrio, este, foi escrito em 2500 antes de Cristo por Ptahhotep, filósofo e poeta egípcio:

Como é penoso o fim de um velho! Ele se enfraquece a cada dia; sua vista cansa, seus ouvidos tornam-se surdos; sua força declina; seu coração não tem mais repouso; sua boca torna-se silenciosa e não fala mais. Suas faculdades intelectuais diminuem, e lhe é impossível lembrar-se hoje do que aconteceu ontem. Todos os seus ossos doem. As ocupações que até recentemente causavam prazer só se realizam com dificuldade, e o sentido do paladar desaparece. A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem. O nariz entope, e não se pode mais sentir nenhum odor. (Beauvoir, 1990, p.114)

Essa descrição da pessoa idosa percorre diferentes momentos da história da humanidade. Organicamente na velhice existe, sem dúvida, a diminuição da capacidade funcional e desconsiderar esse processo de envelhecimento do corpo humano, é negar a própria existência do ser humano na Terra. Mas, além disto, o descrédito da noção de experiência diminuiu muito o prestígio da velhice, principalmente na sociedade tecnocrata atual, na qual o conhecimento acumulado pela pessoa idosa não tem valor. Segundo Beauvoir (1990, p.257), quanto mais anos vividos, mais desqualificada é a pessoa, pois “são os valores associados à juventude que são apreciados”.

Na Grécia Antiga, a velhice era encarada como sendo triste, ridícula e pouco valorizada. Em concordância, muitos anos mais tarde, “Na Renascença e até ao final do século XVII é promovido o verdadeiro culto da juventude.” (Dias, 2017, p.251). Por outro lado, no século XVIII a velhice começa a ser vista de outra forma. Com o Iluminismo Francês, começa a ser pensada legislação “no sentido de fazer face às necessidades dos idosos” (Dias, 2017, p.251). Posto isto, percebe-se que à época as pessoas idosas, passam a ser reconhecidas como pessoas “completas”, e por isso elevar-se a necessidade de proteção, deste grupo social.

Ao dialogar sobre o envelhecimento e velhice consideramos importante referir-nos à obra “A Velhice” de Simone de Beauvoir por dois motivos. Por um lado, por abordar o tema de uma forma completa e apresentar uma revisão histórica sobre a velhice, e por outro, consideramos mesmo que estejamos num tempo histórico diferente, existe nesta obra pontos imperativos de reflexão na atual sociedade. Este dá eco ao abandono da fase da velhice pela sociedade em geral e, de acordo com a autora, existe um silêncio da sociedade a este respeito que é preciso romper, em que a autora apela que” (...) urge quebrar esse silêncio: peço aos meus leitores que me ajudem a fazê-lo” (Beauvoir, 1990, p.14). O livro da filósofa traz para a discussão não só o processo natural do ciclo de vida, mas os fatores socioculturais que definem a visão e/ou a imagem que a sociedade tem sobre as pessoas que envelhecem, bem como a relação que esta estabelece com o indivíduo que “entra” na terceira ou quarta idade da vida.

Contextualizando, na segunda metade do século XX, a sociedade tratava os seus velhos como algo indesejável, numa visão de caridade e sem qualquer compromisso e responsabilidade familiar. Parafraseando Correia (2009), a sociedade silenciava-se em torno do processo natural de vida, que é envelhecer, considerando a velhice algo “mau” envolvido pelo estigma de envelhecer, sinónimo de encargos e “falta de produção”.

“O silêncio social em torno da velhice, expresso no abandono e no descaso dessa população, apontava o modo pelo qual a sociedade tratava seus velhos: como um refugio. Essa era uma das faces da velhice, estigmatizada e indesejável, objeto de obras de caridade, confinada em asilos ou na solidão do desamparo familiar e social e preterida no âmbito das políticas públicas. (Correia, 2009, p. 27).

Corroborando Beauvoir (1990), relativamente à atitude da sociedade para com os velhos é ambígua, em que estes não são considerados uma categoria à parte, no entanto “existem livros, publicações, espetáculos, programas de televisão e de rádio destinados às crianças e aos adolescentes; aos velhos, não” (Beauvoir, 1990, p.9). Na atualidade existe uma nova preocupação, no entanto, remete-nos para a reflexão quanto ao rigor e qualidade.

A autora traz para a discussão, outro dos temas que consideramos continuar atual, este está relacionado com a atividade profissional e como a sociedade produtiva trata os

indivíduos que cronologicamente são considerados “velhos”. Beauvoir (1990) refere: “A economia é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa quando produz. Depois, é jogado fora.” (p. 13), continua a sua afirmação e acrescenta um discurso de um antropólogo de Cambridge: “Num mundo em mutação, em que as máquinas têm vida muito curta, não é necessário que os homens sirvam durante em tempo demasiadamente longo. Tudo que ultrapassa 55 anos deve ser descartado como refugo” (Doutor Learch, s/d, como citado em Beauvoir, p. 13). A filósofa alude sobre o que se entende por “refugo”, em que diz que este termo está ligado com a reforma numa visão de “tempo da liberdade e do lazer” (Beauvoir, 1990. 13), no entanto, discorda que seja visto como liberdade, uma vez que à luz do tempo histórico, a sociedade tinha para oferecer, segundo a autora, um nível de vida tão miserável que a expressão “velho e pobre” constituía um pleonasmo, continuando a afirmar que o lazer não abria ao aposentado novas possibilidades, pelo contrário, poderia transformá-lo no “indigente”. Reconhecemos que no século XXI a expressão “velho e pobre” se conjuga no presente em algumas situações, relativamente ao século XX, pois ser velho e pobre, de acordo com os dados públicos, é uma situação que continua atual, uma vez que se encontra principalmente nas meias urbanas pessoas idosas a viver no limiar a pobreza.

Neste tempo presente, consideramos que envelhecer é entendido como algo a camuflar como a retardar. A título de exemplo, somos diariamente estimulados pelos diferentes meios de comunicação e nas relações sociais, desde muito cedo, ainda na infância que se prolonga à etapa adulta, a dissimular aspetos físicos que comprometam a juvenilidade assim como a construção social do corpo. Reiteramos que existe uma continuidade da negação social e pessoal, do processo natural de envelhecer, este que está presente no ciclo natural de vida.

O processo do envelhecimento é complexo em si mesmo. Nascimento faz referência que “O envelhecimento é definido como um processo gradual e multifatorial determinado por fatores genéticos e ambientais (Costa et al, 2016, como citado em Nascimento, 2019, p. 239).

Netto (1996) menciona que “o envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente

relacionados. [...] o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte. (Netto, 1996, p. 3).

Neste sentido, a Organização Mundial de Saúde, por exemplo, considera o processo do envelhecimento um processo individual e único: "O envelhecimento individual é um processo condicionado por fatores biológicos, sociais, económicos, culturais, ambientais e históricos, podendo ser definido como um processo progressivo de mudança biopsicossocial da pessoa durante todo o ciclo de vida". (Estratégia Nacional 2017-2025, p.7)

Nascimento refere que na obra de Beauvoir clarifica ou passa a determinante ideia de que a velhice não é simples e imparcialmente entendida pelos diferentes indivíduos, ela poderá ter diferentes interpretações: "Portanto, o que é velho ou velhice para um pode não ser para outro, além de que a velhice também pode ser percebida de modos diferentes. Assim, uma pessoa pode se considerar velha cronologicamente, mas jovem de espírito, com vontade para viver, com força física (vitalidade), além de desejos e ambições. Enquanto, que outra da mesma idade pode se perceber cansada, acabada, sem perspectivas de vida." (Nascimento, 2021, p. 242) Seguindo esta linha de pensamento, podemos expandir a nossa problemática não só para o parâmetro social, mas ontológico. Como cada indivíduo entende a sua velhice? Não será a velhice mais que cronológica, uma sensação de desconforto, em relação à sua condição mortal em contraste com a prevalência do mundo? Neste sentido, não poderá um jovem sentir velho?

Perceber o que se passa no pensamento do outro em relação ao processo de envelhecer não é tão linear. Existirão aqueles para quem o envelhecer é consciente (eu-idoso) e procuram o envelhecimento saudável. (Hanna; Noelker & Bienvenu, 2015, como citado em nascimento, 2021). Em contramão aqueles que têm muito pouca aceitação para entender os anos de vida com qualidade (eu-velho).

Neste segmento, Nascimento (2021), relativamente a estudos que evidenciam a falta de preparação para o envelhecimento por parte do indivíduo, refere Baars (2010), afirmando que esta falta é prejudicial para o indivíduo como para sociedade. Consideramos, tal como aponta o mesmo autor na mesma obra, há necessidade do indivíduo planejar o seu processo de envelhecimento com o devido tempo e preparação. Esta preparação permite o sujeito compreender o conjunto de alterações biopsicossociais que surgem no processo do envelhecimento humano encarando o seu envelhecimento não como um “fardo”, mas antes, como limitações para as quais é necessário criar condições para uma contínua integração social, superando-as, contribuindo assim, para um envelhecer feliz e harmonioso consigo e com os outros.

Nascimento (2021), destaca que o termo velho foi substituído pela designação de idoso apenas nos últimos 40 anos. Só há quatro décadas, o léxico académico e documentos oficiais foram alterados para “desconstruir” e ultrapassar a conotação negativa que acompanhava o termo. “A troca da nomenclatura é consequência de mudanças socioculturais ocorridas na sociedade contemporânea” (Dardengo & Mafra, 2018, como citado em Nascimento, 2012, p. 240).

A substituição do termo velho e velhice por idoso e envelhecimento tanto em documentos oficiais, como nos meios de comunicação e no meio académico. Com o passar dos anos novas expressões foram criadas para classificar a pessoa idosa como indivíduo da Terceira Idade ou da Melhor Idade”(Schneider & Irigaray, 2008, como citado em nascimento, 2021, p.240).

Consideramos que de acordo com o estudado sobre o tema ao longo da história da humanidade, existe todo um mecanismo de preconceitos pela “palavra” velhice.

Ao referir a obra de Beauvoir, anteriormente referenciada, Nascimento, considera que esta revela uma visão autêntica de quem vive a velhice: “O texto de Beauvoir consegue transmitir aos leitores uma visão autêntica sobre o que significa “sentir-se velho” (Nascimento, 2021, p.239). Refere que a obra dita pistas para o entendimento, à luz dos anos 70 na sociedade francesa, do que é viver à margem da sociedade, como das barreiras que existiam na sociedade francesa, para integrar as pessoas idosas na “máquina”

económica do capitalismo que visa a competição e produção: “Beauvoir (1970) questionou por que a sociedade valoriza o sujeito enquanto ele é útil para a economia e anos mais tarde vira o rosto. Portanto, qual seria o sentido de uma sociedade que educa a pessoa para amar, respeitar e socializar e anos depois é áspera com ela, desrespeitando-a e excluindo-a de seus direitos de cidadão?” (Beauvoir, 1970, citada por Nascimento, 2021, p.241).

Consideramos trazer à reflexão, se no envelhecimento contemporâneo as barreiras elencadas pela discussão de Beauvoir, não serão as mesmas no século XXI. As novas organizações familiares; a crescente assimetria da exclusão social das pessoas idosas pelo afastamento das famílias que “têm de migrar e/ou emigrar” em virtude das oportunidades de empregos; o crescente empobrecimento, a morte e a exclusão dos idosos pobres por falta de redes de apoio de “quem vive isolado”; o crescente “negócio” das respostas sociais e para população sénior. São questões da atual sociedade contemporânea referente ao tema que temos vindo a abordar.

Beauvoir vai as origens da Humanidade para perceber de onde viria essa mesma desvalorização? Qual o sentido de coletividade? Uma vez que o homem aprendeu que os alicerces do desenvolvimento humano e social é feito no coletivo. (Nascimento, 2021).

[...] não há coletividade humana, por mais rude que seja, que não possua uma certa união; as atividades que o homem exerce usando instrumentos por ele fabricados constituem um trabalho a partir do qual se estabelece pelo menos um embrião de organização social (Beauvoir, 1970, citada por Nascimento, 2021, p. 124).

Se a evolução do ser humano é feita no coletivo, também da mesma forma esse coletivo evolui com a sapiência do já conhecido. Não ouvir os nossos antecedentes, (pais, avós, líderes) sobre a forma como atuaram nas alternativas aos constrangimentos, por exemplo, a gestão dos recursos naturais como a luz solar e águas pluviais, leva a uma perda de experiências, de referências, como de cultura popular. Existe uma ausência de reconhecimento de experiências de vida, até um descartar do tempo de experimentação de casos concretos.

Nascimento salienta que a autora evidencia que o homem possui um deficit de memória ancestral. A capacidade de projeção sobre o futuro e muito pouca ou nenhuma memória do passado. Consideramos que na atualidade, há um perpetuar da falta de reconhecimento das

heranças e/ou narrativas orais “experienciadas”, do reconhecimento da historicidade, da identidade cultural e da experiência da “vida vivida” das pessoas idosas. O “não incluir” estas vivências e experiências, logo à partida, em qualquer grupo representado pela comunidade económica, comunidade social e suas organizações socioculturais, comunidade científica e educativa, é no nosso entender um “requisito de exclusão”.

Posto isto, entendemos a necessidade de uma discussão quer política como pela sociedade civil, de medidas promotoras de inclusão na terceira idade ou mesmo a quarta idade. Fórmulas, estratégias de rentabilizar o potencial da experiência de vida, do saber acumulado, colocando-o ao serviço da sociedade “produtiva de bens e serviço”. A título de exemplo, apoio social às pessoas idosas em situação de fragilidade de saúde; nos de serviços culturais; nos órgãos de gestão das entidades escolares. Para além disso, é necessário o acesso ao direito de liberdade de escolhas, de igualdade de oportunidades, na evolução pessoal em diferentes dimensões.

1.2 ENVELHECER BEM NA TERCEIRA E QUARTA IDADE

“A velhice tem suas vantagens, claro.
Só nos resta descobrir quais são.”
(Wanke, 1999, p. 41)

Araújo, Ribeiro e Paúl (2016), referem que na longevidade atual, o prolongamento da vida humana tem, em si mesmo, implicações a dois níveis. O individual (o modo como o indivíduo observa o processo natural de envelhecer) e o social (o modo como as redes de relação, as redes de apoio informal, a localização geográfica e outras condicionantes são refletidas no modo de vida dos sujeitos).

Quando se fala em longevidade, o substantivo velhice, inconscientemente ou conscientemente, está presente na discussão empírica. A velhice é um conceito abstrato, uma categoria socialmente construída, como defende Simone Beauvoir (1990) que serve para referir o período de vida em que as pessoas “ficam velhas”. Se consideramos que a ideia de ficar “velho”, no sentido, do indivíduo deixar de ser produtivo no contexto de uma sociedade capitalista, percebemos que este termo, continua presente na atualidade, com sentido

diminutivo, como também observou Beauvoir, o que tem impacto no indivíduo assim classificado. Ou seja, envelhecer bem, poderá depender não só do sujeito, mas também de outros elementos, como por exemplo, o modo como a sociedade o implica e o entende na vida social.

No mesmo sentido, Lima, A., Silva, H. e Galhardoni, R. (2008) consideram que o processo de envelhecimento e a velhice, como duas esferas complementares e indissociáveis. O envelhecimento é considerado como um processo que ocorre no plano individual implicando "(...) múltiplas trajetórias de vida", e no plano coletivo onde "se constrói sob influências de ordem sociocultural", ou seja, um processo sociovital multifacetado. Enquanto velhice, já supramencionado com um estado de "ser velho" por condição social, é uma "(...) condição que resulta do processo de envelhecimento que gerações vivenciaram dentro de contexto sociais, políticos e individuais diversos." (Lima, A., Silva, H. e Galhardoni, R., 2008, p. 796).

1.2.1 ENVELHECIMENTO BEM-SUCEDIDO NAS PESSOAS MUITO IDOSAS

De acordo com os modelos defendidos para uma maior otimização no Envelhecimento Humano, "alguma controvérsia tem vindo a surgir acerca da sua aplicabilidade aos grupos mais envelhecidos" (Araújo, Ribeiro e Paúl, 2016, p. 4). De acordo com relatório da Organização Mundial de Saúde (2015) a capacidade funcional e intrínseca, varia ao longo da vida. De forma geral esta trajetória assume um período de relativa estabilidade, seguida de uma fase de declínio e perdas significativas de capacidade que, apesar de variar muito de indivíduo para indivíduo e de não estar apenas relacionada com a idade, tende a coincidir com a fase mais avançada da vida (Araújo, Ribeiro e Paúl, 2016).

No documento da Organização Mundial da Saúde de 2015, é referenciado "Com o tempo, esse dano leva a uma perda gradual nas reservas fisiológicas, um aumento do risco de contrair diversas doenças e um declínio geral na capacidade intrínseca do indivíduo. Em última instância, resulta no falecimento. Porém, essas mudanças não são lineares ou consistentes e são apenas vagamente associadas à idade de uma pessoa em anos. Além

disso, a idade avançada frequentemente envolve mudanças significativas além das perdas biológicas” (OMS, 2015, p.12).

A capacidade ao nível sensorial e de mobilidade ficam mais comprometidas. Com repercussões ao nível de realização das atividades do quotidiano, autonomia, dores e fragilidades são mais visíveis e verbalizadas pelas pessoas “muito idosas”. Um cenário que aparentemente é antagónico para um entendimento e visionamento positivo deste período de vida (OMS,2015).

Investigações centradas em dimensões psicológicas têm vindo a dar pistas para os contributos de fatores psicológicos, preponderantes na longevidade, saúde e bem-estar. As emoções positivas e características psicológicas, como a esperança, otimismo, autoestima, autoeficácia e espiritualidade como também estratégias de *coping*, contribuem para uma maior capacidade de superação, de lidar com a adversidade de ser resiliente.

Lima, A., Silva, H. e Galhardoni, R. (2008) referem que estudos de Baltes e Smith (2006) em países europeus, constatam que os idosos com idades superiores aos 85 anos, apresentam maior risco de envelhecer acompanhados por múltiplas doenças crônicas-degenerativas e outras patologias. No entanto, Baltes e Smith nos mesmos estudos, apontam como necessidade, investir nos múltiplos fatores envolvidos no processo de envelhecimento, como de igual forma, mais ações que se destinem à inclusão social como via de superação dessas patologias que ameaçam a vida do individuo na sua idade avançada.

Sobressai-nos que a inclusão social das pessoas muito idosas, com uma intervenção socioeducativa concertada por diferentes profissionais (educadores, animadores e outros) poderá proporcionar diferentes escolhas na relação que cada pessoa muito idosa tem com o seu bem-estar na terceira e quarta idade.

Consideramos que apesar de um maior interesse e aumento do número de publicações e estudos direcionados para o envelhecimento, é necessário aprofundar aspetos como, a resiliência psicológica nas pessoas idosas, principalmente nos nonagenários e centenários.

Nos estudos que atestaram que o grau de satisfação de vida, mencionado em diferentes trabalhos científicos, mesmo variando, e assente na baixa probabilidade de doença, é notória a elevada capacidade funcional/ cognitiva, pelo envolvimento ativo com a vida (Rowe e Karhm, 1997), nas redes familiares e sociais, a capacidade de adaptação pela “historicidade “e “vivência de cada um”, poderá ser superior a quem está numa etapa mais recente no percurso da vida.

É notória que a interlocução entre as diferentes ciências no campo da investigação na dimensão do envelhecimento, é cada vez mais necessária. Os contributos da literatura e dos processos de investigação por meio de estudos empíricos, poderão contribuir largamente para uma relação saudável entre indivíduo idoso, meio, relações e sociedade. Possibilitando uma etapa de vida prazerosa independentemente do envelhecimento biológico do processo natural da vida.

Desta forma poder-se-á contrariar o paradigma de “sociedades mais desenvolvidas em sociedades envelhecidas”. Um revês para um envelhecer com *direito de tempo em harmonia e experiência de vida vivida*.

1.3 ENVELHECIMENTO CONTEMPORÂNEO: NOVOS DESAFIOS

De acordo com a literatura o fenómeno do envelhecimento humano e populacional ganha destaque na idade contemporânea (1789 até hoje). Uma inquietação global pela evolução da taxa de envelhecimento e redução da natalidade. Tem-se verificado que vários setores da sociedade se mobilizaram e se mobilizam para encontrar respostas e soluções para a assimetria populacional. Exemplo disso é o surgimento de novas áreas de estudos multidisciplinares. A título de exemplo a Gerontologia emergiu de forma clara a partir da segunda metade do século XX, embora com raízes anteriores, ganhou visibilidade na década de oitenta (Paúl, 2017).

Surgem novas áreas de estudo nas ciências sociais, e ao nível político os países mobilizam-se em medidas concertadas. A título de exemplo, em 2002 foi conhecido o programa

Envelhecimento Ativo pela Organização Mundial de Saúde, (World Health Organization, 2002), pela urgência de um novo olhar sobre o paradigma do Envelhecimento do século XX. Politicamente, em Portugal, foram definidas medidas, como o despacho nº 12427/2016 onde se refere que, “Portugal é um dos países, no contexto do espaço europeu, onde o processo de envelhecimento demográfico tem sido mais rápido e mais acentuado”. Na senda destas mudanças, a sociedade civil começa a inquietar-se e a trazer para discussão, através dos Mídia, esta preocupação, como é exemplo um artigo de opinião do jornal Expresso a 14 de março de 2022 onde se lia o seguinte: “Começamos pelos números da nossa realidade: Portugal é o quarto país mais envelhecido do mundo. Reflexo das baixas taxas de natalidade e do aumento da esperança média de vida – temos 182 idosos por cada 100 jovens –, a longevidade será um dos temas centrais não apenas da nossa sociedade, como de todo o mundo. Os seus impactos serão transversais: serviços, saúde, habitação, educação, emprego, banca, finanças, tecnologia e turismo, nenhuma destas áreas deixará de ser afetada pelo envelhecimento da população – e pela sua longevidade. Os desafios da chamada ‘economia cinzenta’ são enormes. Basta pensar, por exemplo, no impacto que a redução de jovens no ativo pode ter nos sistemas de pensões dos reformados.”

Como iniciativa é publicado no Diário da República a criação de um determinado grupo de trabalho interministerial para delinear uma Proposta de Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável. (10/07/ 2017; despacho n.º12427/2016)

As medidas políticas para o envelhecimento nacional têm como enquadramento, a Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS. Um dos pontos de reflexão e de medidas da Estratégia nacional de 2017–2025, intitula-se “Envelhecimento ativo e saudável: desafios e oportunidades”. A saber, a definição no documento para envelhecimento ativo e saudável é:

O envelhecimento ativo e saudável é definido como o processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para a melhoria da qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem bem como o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional, que contribui para o bem-estar das pessoas idosas, sendo a capacidade funcional o resultado da interação das capacidades intrínsecas da pessoa (físicas e mentais) com o meio (World Health Organization, 2015, p.5).

Consideramos importante referir que o desafio que se colocou à sociedade contemporânea eleva para um novo paradigma do envelhecimento. Na segunda metade do século XX,

surgem diferentes modelos sobre o Envelhecimento, contrariando os modelos com uma visão de declínio da idade avançada e tendencialmente favorável à difusão do idadismo (Araújo, Ribeiro & Paúl, 2016).

Diferentes abordagens positivas têm como perspectiva diminuir o impacto e promover oportunidades no processo natural do envelhecimento ao longo da vida. Do lado europeu, os modelos de *Envelhecimento Saudável* e *Envelhecimento Ativo*. Dos Estados Unidos surge o modelo de *Envelhecimento Bem-sucedido*. (Araújo, Ribeiro & Paúl, 2016). Desta forma é possível encontrar na literatura diferentes conceitos sobre o Envelhecimento, ou a visão do que se preconiza sobre o Envelhecimento na atualidade. Todavia, definições como Envelhecimento Ativo, Envelhecimento Saudável e Envelhecimento bem-sucedido, apesar de diferentes entre si, têm todos, importa referir, a mesma intenção: alternativas aos modelos deficitários da idade avançada, numa tentativa de ultrapassar uma visão focada no declínio que acompanha o processo de envelhecimento e contribui para a “desconstrução” do idadismo, enquanto fenómeno que resulta da tendência para olharmos para as pessoas idosas como parte de um grupo homogêneo e indiferenciado, na atitude paternalista face aos mais velhos e, em alguns casos, no abuso e os maus tratos (Marques, S., 2011, como citado em Araújo, Ribeiro & Paúl, 2016, P. 3).

De acordo com Paúl (2017), o envelhecimento ativo, pela definição na Conferência Mundial sobre o Envelhecimento (WHO, 2002) para a primeira década do século XXI, visa um envelhecimento que otimize as oportunidades para a saúde, a participação e a segurança. Uma vez que envelhecer não se relaciona com a idade cronológica, assim como o processo do envelhecimento não é linear para todos, importa ter acesso a um conjunto de serviços sociais, culturais e de saúde, que previna de uma forma saudável o processo de envelhecer.

Iniciada a terceira etapa ou mesmo a quarta etapa de vida, refere o mesmo autor que “o crescimento e o envelhecimento nunca são o produto exclusivo de um único conjunto de determinantes, mas a consequência da nossa base filogenética, a nossa hereditariedade, o meio físico e social no qual estas predisposições genéticas se exprimem, (...)” (Birren & Cunningham, 1985, como citado em Paúl, 2017, p. 276). A investigadora Paúl (2017) ao referir-se ao envelhecimento ativo, categoriza o envelhecimento em três componentes: a) o processo de envelhecimento biológico que resulta da vulnerabilidade crescente e de uma

maior probabilidade de morrer, a que se chama senescência, b) um envelhecimento social, relativo aos papéis sociais, apropriado às expectativas da sociedade para este nível etário e c) o envelhecimento psicológico, definido pela auto-regulação do indivíduo no campo de forças, pelo tomar decisões e opções, adaptando-se ao processo de senescência e envelhecimento (Schroots e Birren, 1980, como citado em Paúl, 2017, p. 275).

Em consonância a palavra “ativo”, na definição defendida pelas investigadoras Araújo, Ribeiro e Paúl (2016) referem-se não só ao estado fisicamente ativo e/ou fazer parte da força de trabalho, é o complementar na participação contínua em questões sociais, económicas, culturais, espirituais e civis, bem como educativas. A real preocupação sobre a temática, têm envolvido vários organismos, contribuindo desta forma, para uma maior informação e conhecimento sobre o processo do Envelhecimento. Assim sendo, outro dos pilares considerados preponderantes para um envelhecer saudável e ativo, é a aprendizagem ao longo da vida (Araújo, Ribeiro & Paúl, 2016). De acordo com Mendes, a educação de adultos e educação ao longo da vida é um dos temas que a comunidade científica tem vindo a trazer para o diálogo e debate público, no entanto refere que em relação à educação dos adultos idosos, “(...) é visível que pouco ainda tem sido feito no campo da educação dos adultos seniores, quando se evidencia o crescimento significativo desta faixa etária, nomeadamente nas sociedades ditas desenvolvidas.” (Mendes, 2018, p.12).

Contrariando este pouco investimento, neste presente trabalho, com as pessoas idosas e muito idosas institucionalizadas, acreditamos que a ação pela educação, poderá contribuir para a (re)construção identitária do indivíduo, num espaço habitacional, que não é o seu meio natural de vida, como também poderá ser um apoio do seu bem-estar pessoal e respeito pela sua individualidade.

2. TRABALHADORES/AS DO TERCEIRO SETOR: LONGE DOS OLHOS E DO CORAÇÃO

Como temos vindo a evidenciar a educação e trabalho especializado com as pessoas idosas é uma componente muito importante no que toca ao processo de envelhecimento saudável ou ativo. Neste sentido, no decorrer do projeto, foi apontado como um dos problemas e constrangimentos os recursos humanos (RH): a instabilidade na gestão do serviço da ERPI pelas ausências (baixas e faltas ao serviço) nos RH; elevado absentismo; baixa qualificação dos cuidadores formais; necessidade de formação contínua face às exigências nos cuidados de saúde; desmotivação salarial por parte do cuidador formal face à exigência de uma maior qualidade e disponibilidade pessoal. Ou seja, estes profissionais assumem um trabalho meritório e exigente, mas que parece invisível aos olhos das políticas públicas e pouco agraciado pela sociedade como um todo, que insiste em atrelar o trabalho social apenas ao voluntário ou a pouca remuneração.

Neste seguimento consideramos pertinente perceber e conhecer através de análise documental, as relações entre a economia social do terceiro setor e as condições laborais dos trabalhadores.

De acordo com o estudo de Rodrigues (2014), na atual estrutura social, na rede tradicional de apoio às pessoas idosas existe uma tendência crescente para recorrer às instituições de apoio formal: “Apesar da tradicional rede de apoio informal, no apoio de retaguarda ao idoso (família, amigos, vizinhos), a estrutura social está a mudar e com ela, as formas de dar resposta à dependência, sendo cada vez mais frequente o recurso a instituições especializadas para satisfazer as necessidades do idoso” (Rodrigues, 2014, p. 2). Neste sentido, o mesmo autor refere a exigência de uma evolução e eficácia nos serviços prestados pelas instituições “(...) cuja melhoria passa essencialmente pelo potenciar da autonomia e independência do idoso.” (Rodrigues, 2014, p.2).

Tendo em conta esta realidade, fica patente a necessidade de políticas governativas que promovam a solidez na atualidade para um terceiro setor capaz de responder num tempo útil às necessidades das pessoas idosas, das suas famílias, como das exigências e desafios

apresentados às instituições. Ou seja, uma discussão política e social consertada sobre a estrutura e o papel do terceiro setor na relação entre sociedade e Estado, deslumbrando-se um terceiro setor, organizado, coeso e motivador para todos os implicados (dirigentes e trabalhadores afetos aos mesmos).

De acordo com Guerra e Santos (2013) existe uma emergência de um maior conhecimento científico, ou de um maior contributo da investigação, para contextualizar a origem, assim como as dinâmicas do terceiro setor na atualidade, pois salientam que as especificidades e características da sociedade e do Estado-providência Português requerem uma maior atenção face à evolução do terceiro setor e a sua relação entre a sociedade civil e a responsabilidade do Estado. Referem que "(...) A análise ao longo do tempo das configurações políticas e institucionais assumidas pelas relações entre sociedade e Estado permitiu descortinar o tipo e a direção da evolução das políticas e ações," (...) entender o terceiro setor português é compreender as lógicas que confluem para o seu fortalecimento ou enfraquecimento, mas também perceber a natureza das relações entre entidades estatais e entidades do terceiro setor (...)" (Guerra & Santos, 2013, p. 1).

De acordo com Quintão (2011), o tema do terceiro setor tem vindo a ganhar um reconhecimento crescente, tanto no plano internacional como nacional. Para ele a recomposição e renovação do terceiro setor vem ocorrendo à semelhança do sucedido na Europa Ocidental, e que estes fenómenos se têm verificado em Portugal nas últimas décadas. Ainda destaca a renovação dos modelos de intervenção do tradicional, após os direitos democráticos e de mobilização da sociedade civil portuguesa para responder às necessidades básicas, destacando a recomposição do setor desde 1974, referindo as iniciativas das IPSS e CERCI.

Sobressai-nos que o terceiro setor começa a ter a necessidade uma maior atenção face às necessidades de renovação relativas à fronteira entre o Estado e as fundações de solidariedade social, as IPSS. O que limita as responsabilidades das respostas dadas à sociedade civil. No apurado pelas conversas intencionais do investigador para um conhecimento mais aprofundado da realidade do presente trabalho, deu-se conta que a direção pedagógica referiu existir dificuldades de gestão económica entre as necessidades ou especificidades dos utentes e o financiamento disponível pelo Estado para o mesmo. Ou

seja, a título de exemplo, um utente com múltiplas complicações de saúde, necessitava de vários apoios um deles, por exemplo de ajudas técnicas, que em muitos casos a família não conseguia comportar, neste sentido a IPSS tinha de encontrar soluções. Este exemplo era extensível a várias pessoas idosas, traduzindo-se desta forma, em custos elevados a serem suportados pelas IPSS(S). Uma outra situação referida pela D.T, relacionava-se com os custos dos transportes adaptados para as deslocações aos cuidados de saúde. Foi referido também, como um exemplo, o facto de que um dos idosos tem num mês duas ou três deslocações, o que traduzia em custos que não poderiam ser remetidos à família em vários casos; relativamente ao referido pelos cuidadores formais nos diferentes momentos de diálogo intencional, os trabalhadores referiam como principal “lacuna” o reconhecimento salarial e a falta de progressão na carreira ao longo dos anos de trabalho. A não reconhecida experiência profissional advinda da maturidade do desempenho das funções, comparativamente às exigências profissionais e pessoais, tais como os horários por turnos e o “aglomerar” muitas vezes tarefas tão variadas. Foi referida um descontentamento e desmotivação por trabalhar num setor “tão necessário, mas tão mal pago”.

As questões apontadas como constrangimentos poderão ser ultrapassadas, de acordo com nosso ponto de vista, visando uma melhor articulação, num trabalho coletivo e de corresponsabilidade. Consideramos de igual forma e como consequência da desmotivação a possibilidade de, num futuro próximo, não existir trabalhadores que invistam neste setor.

Salientamos que no decorrer do processo de investigação, no contexto institucional do presente trabalho, foram referidas necessidades que não poderão limitar-se ao âmbito interno, mas a uma dimensão externa, a uma visão holística ao nível macroestrutural. O que nos permitiu as reflexões: Qual a valor do trabalho social na equidade relativa a outros cuidados de saúde? As medidas políticas e laborais para este setor da economia são suficientes? As IPSS(S), que atualmente empregam um volume considerável de trabalhadores, permitem e/ou conseguem ter condições de trabalho que traduzam reconhecimento, empenho, motivação por parte dos profissionais e chefias? As diferentes funções, categorias profissionais, formação académica, entre outros, são reconhecidas e valorizadas no enquadramento laboral na concertação social e contratação coletiva por parte do Estado e das Organizações não governamentais? São questões que urgem de uma resposta.

Atualmente existem cerca de 260 mil trabalhadores no terceiro setor em Portugal. Conjunto que fazem parte as organizações de cariz religioso (misericórdias e centros paroquiais), as fundações de solidariedade social, as associações de desenvolvimento local e associações culturais e recreativas. São conhecidas como o sector social e solidário da economia ou 3º sector da economia.

De acordo com Espírito Santo (2022) refere que deste “bolo” de trabalhadores, as fundações de solidariedade social (IPSS) contemplam “(...) atualmente 3 mil Instituições que empregam 63 mil trabalhadores. (...) Na realidade a grande maioria emprega entre 10 e 30 trabalhadores, sendo muito poucas as que empregam entre 50 e 100 trabalhadores e muitíssimo poucas as que empregam entre 100 e 150 trabalhadores, (...).

É referido pelo mesmo, de não existir nenhum concelho do país que não tenha pelo menos, uma IPSS. Neste sentido indicamos o inadiável debate local e/ou concelhio ao nível da articulação da Rede Social de cada concelho, na articulação quer da intervenção social, como das condições laborais dos trabalhadores das IPSS. Isto porque: “ uma das características destes trabalhadores ser a sua dispersão numérica por uma enorme quantidade de Instituições, o que, naturalmente, dificulta a sua organização e união, importa relevar outras três não menos importantes para uma compreensão mais aprofundada da complexidade da realidade e dos problemas com que se debatem, que são o facto de, primeiro, estarem distribuído por sectores e profissões muito variadas, segundo, serem, na sua enormíssima maioria, trabalhadores do sexo feminino e, terceiro, usufruírem de salários muito abaixo da média.” (Espírito Santo, 2022, p. 2).

Lino Maia, presidente da CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) refere a dificuldade quer de cooperação, sustentabilidade e financiamento das instituições. Aponta para a necessidade de “(...) mais autonomia e considerou existir um problema grave em matéria do financiamento atribuído pelo Estado.” (Corona, 2022, s/p).

Numa posição divergente relativa aos quadros de chefia das IPSS, mas concordante relativamente à substituição das obrigações do Estado, Espírito Santo (2022) aponta para o paradoxo do não reconhecimento da importância social e coletiva, como do reconhecimento do trabalho de excelência realizado dia-a-dia pelos trabalhadores.”(...)

Estado deposita nas mãos dos dirigentes das instituições do sector das IPSS que, apesar de privadas, porque intervêm num âmbito em que substituem o papel do Estado em áreas sociais, e mesmo territórios, onde este não chega ou não consegue chegar, têm precisamente o Estado como um dos financiadores principais, através da celebração de protocolos de cooperação.”, (...)” a sua importância está longe de ser reconhecida pela sociedade portuguesa, tanto pelo seu papel decisivo na coesão social, no bem-estar dos mais desfavorecidos e na sustentabilidade dos territórios como pelo seu contributo para o emprego e a geração de riqueza”. (p. 4) Nas concertações entre organizações governamentais e a CNIS, reconhecem a importância de mudança, renovação das políticas e de condições laborais urgentes, no entanto, reflete-se a longo prazo, num processo lento e moroso que poderá levar ao colapso do setor. Acresce-se refletir sobre o evidente desinvestimento e desinteresse dos técnicos sociais como de cuidadores formais nas IPSS, face às exigências profissionais e as remunerações salariais pouco ou nada compensatórias.

3. AS METODOLOGIAS DE PROJETO- INVESTIGAÇÃO- AÇÃO PARTICIPATIVA

Consideramos que existe um caminho a fazer na participação e ocupação do tempo livre assim como de emancipação pessoal, principalmente, quando se fala das pessoas idosas e muito idosas que vivem nas instituições, limitadas com as “regras”, padrões e uma cultura institucional enraizada. Deve haver por isso, um compromisso ao nível da investigação científica para aquisição de novos conhecimentos, que aponte novos caminhos de ação, bem como um compromisso ético, assumido pelos profissionais de contrariar a postura de alheamento e distanciamento em relação às pessoas com quem trabalham nos seus projetos.

A metodologia de investigação-ação participativa, é por nós entendida, como a busca de novas formas de participação e “implicação”, apontando para a necessidade da presença de um investigador/trabalhador social com visão interna e implicada nas dimensões do “pensar”, “observar” e agir. Araújo, Ribeiro e Paúl (2016) alertam que nós, enquanto investigadores e profissionais que ambicionamos trajetórias positivas de envelhecimento,

competem-nos investir e adequar o melhor modelo à nossa realidade. Defendem que os recursos, forças e competências que as pessoas mantêm ou potenciaram ao longo dos anos, poderá enriquecer a compreensão do envelhecimento bem-sucedido. Neste sentido, defendemos que a educação social tem um papel preponderante pela sua intervenção em contextos com pessoas idosas institucionalizadas, criando condições e estabelecendo premissas para uma ação que possibilite uma educação emancipatória, transformadora e transformativa. Assente em novos paradigmas que visam a promoção da educabilidade, permitirá aos sujeitos à reflexão do que o rodeia, pensar sobre si e os outros, e questionar e atuar com vista a transformar a realidade.

Corroboramos, Timóteo (2010) que a Educação Social deverá ser:

emancipatória, transformadora e transformativa que se afirma em ruptura com o registo assistencialista (de base positivista) e parte de uma visão de um mundo que se deseja mais igualitário, solidário, inclusivo e democrático, firmado no paradigma sócio-crítico, e tendo por base a visão do ser humano como capaz de se olhar e olhar o mundo de forma crítica e informada e capaz de resolver os seus problemas, num quadro de valores necessariamente inteligíveis e conscientes” (Timóteo, 2010, p.12).

Uma vez que viver institucionalizado é confrontar-se com a sua própria realidade, na relação com a realidade dos outros, defendemos uma intervenção social individualizada, mas com o coletivo. Este coletivo, referente ao grupo de pessoas residentes, com interesses e narrativas de vida comuns, mas também no coletivo social, o “transpor as paredes institucionais”. Fomentado a inclusão social, que muitas vezes (quase sempre) é transformada em exclusão do meio aquando na integração de respostas sociais para pessoas idosas.

No caminho de ruptura com a intervenção assistencialista e promoção de uma visão, tal como afirma Timóteo (2010), de um mundo mais justo, solidário inclusivo e democrático, consideramos desta forma, que o paradigma socio-crítico baseando-se na crítica social com um “(...) marcado carácter autorreflexivo e considera que o conhecimento é sempre construído por interesses que partem das necessidades dos grupos; busca a autonomia racional e libertadora do ser humano que se alcança por meio da formação de sujeitos para

a participação e transformação social” (Gamboa, 2011 como citado em López, C. e Loría, M. 2017, p. 47).¹No distanciamento dos paradigmas positivista e interpretativo, sem querer aprofundar as diferentes perspectivas, o paradigma sócio- crítico traz para o trabalho científico das práticas investigatórias, uma característica de um maior dinamismo na forma de encarar a realidade, maior interatividade social, maior proximidade do real pela predominância da praxis, da participação e da reflexão crítica, e intencionalidade transformadora (Stenhouse, 1983 como citado em Coutinho, C. Sousa, A., 2009).

Assim sendo, compete ao educador social, enquanto agente mobilizador através do substantivo educar, em conjunto com as pessoas idosas residentes em ERPI(S), posicionar-se relativamente ao método que norteia a investigação-ação participativa. Neste sentido consideramos, tal como Santos (1993), que o paradigma emergente, este que surge da necessidade de um olhar “novo” sobre o mundo e diferentes formas de o compreender, paradigma que possibilita dar espaço para divergentes opiniões, percepções e abraçar os conhecimentos dos atores sociais. Neste caso, pessoas octogenárias, nonagenárias com a sua historicidade que não poderá ser ignorada na ação socioeducativa.

Neste sentido, está lançado o desafio para uma ação transformadora e transformativa defendida por Monteiro (2019), Este diz que, hoje, falar de trabalho e de intenção educativa, “(...) implica enfrentar enormes mudanças sociais, particularmente exigentes quando se pretende refletir sobre investigação e práticas transformadoras no âmbito da educação.” (p.67).

Este trabalho, pretende potenciar ao máximo o emergir das vontades, inquietações e a descoberta de diferentes perspectivas pelas pessoas que vivem e trabalham na ERPI. Pessoas com a energia atuante ao seu “tempo”, ritmo e estado de alma que a idade cronológica lhes permitiu. Como enfatiza Monteiro (2019) “Sem pessoas dentro, sem a energia atuante que brota delas próprias, não há projeto e não há metodologia de projeto” (p. 66).

¹ Tradução livre da autora

De acordo com o limite de página não estará referido neste ponto, as técnicas que consideramos de maior pertinência para a investigação sociológica com uma população deste trabalho. No entanto consideramos importante aprofundar conhecimentos sobre o método da história de vida; as narrativas biográficas; o *focus group* e reuniões de grupo, referidos no apêndice A

PARTE II – O PROJETO: “QUEM FUI E O QUE POSSO VIR A SER!...”

1. CONHECER PARA MUDAR, UM CAMINHO COLETIVO

A análise da realidade tem como intenção perceber e intervir para provocar mudança. De acordo com Cembranos (1988, p.25) trata-se de “conhecer a realidade onde se atua, e saber o que fazer, o que mudar e como fazê-lo”. Um caminho a descobrir com as pessoas, numa relação de auto e hétero conhecimento, cujo alicerce é o questionamento e a negociação. Para esse percurso é fundamental a empatia, o diálogo e a escuta, uma relação estabelecida com fortes laços de confiança, confidencialidade, participação e envolvimento, entre o investigador e as pessoas, onde poderá abrir novos caminhos e novas possibilidades.

Na senda do princípio de conhecer para transformar, impera uma Educação Social que “deve orientar-se sobretudo pela criatividade e pelo estímulo à ação e reflexão sobre a realidade, onde os homens e mulheres sejam desafiados a questionar a sua própria existência e sejam capazes de se debruçar criticamente sobre a realidade e apreendê-la, atuando e transformando-a para o bem comum” (Mendes, 2007, p.124).

Neste sentido, face ao contexto de crise pandémica, onde existiram momentos de desconfinamento gradual das pessoas idosas permitindo que estas saíssem dos seus espaços privados (quartos) e novamente estivessem em contacto e convívio com os restantes residentes, foi surgindo (espontaneamente e individualmente) a interação entre as pessoas idosas e investigador. A partir do diálogo e conversas intencionadas, as pessoas eram questionadas sobre o que fazer com o seu tempo de ócio? Como se poderia organizar o “novo” Programa Sociocultural? Isto porque não teriam as aulas de ginástica, nem as aulas de música com os professores, as oficinas de manualidades não poderiam ser orientadas pelo técnico responsável e os passeios ao exterior teriam de ser repensados de acordo com o plano de contingência.

Pela observação participante foi possível perceber, que existia uma vontade e uma disponibilidade coletiva para participar em atividades. No encadear dos dias, as pessoas

foram convidadas a juntar-se em grupo e questionadas sobre “o que vamos fazer hoje?”, as sugestões por parte das pessoas idosas começaram a surgir. Tais como: começar o dia com pequenos exercícios de ginástica, ou caminhadas à quinta pedagógica, ou “algo levezinho”, “hoje não tenho cabeça para os jogos de memória...vamos fazer exercício físico? – preciso para andar melhor” [sic]. (D. INS) Desta forma foi possível vivenciar e observar que as pessoas que se deslocavam para o espaço onde se organizava o “encontro” do início do dia, pelas dez da manhã, há medida que o grupo de pessoas de aproximava, outros elementos começavam a levantar-se dos seus espaços e a dirigir-se para o círculo de cadeiras (era exposto no espaço físico uma roda de cadeiras). Atualmente concluímos que quando foi proposto, um assunto ou ação, através das reuniões ou encontros em grupo, as pessoas revelaram maior participação e envolvimento, pela interação com os seus pares e um maior confronto de opiniões entre os residentes. Posto isto, concluímos que as pessoas estariam habituadas, anterior ao contexto pandémico, a participar em atividades coletivas.

Neste sentido uma análise da realidade, uma avaliação do contexto que permite perceber o que existe num espaço e a possibilidade de reconhecer com os atores sociais os problemas e apontar formas de os superar, é uma prática do trabalho social da E.S. para interpretar a realidade, obter dados sobre ela, ouvir o coletivo, a escuta apresenta-se como imprescindível, fundamental para uma intervenção que pretende provocar mudança. Refere Cembranos que “A mera atitude de interpretar a realidade sobre a qual se vai atuar e obter dados sobre ela, situa o coletivo, a equipa e o investigador, numa posição de escuta, condição imprescindível.”² (p.25).

Este trabalho terá como fio condutor a metodologia Investigação-Ação Participativa. Metodologia que permite investigar os problemas da realidade que se pretende conhecer, através da participação ativa dos indivíduos e/ou comunidades em todos os momentos do processo. “As metodologias de investigação-ação permitem, em simultâneo, a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos intervenientes” (Guerra, 2007, p. 52).

² Tradução livre da autora

Existem vários momentos de análise de uma realidade. Uma realidade pode-se conhecer de dentro para fora ou de fora para dentro, a realidade pode ser discriminada, analisada interpretada. Para Cembranos (1988) devem existir diferentes momentos de análise, considera como um primeiro momento, a descrição onde se procura saber o que existe, o que se tem, o que há, com o que se pode contar. No entanto, também é necessário saber o que faz falta, o que não se tem, as carências de que há, as necessidades da realidade que o investigador vai escutando. Neste sentido no decorrer dos dias, numa aproximação individualizada em diferentes contextos, foi possível “dar-me a conhecer melhor” e conhecer melhor as pessoas que moravam na ERPI.

O diálogo foi o ponto de partida para conhecer a história de vida dos residentes e as suas “inquietações”, assim como os problemas que os trabalhadores sentiam no desempenho das suas tarefas diárias. Nos diálogos intencionais com os cuidadores formais, existiam algumas razões de fundo relativamente à motivação no desempenho da atividade profissional. Nos diários de bordo, foi referido: “Não compensa estar longe da minha filha, vou para uma confeção e ganho o mesmo. (...) “Mas eu gosto muito do que faço, e vou levando” (C. NTL), “é um trabalho pesado, saímos daqui sem força para nada “(C. DD). Consideramos que a complexidade e exigências atuais para o desempenho das funções, com a falta de reconhecimento, referida por vários trabalhadores, ao nível salarial como motivacional, acrescentando a flexibilidade pessoal e organização familiar para trabalhar em turnos rotativos e com baixa compensação salarial, têm como resultado a precariedade neste setor. Atualmente, referiu a DT, já existe uma dificuldade na contratação de trabalhadores para os cuidados formais. Neste sentido apontamos como um grave problema para um futuro que não tardará a aproximar-se, a desmotivação poderá levar à falta de cuidadores formais nas respostas sociais de apoio à terceira idade.

De acordo com o definido por Cembranos (1988) para a análise da realidade, no desenvolvimento deste trabalho de investigação, estiveram presentes outros momentos que o autor considera fundamental para conhecer e transformar. Cembranos (1988) define, como um segundo momento a perceção social. Já não é saber o que há, mas pensar sobre o que há. O investigador, neste presente trabalho, no processo de análise, recorreu às técnicas de conhecimento, tais como: grupos de discussão, conversas intencionais, entrevistas abertas para perceber o que coletivo pensa sobre a sua realidade.

Reforça Cembranos (1988, p. 42) que a percepção social sobre a realidade é um dos pontos que pode decidir os processos de intervenção social, pois é por a conhecer que vamos intervir. Num terceiro momento, buscou-se as explicações, as interpretações dos problemas e respostas para as necessidades. Foi o momento de perguntar ao coletivo o porque da realidade ser assim e não de outra forma. Trata-se de analisar as causas, as condicionantes, a estrutura da realidade, bem como visionar novas alternativas. Neste trabalho existiu um quarto momento e considerado como último (Cembranos ,1988) que serviu como um tempo de reunir e analisar a informação do todo, do coletivo, refletindo e ajustando o que fazer e como fazer, com vista a “desenhar uma ação” promovendo mudança.

1.1 VIVER NUMA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS – SINGULARIDADES E DESAFIOS

A Estrutura Residencial para Idoso, onde decorreu o presente trabalho, é uma das respostas que integra uma IPSS sediada em Portugal continental. É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, de utilidade pública sem fins lucrativos e de acordo com os documentos da Instituição educativa, é referido como uma IPSS que tem: “(...) como objetivo o desenvolvimento, a promoção social e cultural e a criação de respostas conducentes à minimização das carências da comunidade local e concelhia”.

De acordo com o regulamento interno da ERPI: “A Estrutura Residencial para Idosos é uma resposta social que consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem, (...)” regendo-se pelo decreto – Lei n.º 172 -A/2014, de 14 de novembro – Aprova o Estatuto das IPSS.

Na consulta documental facultada pela diretora técnica (D.T) da resposta, refere a existência do Plano de Atividades que contempla diferentes dimensões de intervenção, tais como, cuidados médicos, cuidados de vida diária, psicossocial, entre outros. No seguimento da consulta do documento, foi possível ler na caracterização das pessoas residentes, assim como os serviços prestados que:

A ERPI, é uma das suas respostas tem uma população alvo dependente e com deficitária retaguarda familiar, assegurando a prestação de cuidados temporários ou permanentes, globais e integrados a pessoas que por motivo de dependência, não reúnem as condições necessárias para viverem autonomamente; monitorizando o estado geral de saúde, atuando numa perspetiva preventiva e remediativa de doenças decorrentes do processo de envelhecimento e/ou da patologia evidenciada; contribuindo para a melhoria de acesso, da pessoa com perda de funcionalidade, a cuidados técnicos e humanamente adequados; promovendo a estimulação de um envelhecimento ativo intervencionando nas diversas áreas; criando condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar, como a inclusão social (Plano anual de atividades da ERPI do ano 2021)

Consideramos que ao refletir e analisar sobre o citado, poder-se-ia levantar questões como: de acordo com a caracterização dos residentes, a institucionalização é vista como um último recurso? ; Poderá existir uma tendência para uma visão idadista, realçando as fragilidades e o não salientar possíveis oportunidades de tempo de vida de um envelhecer harmonioso e prazeroso, não reforçará a ideia do (pre) conceito de “velho”?; Não perpetuará a continuidade nas organizações de uma visão gerontista e assistencialista? Voltamos a referir, que as questões elencadas são reflexões que não se remetem apenas a uma realidade concreta, mas transversal a muitas realidades, nas atuais respostas sociais para as pessoas idosas que solicitam apoio.

A ERPI está integrada na IPSS com mais dois equipamentos, onde foi possível perceber que existia uma forte ligação entre os três edifícios e também a constante “preocupação” dos residentes participarem nas atividades comuns do Plano Educativo da IPSS. (este é definido, bienalmente, referido pela Diretora geral,). A diretora geral referiu: “é fundamental para a equipa de colaboradores como para os idosos momentos de trabalho/ diversão comuns. É positivo para todos”. Neste sentido é notório um trabalho de cooperação entre a equipa de técnicos da IPSS e a equipa técnica que intervêm na ERPI.

Foi visível, como também é referido pelas pessoas idosas e cuidadores formais que a estrutura residencial, como toda a IPSS, prima por espaços confortáveis e cuidados, reflete de igual forma um ambiente agradável e familiar, quer nas relações diárias com os residentes, familiares e também entre as diferentes equipas de colaboradores. Foi possível perceber que existia harmonia, empatia e profissionalismo quer nos cuidados, serviços prestados, como também nos espaços bem arejados, higienizados e bem conservados.

Com já referido a IPSS na sua organização estrutural tem três edifícios. Um para as respostas de Centro de Dia e CASI, um segundo para a infância e Centro de Atividades de

Tempos Livres e um terceiro para a ERPI. Este foi o último a ser construído. A estrutura física, desde a sua inauguração tem vindo a sofrer alterações e/ou melhorias, de acordo com as necessidades, referiu a diretora geral da IPSS (justifica pelo facto de terem ampliado o edifício para uma única resposta, a atual ERPI. Inicialmente neste edifício existia um Centro de Acolhimento de Menores, que atualmente não existe).

É um edifício térreo com 12 quartos duplos (5 dos quais com casa de banho privativa); 2 Balneários, com 2 casas de banho, devidamente equipadas garantindo todas as condições de acessibilidade; 1 sala de banho assistido, com maca de banho para dependentes e painel de regulação de temperatura; 1 Sala de estar e de refeições; Gabinete médico/enfermagem; Gabinete do/a Diretor/a Técnico/a; Sala de Reabilitação Terapêutica; Cozinha e lavandaria. (regulamento interno). Foi possível identificar, na análise ao regulamento interno, o descrito relativo aos espaços e equipamento, não estava atualizado, o que de acordo com as conversas intencionais com colaboradores, existiu mudanças nos últimos tempos. É referido que a estrutura da ERPI estava em constantes melhorias, como aumento dos espaços comuns, espaço exterior e atualmente em construção um novo vestiário para os colaboradores e uma arrecadação no sótão. De acordo com o referido por um colaborador: “não tínhamos um vestiário que permitisse grande conforto e privacidade nos duches. Era urgente. Apresentamos as dificuldades e felizmente, agora é melhor” (C. ISB). Este é outros dos aspetos que consideramos positivo a dois níveis, por um lado, existia o cuidado e preocupação de constantes melhorias para os utentes, e por outro, as dificuldades dos trabalhadores, dentro dos possíveis (referido pela DT) eram ouvidas.

Foi possível perceber que existiu outras alterações, com as exigências do plano de contingência no período de 2020 a 2022, relacionadas com a enfermidade do Covid 19. A sala de reabilitação era atualmente um quarto de isolamento, e as visitas, que não foram possíveis de acontecer nos quartos e espaços comuns da casa (na pré-pandemia era o que era preconizado), foram transferidas para uma pequena sala.

Remete-nos à reflexão sobre as condições estruturais das ERPI(S), dos seus espaços comuns e da privacidade para as pessoas idosas que lá vivem, em emergências de saúde, por exemplo. Poderá levantar questões como a superlotação ou falta de espaços de acordo com as especificidades das pessoas idosas, pois foi visível que as pessoas com um maior

grau de dependência, onde era necessário deslocarem-se em cadeirões, a dificuldade em “tempos pandémicos” e pré-pandemia existia, não conseguindo marcar as visitas se o espaço destinado não estivesse já reservado. Referindo um artigo do jornal Solidariedade(online) do dia oito do outubro de 2020,” (...) não podemos ter instituições como as que temos hoje em que estão misturadas pessoas com imobilidade física, com outras com graus de demência, outras acamadas, sem ajuda de psicólogos, enfermeiros especializados,”.

Neste sentido, de acordo o escutado nas conversas intencionais, atualmente uma das carências sentidas pelos colaboradores, no dia-à-dia na gestão das visitas, são os espaços no interior para conseguir que aconteça, assim com um espaço de receção nos dias que não podiam esperar no exterior. Foi referido por um colaborador” por vezes não conseguimos dar a melhor resposta ao dia que o familiar quer vir cá, por falta de espaço na sala, só pode ter duas famílias. Ao fim de semana é um problema” (C. NTL). Consideramos, de acordo com os diálogos intencionais, os dois anos de contingência pandémica, poderá ter contribuído para o negativo afastamento físico e emocional da pessoa idosa que vive na ERPI. Desta forma desfavorecendo as relações familiares, autoestima da pessoa idosa e um corte “inconsciente” com as famílias.

Poderá existir uma necessidade de refletir com as pessoas residentes, assim como com a equipa técnica, se considera este ponto como problema e o que poderá ser feito para melhorar e favorecer uma maior implicação da família e/ou das várias famílias nas vivências da ERPI. No entanto, outro dos aspetos que ressaltou à reflexão, urge saber se este “afastamento” dos seus familiares institucionalizados, poderá estar relacionado com a falta de “investimento” por parte de uma cultura institucional instituída, que por diferentes razões, não preconiza políticas de intervenção, para um trabalho cooperativo entre família e pessoa idosa institucionalizada. Favorecendo, desta forma, um lento e gradual afastamento e demissão da família, para um apoio mútuo que permita um envelhecimento saudável e inclusivo.

Outro os pontos que poderá contribuir para a falta de rotinas das visitas, salientado várias vezes nos diálogos intencionais com as cuidadoras, poderá estar relacionado com um espaço físico próprio, confortável e que proteja a privacidade. As especificidades dos

residentes, por exemplo, pessoas sem mobilidade, estes dois anos e em alguns casos se perpetua, as visitas e os momentos em família foram quase impensáveis ou em condições não confortáveis. Consideramos que o observado e questionado, neste caso concreto, poderá ser “reproduzido” a outras realidades, a outras ERPI(S). Neste sentido existe uma urgência de trilhar caminhos, pistas e ações que repensem: o lugar das famílias, tão importante e basilar para uma harmonia enquanto pessoa idosa a viver num lar; elaborar uma parceria, ousamo-nos a dizer como uns “contratos” de mútuo apoio psicossocial entre instituição e família; o papel e lugar das famílias no dia –a- dia das ERPI(S).

Recorrendo a Cembranos (1988) na descrição da realidade do que existe, do que podemos contar também é importante para uma boa análise da realidade, o investigador escutar o que não existe, as carências da realidade

Conhecer, analisar e esboçar um projeto possível para uma coconstrução alternativa à realidade atual, é o propósito da metodologia de projeto do presente trabalho. Considera Boutinet, três etapas fundamentais de elaboração para conferir ao projeto a sua materialização, são elas” ... a análise da situação, o esboço de um projeto possível, a estratégia entrevista, “(...)” ...fazendo-o sair do domínio das ideias para ancorá-lo em alguma parte do espaço” (Boutinet,1990, p.259).

De acordo com Cembranos (2001) investigar por projeto exige uma aprendizagem pela experiência e pela relação dialógica, contrariando uma investigação tradicional. Este foi o posicionamento, enquanto profissional em funções no mesmo local onde me propôs a investigar. Ao longo do processo de construção/reflexão e incitamento sobre “o olhar “; quantas formas de olhar? Quantos encontros/desencontros? Que opção teria “este “investigador: um olhar externo e/ou um olhar interno/implicado? (Monteiro, 2021).

Uma vez que já existia uma relação de proximidade, de interação entre o autor (investigador) e o coletivo, dado a sua prática profissional neste contexto, anterior à proposta do presente projeto de investigação-ação participativa. No entanto, lançou-se mão um conjunto de técnicas de investigação para recolher mais informações e dados no sentido de complexificar o conhecimento já existente. Sendo, portanto, realizada a observação participante, os diálogos intencionais com os diferentes colaboradores, equipa

técnica e idosos residentes, as reuniões de grupo, os exercícios de dinâmicas de grupo para tertúlias de troca de experiências entre os residentes e investigador/técnico nas diferentes atividades.

Nesta forma foi possível elencar os problemas, as necessidades, as potencialidades, os recursos existentes e os constrangimentos mais sentidos pelos sujeitos. Caminho que faz emergir um conhecimento científico coconstruído num movimento “vai e vem” de negociação, de “devolução” dos problemas, de um questionamento permanente e negociação entre o investigador e os diferentes sujeitos participantes.

Estava lançado o mote para criar espaços com uma dose de “criatividade” e espontaneidade, numa relação de proximidade comprometida necessária para conhecer a identidade cultural e individual que vai muito mais além dos processos individuais iniciais de integração.

1.1.1 O GRUPO E A SUA IMPORTÂNCIA QUANDO SE VIVE NUMA “CASA IGUAL”

Para um processo de institucionalização que se espera humanamente realizado, sem que desvalorize a autonomia, a liberdade e a singularidade” (Mendes, 2018), é fundamental conhecer o indivíduo pela sua própria história, interesses e opções. É essencial nas práticas não formais de intervenção socioeducativa com a pessoa idosa que integra uma ERPI a preservação da sua identidade pessoal através do recurso à história de vida, porque (...) conhecer a pessoa, não pode ficar remetido às escalas e outros eventuais documentos do processo individual, e ou mesmo, pelas vantagens cognitivas e psicossociais (...) apresentadas em escalas de valor. O recurso às histórias de vida permite trazer uma riqueza maior a intervenção, nela se espera que o indivíduo relate e aprenda com suas experiências “(...) Porque se trata da sua própria vida, e na medida em que a posse de uma história acerca de si próprio é um elemento central de sustentação do Eu, a história de vida não se refere unicamente a um conjunto de factos e à relação entre eles, mas inclui o investimento emocional do narrador.” refere Brandão (2007, p. 2).

O indivíduo ao conversar sobre si, conscientizar-se-á sobre a sua experiência, vivência, e capacidade de superação. Possibilitará a capacidade de descoberta de si mesmo e empoderamento de novas realidades, descobrindo alternativas e soluções para os constrangimentos que possam surgir.

Foi possível observar/ experienciar ao longo deste processo de investigação, transformações surgidas no indivíduo pela conscientização na autonomia de decisão relativamente a si na relação com o outro. Como revela os seguintes testemunhos: “Temos de perceber que não podemos visitar todos aos mesmo tempo, pois não temos carrinhas para tantas cadeiras de rodas (...); (...) teremos que encontrar a melhor solução”, referiu a D. INS. Na reunião de grupo o SR.LS relativamente à organização da visita à Casa-Museu referiu: “Quando eu pertencia às organizações, também tínhamos de encontrar soluções”.

Brandão (2007, p.2) refere que “De uma certa forma, uma história de vida é sempre individual e única – a história de um indivíduo particular contada a partir da sua perspetiva e à luz da sua experiência, (...)”.

A intervenção socioeducativa também não pode lançar mão do trabalho a partir dos grupos, porque este poderá assumir significados favoráveis na reestruturação identitária do indivíduo. Ao longo do processo de investigação foi possível verificar que algumas pessoas, ao serem desafiadas para uma determinada atividade socioeducativa evidenciaram a preferência de o “fazer” em grupo, e em determinado espaço físico. Organizavam-se e colaboravam mutuamente uns aos outros, como foi o caso do relato da D. LRD à colega que estava sentada ao seu lado: “venha “com nós”, você gosta de ver as crianças”, convidando-a para uma caminhada ao exterior.

Foi possível verificar de igual forma, noutras atividades propostas, como a preparação da semana pascal: “Colocamos a mesa na outra sala para dar mais espaço para todos e ter mais luz (...) é melhor para organizar as diferentes passagens bíblicas”, referiu o SR. VLS. Neste contexto foi possível perceber a existência de uma identificação grupal em alguns elementos dos residentes.

Como defende Cornaton (1979, p.13) “(...) desde sempre, o homem só se realiza pelo processo de socialização. O indivíduo é desde o nascimento uma pessoa, mas torna-se uma personalidade social”. Esta tendência é evidenciada no que argumenta uma idosa: “É melhor estarmos todos juntos nestas brincadeiras, podemos nos conhecer melhor”, refere D. LDR quando questionada sobre a atividade realizada; “Podíamos todos jogar bingo”, “(...) respondeu no canto da sala um outro participante (o SR.VLS)” numa manhã que o técnico questionou as pessoas sobre o que poderiam e queriam fazer.

A este respeito, como refere Conaton (1979 p. 42) é importante “(...) considerar o ambiente dos grupos, cujo conhecimento é apesar de tudo tão importante como o próprio grupo.” Segundo Maccio (1977) um grupo é uma unidade coletiva. Defende que ela mesma transcende as pessoas que as compõem, e o grupo não é a soma dos indivíduos que o constituem: “É mais do que a organização das relações interindividuais que se estabelecem no seu seio” (...) “As relações que se criam dentro do grupo favorecem o desenvolvimento das personalidades, através da troca de ideias e do diálogo” (p. 127)”. Defende que o grupo é criador de consciências coletivas.

Para interpretar a realidade e obter dados sobre ela, a escuta é condição imprescindível (Cembranos, 1988). A título de exemplo, com o SR.PRR, com 89 anos, que integrou a ERPI no mês de março de 2022, transferido de uma outra resposta social, no decorrer do processo de integração, foi possível observar e perceber um isolamento na sua cadeira e na sua “sesta” que demorava horas, (só despertava para os momentos de refeição, tão comum nos quotidianos dos lares) – a diretora técnica, referiu – por indicação do filho, poderia ser um quadro demencial ou início de depressão. Desta forma, ao passear com ele nos jardins, auxiliando-o na sua marcha, pois ficou comprometida após um AVC, e como consequência já não conseguia andar sem auxílio, um dos fatores que poderá contribuir para o seu isolamento, na tentativa de encontrar estratégias de relação e comunicação remeti à sua profissão enquadrando-a na época histórica. Tinha sido carteiro durante 20 anos na freguesia onde se localiza a ERPI, e há 50 anos, tal implicava que fizesse o seu serviço a pé porta a porta, tal como fazia agora na ocupação útil no seu tempo livre. A reminiscência da sua H.V serviu como motivação para que o SR.PRR ultrapassasse a sua resistência à atividade. O sorriso, a conversa fluida e os olhos a brilhar foi a forma que o SR.PRR me recebeu quando o convidei para passear novamente.

De acordo com características dos idosos residentes e das suas distintas necessidades constatamos ser obrigatório refletir uma intervenção socioeducativa estruturada, planificada e individualizada para um número considerável de residentes. Uma intervenção que não se limite a replicar modelos prévios porque, “Não é possível a mera replicação de projetos de intervenção nem a generalização ao nível da realidade social, que é mutável, está sempre em permanente transformação, o que implica uma atitude de constante investigação, observação, análise crítica e flexibilidade da parte do investigador”, com vista a ultrapassar constrangimentos e visionar alternativas para a realidade atual. Cembranos refere ainda: “Quanto mais formular hipóteses, discriminando relacionamentos mais têm explicações que nos permite conhecer mais a realidade, para a alterar, para fazer planos, para elaborar estratégias.” (1988, p.47).

1.2 OS SUJEITOS DESTE PERCURSO DE (RE)CONSTRUÇÃO NO COLETIVO

Na senda aberta por este encontro com o SR.PRR, percebemos que falar das profissões poderia ser um mote para alargar o conhecimento sobre os sujeitos que integram ERPI. Neste sentido, lançou-se o desafio «Quem fui e Quem sou?». Atividade que remetia à profissão dos elementos que estiveram presentes no projeto. Com o objetivo de reforçar o reconhecimento de *quem fui!!!* e abrir possibilidades para *O que poderá ser, Hoje!!* Desta provocação surgiram várias reflexões: “O que eu era! O que eu sou! E o que posso vir a ser?” Referiu a D.MR. BRS expressão que utilizou variadas vezes, quando consciente das “perdas” e dificuldades que apresentava nos tempos de hoje, nos seus 89 anos.

Foi notório o empoderamento de todas as pessoas ao falarem da sua profissão, defendiam-na com orgulho e satisfação. D. GLR, por exemplo, afirmou: “Fui para o trabalho da minha mãe, fui ama na Fábrica”. Com esta atividade verificou-se como a profissão tinha preponderância na identidade do indivíduo.

Na perspetiva de Cornaton (1979) isto acontece porque no modo de organização das sociedades modernas, surge a separação entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho, o que permite a identificação também por via da sua profissão. O indivíduo revê-se pelo seu

lugar no mundo da “produção laboral”, como referiu o SR. FRCC “eu?! Calceteiro, corri o país. Conheço muitos lugares”.

Os percursos profissionais das famílias e suas implicações no decurso de vida destes sujeitos, também são convocados como outra característica que diferenciam a identidade pessoal nas sociedades tradicionais industrializadas. Ou seja, nas sociedades industrializadas o emprego passava de pai para filho (numa espécie de herança funcional, uma herança de classe). O pai ou irmão que trabalhava na fábrica conseguia emprego para o filho com 12 anos, por exemplo, a D. FLRD refere: “fui para a fábrica onde trabalhava o meu marido.”; ou o Sr. LS” comecei muito cedo a trabalhar, tinha os meus 12 ou 13, era o filho mais velho”.

Como resultado deste desafio foi possível recolher algumas informações sobre os sujeitos, sobretudo das pessoas envolvidas gradualmente no projeto, a partir das reuniões de grupo, conversas intencionais e grupos de discussão. O número foi variável entre 13 a 18 elementos: Quem foram? – Sr. Eletricista de 75 anos; Sr. Labrilhadeiro de 91; Sr. Marmorista de 94 anos; Sr. Operário construção civil de 78 anos; Sr. Carteiro de 90 anos; Sr. Pintor de casas de 55 anos; D. Lavradeira de 92 anos; D. trabalhadeira na fábrica 93 anos; D. Funcionária pública de 77 anos; D. Tecedeira de 75 anos; D. Operária têxtil de 80 anos; D. Gardasoleira de 89 anos; D. Bobinadeira de 87 anos; D. cuidadora de meninos de 77 anos; D. doméstica de 64 anos; D.CCC.M. doméstica e “tratava dos filhos” com 87 anos; D. GMR(não se lembra do que fazia) com 101.³

Constatamos que um elevado número de pessoas, recordava-se do nome do último “patrão”. Expressão referida com carinho por parte de vários elementos.

Na busca, na pesquisa, na descoberta das pessoas sobre *quem fui* nos diferentes percursos de vida, um dos aspetos comuns a quase todos os elementos foi o motivo relacionados às habilitações académicas. Como revelaram alguns testemunhos: “Eu fui obrigada pela

³ O nome de referência foi a forma como identificaram as suas profissões

fábrica" (D. Bobinadeira); "Para trabalhar como ama em Caniços, tive que ir à escola de adultos, ... já tinha 5 filhos" (D. GLR); " Para trabalhar tinha que se ter escolaridade, se não tivesse escolaridade não podiam trabalhar na fábrica" (Sr. Operário construção civil de 78 anos); " Portanto, antigamente para se empregar ou tirar a carta de condução era preciso o exame da 4ª classe" (Sr. Eletricista de 75 anos). No grupo de participantes deste projeto de investigação são o de maior número quem sabe escrever e ler e apenas três elementos não sabem ou não conseguiram aprender a ler. Um dos aspetos que despertou interesse deve-se a profissões que não estavam relacionadas com a Indústria têxtil, falamos do Sr. Labrilhadeiro de 91; a D. Lavradeira de 91 anos; Sr. Marmorista de 94 anos; D. Gardasoleira de 89 anos. Consideramos que uma ação socioeducativa com acesso à educação (a título de exemplo, promover visitas/ exposições/participação em momentos socioculturais), que leve o individuo a descobrir o interesse em participar, poderá ser um dos caminhos para que as pessoas idosas, neste caso muito idosas, terem a oportunidade de um tempo de vida, conquistado pela longevidade atingida, prazeroso e de evolução pessoal com acesso aos benefícios da educação ao longo da vida. Pois, é uma faixa etária que historicamente teve pouco acesso à educação.

Neste percurso de pesquisa, outro dos aspetos comuns é a origem de cada pessoa idosa participante. A zona geográfica é circunscrita ao concelho que pertence a ERPI com dois casos de concelho vizinho.

A partir da análise dos elementos recolhidos, existem pontos em comuns: as profissões maioritariamente relacionadas com a Indústria Têxtil, habilitações académicas semelhantes (exame do 3º e 4º ano da *escola de adultos*- léxico utilizado por todos os elementos) e zona geográfica semelhantes, favorece o enquadramento quer histórico como também categorizar socialmente que grupo de pessoas são. Acresce que "Os agrupamentos sociais formam categorias sociais que se referem a um conjunto de indivíduos, mais ou menos dispersos com características comuns reconhecidas pela sociedade" (Cornaton, 1979, p.39).

Pela revisão bibliográfica caracterizamos as pessoas idosas da ERPI como um agregado social onde é possível perceber que existe um grupo primário, quer pela observação nas diferentes estratégias de motivação de participação das atividades; pelas inter-relações

nas diferentes partilhas em grupo; pelos apoios mútuos entre as pessoas⁴; Os residentes de uma forma geral relacionam-se entre si, identificam-se com objetivos comuns, como é percecionado na participação das diferentes atividades do programa de intervenção socioeducativo já existente na ERPI, anterior a este trabalho.

A debilidade pela saúde é outro dos fatores comuns do motivo de integração na ERPI, estes estão relacionados com problemas físicos e patologias mentais (distúrbios da memória; demências; depressões; AVC; doenças cardiovasculares, ...). Quanto há mobilidade, as pessoas são autónomas, necessitando, no entanto, de algum tipo de ajuda nas AVDS como para se deslocarem recorrem a ajudas técnicas - cadeiras de rodas; andarilho; bengalas. A autonomia que aludimos, é referida à capacidade de orientação e consciência de si mesmo. Salientamos que pela idade cronológica e patologias mentais associadas, existiram diferentes momentos, diferentes estados de humor, aspetos a ter em conta no decorrer de todos os momentos do projeto, respeitando desta forma o tempo de cada pessoa e o seu estado biopsicossocial.

Cornaton (1979) tipifica a socialização que estes idosos tiveram, uma vez que o seu tempo histórico é semelhante e remete-nos para uma reflexão séria sobre estes tempos modernos em que os filhos, cada vez mais, "institucionalizam" os seus progenitores. "A socialização de ontem, ao nível da família, do clã ou da vila, não estava na mesma escala que a massificação hoje. A socialização de ontem era orgânica de células autónomas, complementares e solidárias. A socialização atual é uma socialização orgânica de indivíduos mais ou menos aglomerados, sem que o desejem mesmo, se dão a impressão de agir livremente" (p. 41).

Segundo Mendes (2008) "Vivemos em sociedades de mutações rápidas, com pouco espaço para quem não é suficiente capaz de acompanhar". Hoje com os diferentes desafios que se colocam aos filhos destes "pais", pela precariedade laboral que obriga muitas vezes a que tenham de ter "dois empregos", habitações pequenas, falta de rede de vizinhança que

⁴ (O SR. VLS por várias vezes deslocou-se ao quarto do SR. LS para perceber se estava atrasado para vir para atividade; a D. LSD questionou se a D.INS estaria melhor de uma queda e foi ao quarto e questionou a colaboradora sobre o seu estado de saúde; o meter a sopa à senhora do lado por estar com dificuldade naquela refeição e não comer a sopa fria, referido pela D. CNCM)

promove insegurança, os problemas de saúde da pessoa idosa e longevidade, poderão ser motivos que apressem a precoce retirada do meio natural de vida, recorrendo à institucionalização. No entanto, é questionável se a opção de integrar num lar o seu pai/mãe/esposa(o), não é condicionado pelas solicitações externas do fenómeno da massificação da era contemporânea, que poderá resultar na despersonalização do ato de pensar e refletir sobre outras alternativas, para o seu “adulto idoso” que poderá ser muito diferente do que apenas a integração numa ERPI. Constatamos que existe famílias que pouco ou mesmo nada estão presentes, na fase inicial do processo de integração como durante a continuação de vida no lar. Refere a D. FLRD “(...) a minha filha trouxe-me aqui ao engano, chorei muito. Mas agora gosto de aqui estar. Ela tem a vida dela no estrangeiro e eu dos meus outros filhos nada sei”; ou a D. RTL “(...) Menina, a festa da família é num dia mau, o sábado é o dia das lides de casa e as pessoas têm que arranjar as suas vidas para durante a semana. O meu filho não veio porque não podia vir”. Foi também possível perceber que existem diferentes opiniões e atitudes por parte dos familiares com as pessoas residentes. “Os meus filhos estão no estrangeiro, têm a vida deles lá. Filhos e as esposas, trabalhos e as suas casas. Mas ligam-me todos os dias. Estamos sempre em contacto “.Outros testemunhos aconteceram nas conversas intencionais: “ Ia a casa todos os fins de semana, mas com o covid, estragou tudo” refere a D. C.M.; Sr. Marmorista de 94 anos, pai de 10 filhos, integrou à 10 anos na ERPI, quando questionado sobre como se sente nesta sua “nova casa”, refere: “...quero ir para casa, ...estou bem, mas gostava muito mais de lá estar.” , apesar de ter visitas regulares semanais e idas aos fins de semana, “ (...) e uma família presente (...)”, como refere a colaboradora NTL.

Num universo de 34 pessoas, é considerado pelos residentes, colaboradores e direção técnica, que existem algumas famílias que não estão presentes na vida do seu familiar. Considerando que em alguns casos se deverá ser pelo facto do elevado grau de dependência, o contributo do afastamento no tempo da pandemia, referem que poderá ter contribuído para um “desinteresse de visitar” e agonizar a falta de relação. Reforçamos neste ponto, as reflexões já descritas anteriormente, para a necessidade de um trabalho de intervenção a realizar quer com as famílias como nas políticas institucionais. Neste segmento, apontando pistas para um futuro interesse de investigação, é premente produzir

conhecimento científico sobre a cultura institucional e as relações estabelecidas com as famílias das pessoas residentes.

De acordo com Cembranos (2001) é preciso saber onde estamos? Como fazer? Para onde ir? Para o efeito, será necessário a recolha de informação através de dados qualitativos, documentais e não documentais, pela observação participante e pelas histórias de vida, é fundamental que o sujeito possa chegar a elementos que “implica uma contínua interrogação sobre si próprio, tal como o seu ambiente” (Boutinet, 1990, P. 259).

As pessoas residentes, à data da recolha dos dados eram, maioritariamente, pessoas idosas e muito idosas. No entanto existiam três residentes adultos dependentes com debilidades motoras e psíquicas. As idades variavam entre os 56 e 101 anos. Relativamente à zona geográfica de origem o maior número de pessoas residia no concelho de Vila Nova de Famalicão, concelho à qual pertencia a ERPI. Outros pontos em comum dos residentes são relativos às debilidades, como: a dependência funcional e perda cognitiva comprometedoras da autonomia nos cuidados de vida e patologias comuns à terceira idade (Diabetes, AVC; Doenças cardiovasculares; Infeção urinária, Cancro).

O tempo histórico, a zona geográfica (Vale do Ave), estabelecem pontos em comum na preceptiva de grupo. As semelhanças profissionais e as necessidades de “ir à escola” para apreender a “escrever o nome e a ler”, de acordo com o relato do senhor LS, “eram exigidas para conseguirem o emprego na fábrica” (...) para trabalhar tinha de se ter escolaridade” (Sr.LS); “As fábricas eram obrigadas a ter creches e escolas à noite para o ensino” (D: GLR); As habilitações literárias das pessoas residentes, eram o “exame da quarta” ou “escola para adultos”, expressões partilhadas pelas pessoas idosas (notas de campo), Assim como, na faixa etária do 80 aos 93 anos existia pessoas que não sabiam ler, no entanto escreviam o nome e conheciam os números. Não foram à escola, entretanto apreenderam assinar o nome.

Consideramos neste ponto, para melhor conhecer e problematizar a realidade referir o apurado.

Nos registos de reuniões de grupo sobre o tema: “quem fui e o que fazia?”. No grupo que participou ao longo do projeto de forma mais ativa e implicada, duas pessoas têm o 6º ano de escolaridade com profissões diferentes da maioria das pessoas. Um foi electricista e outro auxiliar de educação. O grupo dominante teve a profissão operário têxtil, são homens e mulheres que trabalharam, em empresas localizadas no Vale do Ave.

De acordo com a literatura, a zona do Vale do Ave (norte de Portugal) assume um papel de relevo em Portugal, nomeadamente na Indústria têxtil algodoeira na segunda metade do século XIX. Este grupo de pessoas idosas, à época teriam a idade cronológica de começar a sua atividade profissional. Refere a literatura que a localização esteve relacionada pela rede hidráulica e por zonas rurais com hábitos de cultivo agrícola do linho. Referindo, a mão de obra disponível era menos letrada e reivindicativa comparativamente às zonas urbanas:

Na segunda metade do século XIX a indústria têxtil era um importante motor do processo de industrialização nacional e, nesse quadro, o Vale do Ave revelou ter condições geográficas e socioculturais particularmente favoráveis ao seu desenvolvimento. Na sua bacia hidrográfica irão surgir inúmeras companhias que aproveitaram a força motriz da água, a rede de caminhos de ferro e rodoviária para se instalarem. Foi igualmente decisivo, para essa multiplicação de fábricas, a disponibilidade de uma mão de obra iletrada – mais barata e menos reivindicativa e organizada que o operariado urbano – facilmente ajustável à nova produção de transformação do algodão, pela longa tradição local de cultivo, fiação e tecelagem do linho. Estes foram fatores importantes para a rápida disseminação do sector têxtil no território e para o consequente aparecimento de novos focos urbanos (Alves, 2012).

Consideramos que a dialética de Paulo Freire (1979), a reflexão-ação poderá ser facilitadora com este grupo de residentes. Relativamente ao seu passado histórico e a identidade social comuns, adquiridas na juventude, poderá possibilitar um grupo de trabalho onde a reflexão e a perceção dos problemas da realidade, sejam possíveis de se discutir, ouvir, perceber e agir.

Viveram numa época de mutações sociais estruturantes à luz de um regime antidemocrático do Estado novo. Consideramos, desta forma, que poderia existir uma “atitude” crítica sobre os factos que cada individuo/ pessoa idosa foi habituado a ultrapassar, a questionar e encontrar soluções no “contorno” das dificuldades do trajeto de vida.

Foi possível observar reações e relatos que permitiram uma comunicação entre os pares interessante a partir de uma das ações socioculturais, onde foi proposto um grupo de

discussão, previamente marcada sobre o tema “O que é para mim abril de 1974”, (surgiu na sequência de um dos elementos do grupo ter verbalizado situações de vivências da Guerra Colonial e perseguições da PIDE).

As reações de alguns participantes, pelas memórias e identidade emocional, possibilitou uma harmonia entre os participantes, o que permitiu a estes recordarem factos e vivências, ao mesmo tempo identificarem problemas comuns. Como os comentários que se seguem: “Lembro-me. Eu era pequena, mas tínhamos medo do meu pai ir para a guerra” (D. LRD, 91 anos); “Só podiam trazer um quilo, eles não deixavam comer mais” (D.RT. LP, 77 anos); “Obrigavam os meus pais que viviam da lavoura, a dar metade dos cereais e batatas (...) lembro-me deles esconderem nas minas secas as sementes.” (D. LRD, 92 anos).

Foi possível perceber, que após as sessões socioculturais terminarem, os momentos que se seguiam, era perceptível a existência de uma maior frequência de diálogos entre as pessoas. Aconteciam para além do espaço físico das sessões e permaneciam em diferentes momentos dessa semana.

Consideramos, desta forma, que os “momentos de reunião” e a partilha de testemunhos de vida permitiu favorecer a identidade grupal, o recolhimento da identidade cultural e a (re)construção identitária para as pessoas residentes.

Neste sentido, defendemos que uma das estratégias para uma intervenção educativa que permita a emancipação e a liberdade da pessoa idosa, que vive num contexto institucional, deverá, de acordo com a vontade dos sujeitos, passar por momentos de um estar em coletivo, de estar num grupo que possibilite o diálogo, a partilha e o respeito as diferentes opiniões. Possibilitará também, tal como refere, Cuche, (2006) que os resgates das histórias de vida viabilizem o (re)encontro do individuo em si mesmo e com os outros porque este resgate fortalece a identidade e “A identidade permite ao indivíduo localizar-se no sistema social e ser ele próprio localizado socialmente” (Cuche, p.136).

A identidade, revela uma noção de pertença, com uma plena consciência dos seus símbolos. Neste sentido de identidade pessoal e coletiva, considerar-mos-emos que a institucionalização como um duplo desafio de natureza pessoal e coletivo. Encontrar

estratégias que permitam melhorar os processos de institucionalização, as práticas de serviços de apoio e lazer que favoreçam a autoestima e viabilizar apoios que permitam ultrapassar atitudes de isolamento.

Ao ser institucionalizada a pessoa idosa deixou para trás o seu espaço natural de vida e irá encontrar um novo ambiente físico, social e organizacional. Refere Lourenço (2014) a institucionalização poderá "(...) levar a uma reconfiguração identitária e conseqüentemente trazer condicionantes ao nível da sua própria identidade" (Lourenço, 2014, p.12). Neste sentido, é fundamental pensar e fazer uma intervenção educativa "crítica e esperançosa" (Mendes, Pinheiro & Vieira, 2014) permitindo um respeito pela particularidade da pessoa, assim como novas visões e conceitos de lares para pessoas idosas, procurando que estas estruturas possam preservar a independência e privacidade dos indivíduos.

No decorrer da investigação, foi notória a possibilidade de identificar três grupos distintos relativos ao modo como participavam nas atividades (já existente no plano de sala), ou seja, a atividade não era entendida de igual forma por todas as pessoas que aceitavam participar. Neste sentido para "simplificar" a reflexão e análise de fatos menos evidentes, privilegiando uma metodologia de pesquisa-ação participativa, agrupar os sujeitos de acordo com as disponibilidades e atitudes face à de participação e envolvimento no dia-a-dia nas mesmas, permitirá um melhor entendimento na descrição do presente trabalho, como nas propostas das atividades e na sua avaliação. Serão descritos como grupos A, B e C.

Ao longo do percurso, para um melhor conhecimento dos sujeitos e dos "recursos do ambiente", foram propostas reuniões de grupo com temas para dialogar, trocar experiências e momentos de aprendizagem cooperativa. Foi perceptível a participação de um número constante das mesmas pessoas, entre 10 e 16 elementos. Os motivos da alteração oscilante, foram variáveis, sendo por ausências a tratamentos, isolamento covid, entre outros. O "Grupo A", era constituído pelas pessoas que estiveram disponíveis a participar na análise e desenho do projeto e, de uma forma "natural", foram-se envolvendo, empenhando-se nas diferentes estratégias de reflexão, diálogo, negociação e organização de ideias.

Referimos como aspeto facilitador/potenciador, existir uma rotina de planificação com as pessoas. As atividades temáticas e/ou das necessidades/vontades lúdicas e/ou de lazer, eram negociadas e planeadas com as pessoas residentes. Mensalmente era projetado a planificação de atividades e, em grupo, para além destas atividades, iniciava-se no âmbito do projeto um processo de discussão e negociação, onde, através do diálogo e da partilha de opiniões, projetava-se o que fazer na ocupação do tempo de ócio.

Nos diferentes momentos de construção do conhecimento da realidade, numa relação dialógica, pela observação participante, pelas conversas intencionais e pelas dinâmicas de grupo, ao longo do processo, num “olhar de investigador implicado”, foi sentido e percecionado, situações de possíveis problemas relacionais.

Com a informação recolhida pelas diferentes técnicas com as pessoas idosas (observação participante, conversa intencionais e dinâmicas de grupo) foi proposto um tema para reunião: “o que mais lhe aborrece no dia a dia”. Deste modo foram devolvidas ao grupo as questões verbalizadas individualmente. Na sessão de grupo de discussão, foi exposto: O porquê de as situações de discussão existirem? Se são sentidas por todos? O que é necessário mudar? Que situações/problemas poderiam existir, além dos verbalizados? Quais as necessidades de mudança? Surgiram várias opiniões: “o fazer pouco e falar mal umas das outras”. “Na mesa há sempre discussões...ponha-me aqui no meu canto e deixo passar... somos diferentes uns dos outros.” (D.INS); “Na mesa dos homens, eles sim, nunca há barulhos”. Quando devolvido este problema de comunicação relacional à equipa técnica (cuidadores formais) estes referiram que muitas das vezes, as atitudes, linguagem, de quem auxilia e presta os cuidados de AVDS, não é a melhor: “por vezes existem situações que ouvimos os idosos a tratarem-se verbalmente uns aos outros como ouviam as colegas cuidadoras a referir-se à pessoa idosa. Não é adequado, falta o cuidado e mais rigor na linguagem com a pessoa mais velha”. (C. IS).

Os conflitos e as “situações de discussão”, foram percecionados e refletidos por todos os atores sociais como um dos problemas.

Quando devolvido as pessoas residentes o que se poderia fazer para ultrapassar, apontaram como soluções visionadas o respeito pelo outro, o falar e conhecer as pessoas que “estão ao nosso lado” e o “aceitar-nos uns aos outros. poderia ajudar.” (D. INS).

Uma das potencialidades deste grupo é a característica de “espelharem”, prazer e bem-estar, quando eram suscitados a relacionar-se em dinâmicas de jogos de grupo.

Assim como nas partilhas de tertúlias temática. Revelaram disponibilidade para se ouvirem. É neste sentido, consideramos indicar como estratégia de mudança, a optar pela técnica de grupos de diálogo, e/ou grupos de debate, nas situações limite de conflito relacional e apostando para temas de sessões de debate, a comunicação e relação humana.

Elementos do grupo apontaram, como alternativa de mudança para ultrapassar as situações de conflito, o “cansaço” de “estar sempre em casa” (Sr. ATN), optar pelas saídas ao exterior (jardins da ERPI): “quando estou cheia de ouvir, vou dar uma volta”. (D. INS). “As vezes é difícil deixar passar, (...) depois não consigo levar a minha cadeira sozinha” (D. FLD); “quando a menina está cá distraímos a cabeça e passa tudo” (Sr. VLS).

Outro do problema identificado pelas pessoas é o “isolamento” do exterior da ERPI. De acordo com a debilidade física referiram a dificuldade de “gostarem” de dar um passeio livremente, mas não o poderem fazer sozinhos. “quando você está cá, ou temos ajuda para ir à ginástica ainda vou.” (D.LC); “Até gosto de ir, mas tenho medo de ir sozinho” (Sr. FRC) “. De acordo com as características de mobilidade e dependência de ajudas técnicas (cadeira de rodas, andarilho, muletas), é significativo o número de pessoas que necessitavam individualmente do apoio de um colaborador para a marcha. Os cuidadores disponíveis, de acordo com a escala de serviço, eram “quase” inexistentes, no entanto quando solicitados, reuniam esforços para auxiliar o educador social nas atividades que implicavam o exterior.

Os problemas supramencionados, foram devolvidos para perceberem outras opiniões e soluções a encontrar. Posto isto, e reconhecido por alguns cuidadores diretos e diretora técnica, a necessidade gestão de recursos humanos como de uma maior sensibilidade/formação continua nas prestações dos melhores cuidados na relação com a pessoa idosa”

Estão aqui metidos, pois não se conseguem ter tempo para a necessidade de passear e dar uma voltinha” (C. VR).

É visto como potencialidade, a disponibilidade, a preocupação com a “inquietação” para o melhor “cuidar no dia-à-dia”. Alguns elementos das equipas dos cuidadores formais consideram com fundamental para o equilíbrio de todos, trabalhadores e utentes, a permanente disponibilidade para os passeios, o conversar, o estar com as pessoas. “quando nos sentamos eles apreciam (...) quando estive a pintar as unhas a D. BRS contou-me histórias do marido com uma alegria contagiante” (C. ANB). A senhora que a colaboradora se referia, estava num processo demencial agravado pela “crise de vida” de viuvez no ano de 2019. Estes momentos de relação dialógica, de atenção e de humanidade, é por nós entendido como o verdadeiro significado de apoio e auxílio para um envelhecer harmonioso. É no nosso entender que existe a urgência e pertinência, nos contextos institucionais, destes cuidados dirigidos e não estandardizados.

De acordo com o Manual de Boas Práticas, “Um guia para o acolhimento residencial das pessoas mais velhas” do Instituto da Segurança Social, “Os princípios e valores em que assenta o cuidar do outro em acolhimento residencial têm a sua génese nos direitos fundamentais que devem ser promovidos e garantidos a todos os residentes, famílias, colaboradores, dirigentes, especialistas e todos os restantes com quem a organização se relacione.” (Manual de Boas Práticas, 2005, p.26). Identifica como valores e princípios do cuidar a dignidade, o respeito, a individualidade e a autonomia.

Refere que o princípio da autonomia passa: “(...) pela individualidade que implica, necessariamente, o respeito e a promoção da autonomia do residente (...)”. E acrescenta que:

A estrutura residencial não é um local onde a pessoa aguarda pela morte, mas sim a sua casa, onde vive uma fase importante da sua existência. A direção e os colaboradores da estrutura residencial devem encorajar o residente a ser responsável por si próprio e a executar ele mesmo todas as tarefas que deseje e de que seja capaz (...). (...) deve ter condições que promovam a autonomia e facilitem a mobilidade, nomeadamente a nível do espaço físico e mobiliário, e da humanidade com que se prestam pequenas ajudas, capazes de ajudar a manter o auto-cuidado, a auto-estima e a promover a autonomia (Manual de Boas Práticas, 2005, p.27).

Os princípios e os valores de acordo com o manual orientador do S. Social, são pontos de reflexão, mais uma vez, sobre as funções do Estado e o papel das instituições neste tempo atual com extremas exigências.

Desta forma na observação e nos diálogos informais com os diferentes sujeitos (colaboradores e equipa técnica) apontavam como outro dos problemas a escassez de recursos humanos, a dificuldade e a capacidade económica de contração da IPSS. Como consequência refletia-se a complexidade de um acompanhamento individualizado a vários níveis, merecendo a presença de um maior número de cuidadores formais (auxiliares de ação direta) em colaboração com outros técnicos qualificados nas práticas não formais de educação.

Consideramos, neste ponto a necessidade de reflexão mais alargada. Não restringindo à ERPI em causa, que revelou disponibilidade/abertura para constantes mudanças às necessidades, mas também às direções técnicas das IPSS(S) com ERPI(S). A necessidade de um quadro de trabalhadores qualificados, que permita o acompanhamento efetivo e regular, poderá contribuir para ultrapassar as longas “horas de solidão”, por falta de diálogo, estímulos e isolamento “antecipado”. O sujeito poderá ter a possibilidade de “viver” o seu processo natural de envelhecimento de uma forma prazerosa, acompanhada e feliz. Esse envelhecimento “precoce” físico, intelectual e emocional poderá ser prevenido no “romper” de um isolamento relacional.

A valorização dos espaços de relação dialógica, o compromisso de uma intervenção articulada, pensada e avaliada é por nós defendida e apontada, para possíveis novas realidades.

“É esta educação pelo diálogo que deve ser estimulada e desenvolvida nas nossas instituições, visando a completude do adulto sénior, a sua não objetivação através de práticas assistencialistas e de pouco envolvimento, o que requer do interventor social algo para além de atitudes tecnicistas, requer um profissional que desenvolva uma educação crítica e, ao mesmo tempo amorosa, afetiva, apaixonante, assente numa pedagogia do desejo” (Mendes, 2008, p. 20).

Na ponderação das possíveis causas deste isolamento relacional, uma vez que este problema de escassez de recursos humanos é transversal a várias instituições e muitas das vezes alheias às suas vontades, como refere a D.T: “Tenho perceção que deveria existir dois

colaboradores na sala em permanência, mas por constantes faltas ao serviço, consultas médicas diárias, (...) não consigo disponibilizar mais colaboradores para acompanhar o técnico”.

No decorrer da análise da realidade, foi possível perceber que um grupo de pessoas, quando convidadas a participar nas diferentes propostas do plano de atividades já existente, apresentavam mais dificuldades de manter um interesse contínuo e participação efetiva e comprometida. Poderiam ser causadas por variáveis como: a surdez, a capacidade de compreensão e os níveis de concentração reduzida. Neste sentido foi apontando, neste projeto de intervenção- ação educativa, a intenção de potenciar a criação de espaços próprios individualizados ou em pequenos grupos, que permita a relação dialógica e uma ação coconstruída de tempo de ócio acessível às características de cada pessoa idosa. Referido e explanado mais adiante, no desenho de projeto com o “Grupo B”.

A presença de um terceiro grupo, é notória no ambiente institucional. Pessoas que têm a sua forma de estar individualizada e não se relacionam com todas as pessoas, mas têm uma ou duas pessoas com quem falavam e passavam as horas do dia. A este grupo nomeamos de “Grupo C”.

A participação das diferentes atividades não é linear a todas as pessoas. Ou seja, no ambiente de sala de atividades existe dois a três elementos conscientes da realidade do “que está a acontecer” e outros três elementos, nos episódios de orientação cognitiva revelam uma participação “não participante”. De acordo com Mendes (2018) trata-se de uma participação passiva, mas que é uma das diferentes formas de participar “Olhe já viu a D. ARR, a bater o pé ao som da música?” (C. ISB); “a D. GN começou a rir muito ao ouvir o sr. FCS a falar alto.”. Defendemos que a participação seja ela qual for, tem de ser respeitada na existência de inúmeras formas de sentir bem-estar e conforto, bem como respeito pela individualidade da pessoa humana. Todos os indivíduos têm capacidade de participar, cada um a sua maneira e de acordo com as suas competências e as condições que lhes são facultadas, porque todos possuem a capacidade de se socializar. Esta socialização permite a comunicação entre os indivíduos através de uma relação, que nada mais é, do que a participação (Naval, 2002, p.112 como citado em Mendes, 2007, p.).

Consideramos como potencialidades um conjunto de características/ particularidades de um considerável grupo de colaboradores, reveladoras de inquietude e preocupação para melhorar os procedimentos de estar e cuidar. A colaboradora VR referiu "a colega é que está certa, ela demora mais tempo, (...) é o que está correto. Ela conversa enquanto penteia, (...) ela senta-se com as pessoas. (...) Por vezes é criticada pelas outras colegas, mas ela é que está certa". Continuou referindo a necessidade de este "estar" numa relação de cuidar. Em diálogos intencionais foram devolvidas as preocupações/necessidades sentidas a outros elementos da equipa. Nesses diálogos emergiram sugestões e constrangimentos: a necessidade de formação continua (como constrangimento específico, situações pontuais do "não saber" comunicar mais adequadamente em situações de agitação momentânea); a necessidade para um melhor acompanhamento/formação e orientação aquando à integração de novos elementos na equipa de auxiliares; "reciclagem" formativa; instabilidade da equipa por absentismo elevado. Quando devolvido à equipa técnica os problemas referidos, foram apontados como principais constrangimentos: "existe uma dificuldade em contratar pessoas que estejam disponíveis para trabalhar os fins de semana, em horas noturnas e nos turnos rotativos (...) o perfil das pessoas que se propõem não é o mais adequado. (...) "as baixas são constantes".

Relativamente ao observado e posteriormente analisado ao longo da análise do ambiente institucional, foi notório que existe um bom ambiente entre chefias e trabalhadores. Equipas compostas por uma faixa etária que ronda 25 aos 55 anos, com formação ao nível de terceiro ciclo, formação técnica na área de geriatria e três elementos com curso técnico superior na área da saúde. Na contratação de funcionários foi notória a existência de objetivos de um padrão perfil, que se adequasse às necessidades de acompanhamento e trabalho em equipa.

Ao longo da perceção da realidade, foi possível perceber que existia uma boa relação e diálogo, entre direção da instituição e necessidades manifestadas pelos colaboradores. Nos diálogos intencionais foi perceptível a presença de incentivos monetários face ao enquadramento e inflação da economia à data, assim como, momentos para reuniões, inquérito de satisfação de colaboradores e uma boa comunicação institucional.

Consideramos, fase à supramencionado sobre alguns constrangimentos dos recursos humanos, uma vez que não se referem apenas a um domínio estrutural da instituição, trazer para a discussão, uma reflexão ao nível nacional e político, relativo às Instituições Particulares de Solidariedade Social, já esplanada no suporte literário do presente trabalho.

De acordo com o plano educativo da IPSS, existia a comemoração anual, o “Dia da Família” de todos os utentes das diferentes respostas. Não era realizado há dois anos por consequência do plano de contingência fase ao Covid. Voltou a ser celebrado no presente ano aquando da realização deste projeto de investigação. Foi possível questionar, observar, devolver e entender o papel das famílias, segundo as perspetivas das pessoas idosas residentes e colaboradores.

Na reflexão e procura de diferentes alternativas à presente realidade, num “processo de desconstrução de receios ou tabus sobre as consequências da participação” como refere Mendes e Araújo (2018) e reforçadas através “do diálogo; na troca de opiniões; na capacidade de escuta; no questionamento” foi possível uma reunião de discussão temática sobre a participação das famílias quando a pessoas idosa está institucionalizada. Prova os diferentes argumentos de idosos, ser um assunto que causou desconforto a algumas pessoas: “eu não sei é o porquê de não terem vindo...faz-me tanta tristeza, mas eu tenho uma ideia que não foram convidados” D. LDS.C; “eu acho que foi bom...todos os filhos foram informados e veio quem quis vir...” D. LRD; “Cada um tem a sua vida ...o meu filho não veio porque ele foi trabalhar...é dia de fazer as lides domésticas, e se viesse ficava tudo por fazer...quando as famílias não estão presentes é porque não conseguem”.(D. RT.F.).

Consideramos que pelos relatos das pessoas idosas (falta de tempo dos familiares), colaboradores (referiram idosos que não têm visita) e pela experiência profissional, a família assume, uma alienação e desvinculação do seu familiar com o passar do tempo e pela “degradação” natural da velhice. Quantificando as visitas registadas por mês, por idoso, conclui-se que uma grande parte de pessoas idosas, não têm visitas regulares.

Foi possível perceber que era um assunto controverso e delicado, quando proposto o tema para discussão. As diferentes reações e atitudes corporais, onde para uns não causaram qualquer embaraço, para outros, criou tristeza, rostos fechados e questionamentos às

razões dos familiares não estarem presentes. Consideramos como um dos problemas o papel da família no apoio e acompanhamento na institucionalização da pessoa idosa. De acordo com Massi citando Souza (2019) remetemo-nos para uma análise interna à ERPI, mas numa visão externa ao nível da sociedade atual.

no contexto do envelhecimento populacional, por um lado, marcado pelo crescente aumento quantitativo do tempo de vida das pessoas e, por outro, pela necessidade de investimentos na melhoria de vida dos idosos, cabe destacar as mudanças nas organizações familiares, em todo o mundo. O crescimento da expectativa de vida acompanha uma profunda alteração na configuração das famílias, que se mantêm em núcleos cada vez mais reduzidos, caracterizados por um número diminuto de filhos e pelo engajamento das mulheres no mercado de trabalho” (p.7).

Consideramos como potencialidades relativas à participação das famílias nas dinâmicas da ERPI, uma abertura e apelo por parte da diretora técnica, no acompanhamento, dentro das possibilidades destas, no apoio às consultas ou em situações de urgência hospitalar. A ERPI está integrada numa IPSS com uma calendarização de diversas atividades ao longo do ano que potenciam a participação das famílias. Neste sentido, no desenho da planificação, deveremos apontar ações que tenham como objetivo um maior envolvimento e presença das famílias, de modo a alterar a atual realidade.

Durante a análise da realidade foi possível elencar os principais problemas e consciencializar os atores sociais para as necessidades, potencialidades e constrangimentos a ultrapassar com vista à transformação da realidade atual. Neste sentido, para uma melhor compreensão do leitor, esquematizamos o explanado ao longo deste capítulo durante o processo de análise da realidade, que pela sua minúcia apontou desde logo, para o que seria plausível esperar do desenho de projeto.

Neste sentido, sem ordem definida, foi percecionado como *problema os conflitos relacionais entre os residentes*. De acordo com conversa informais e apurado nas reuniões temáticas de grupo de discussão, os atores sociais referiram: “há sempre discussões”; “somos diferentes uns dos outros”; “(...) acho mal fazer pouco e falar mal umas das outras (...)”. Este problema realça várias necessidades: exige a evolução nas relações interpessoais; o fomento de momentos de partilha e de negociação, implica a valorização pessoal; a criação de espaços de partilha de saberes a partir das H.V.

Também consideramos a existência de constrangimentos para melhor ultrapassar ou construir mudanças, sendo estes: as complexidades e especificidades da perceção e os níveis de tolerância por parte de algumas pessoas idosas, relacionadas com diferentes debilidades de saúde e idade avançada. No entanto, compete ao educador/ investigador implicado visionar as potencialidades em cada pormenor por vezes não tão visível ao olhar que podem ser mobilizadas no sentido de contrariar os problemas.

Neste sentido, as potencialidades serão o mote para a ação e desenho do projeto numa coconstrução com os agentes sociais. Para este problema consideramos como potencialidades: Existir uma dinâmica de participação em grupo, na ocupação dos seus tempos livres; O facto de todos os atores implicados (utentes e colaboradores) reconhecem os conflitos como um problema e não se sentirem “confortáveis” com os conflitos e desejarem mudanças.

Outros dos problemas conscientizados pelas pessoas idosas e trabalhadores, foi a perda da autonomia na mobilidade associado ao agudizar das capacidades cognitivas, de acordo com o percecionado e dialogado com as pessoas idosas e os cuidadores formais, estes referiram: “as vezes é difícil passear, (...) não consigo levar a minha cadeira sozinha”; “quando a menina está cá distraímos a cabeça e passa tudo” (pessoa idosa); “(...) pois não se conseguem ter tempo para a necessidade de passear e dar uma voltinha” (relato de uma colaboradora nos diálogos intencionais). Onde existia a necessidade de um acompanhamento e apoio individualizado no fomentar de uma intervenção dirigida e dialógica.

Este problema tinha como constrangimento o facto de ter os recursos humanos em número insuficientes perante o número de pessoas com debilidades físicas e cognitivas a beneficiar de uma intervenção individualizada. Neste sentido, consideramos como potencialidades a presença de uma equipa técnica e cuidadores formais que reconheciam a necessidade e visionam disponibilidades a sugestões e flexibilidade a mudanças no cuidar.

A instabilidade nos recursos humanos (acentuado pelo absentismo), que conseqüentemente levava à escassez de recursos para um acompanhamento individualizado de acordo com a especificidade e debilidade, foi considerada como outro problema.

Neste sentido existia a necessidade premente de estabilizar as equipas de colaboradores disponíveis, como já referido anteriormente, com o constrangimento da dificuldade de contratação. No entanto consideramos como potencialidades o reconhecimento do problema, assim como dos “esforços” diários no sentido de ajustar constantemente a organização do quadro dos trabalhadores, visando um melhor funcionamento em todas as dimensões (AVD; apoio psicossocial). Realçamos também, a contínua preocupação, na contratação e seleção dos colaboradores por parte da direção geral da IPSS, e a disponibilidade e abertura ao diálogo entre a direção técnica os colaboradores. Foi referido, várias vezes, por diferentes cuidadores formais, que de acordo com as dificuldades apresentadas, era ajustado, a título de exemplo, os horários, ou a distribuição de tarefas, ou “troca” turnos, refletido desta forma uma boa comunicação.

Outros problemas foram percecionados por todos, investigador e atores sociais, como a: necessidade de formação continua por parte dos cuidadores formais; as situações de uma comunicação paternalista e de práticas idadistas, bem como o deficit familiar no apoio e acompanhamento aos idosos. Assim como os problemas anteriores, estes também apresentam necessidades e potencialidades subjacentes e também impele a estratégias passíveis de os ultrapassar, no entanto é necessário priorizar, graduando a utopia. Assim sendo, o projeto foi desenhado com base no que os sujeitos consideraram mais urgente e possível face as condições sanitárias. Reforça-se que um projeto não é em si mesmo finito, mas em constante mutação, logo é possível de lhe dar continuidade.

Neste sentido, para a planificação e desenho de um plano de ação como todos os atores sociais, deste presente projeto de investigação, forma priorizados os três primeiros problemas apresentados, considerados por todos como prioritários. Na busca de encontrar o melhor caminho para uma possível transformação da realidade social.

2. PLANIFICAÇÃO DE PROJETO

Uma vez percecionada a análise da realidade da ERPI, é o momento de tomar decisões. Pensar o que se poderá fazer; qual o plano de ação que deverá ser posto em marcha; quais os objetivos se desejam atingir. Uma ação que se pretende ser estruturada e orientada para uma possível transformação da realidade.

Assim, a planificação é o sistema para "(...) tornar efetivas as decisões já tomadas, realizar o plano aprovado e conseguir os objetivos formulados" (Cembranos, 1988, p. 58). Corroborando Kaufman (1980, p. 17) e afirma que "A planificação consiste em introduzir organização e racionalidade na ação". Considera que "Planificar implica pensar o futuro, no progresso, para uma situação diferente da atual" (p.59). Para que tal aconteça, o investigador/ trabalhador social em uníssono com todos os atores sociais deste projeto, terão de ter presentes na planificação, os seguintes pressupostos: uma visão de gradual utopia; partir da análise real das situações; construir um caminho que possa ser percorrido; aproveitar as oportunidades e prevendo dificuldades; todos os atores implicados no projeto devem ser capazes de ter uma visão global do contexto, que se desenha na planificação; promover mecanismos para a conscientização e envolvimento de todos no progresso coletivo; Romper a resistência à mudança (Cembranos, 1988).

Assumimos que a proposta metodológica de Cembranos (1988), será o "fio condutor", ou "a coluna vertebral", desta planificação. O modelo deste teórico apresenta um conjunto de perguntas que servem de auxílio à planificação e à definição da ação. São estas: O porquê de atuar; o que se vai fazer; para que se vai atuar; a quem se dirige a ação; como vamos fazer; com quem é que se vai contar; com que meios se vai realizar a ação; quando é realizado; onde será realizado. Norteados pelo modelo de nove questões, no desenho do projeto foram priorizados dois problemas em particular. Seleccionados, entre os diversos problemas e necessidades encontrados ao longo da análise da realidade, pelos vários atores sociais, e balizados estrategicamente na planificação, já que não seria possível abraçar todas as questões no tempo proposto para a realização deste projeto de investigação.

3. DESENHO DO PROJETO

O desenho do projeto é o momento em que o investigador e os participantes projetam a realidade desejada, em que esta será o suporte para a mudança visionada. A utopia é a finalidade máxima que se pretende atingir. É o horizonte que norteará um projeto de ação. Para definir o caminho a seguir, com o foco na utopia pretendida, teremos de determinar a finalidade, traçar os objetivos gerais e os específicos dos mesmos, determinar e perceber

quais os recursos necessários, pensar e selecionar as melhores estratégias e as ações ou atividades a pôr em prática, como vista a alcançar os objetivos iniciais propostos.

3.1. FINALIDADE DO PROJETO

O projeto “Quem eu fui e que posso vir a ser!” desenvolveu-se a partir do que foi aferido pelas conversas e pela observação participante com os participantes implicados. Em que a finalidade pretendida foi promover a autonomia e a capacidade de decisão face ao tempo de ócio, com vista ao desenvolvimento e a emancipação da pessoa idosa na vivência de um envelhecimento saudável. Para que esta finalidade fosse trabalhada foi necessário estimular o ambiente institucional, com espaços educativos, culturais e lúdicos.

Defendemos uma planificação da ação, em que o contributo da Educação Social visa uma

(..) ação educativa com vista à capacitação dos sujeitos, dos grupos e das comunidades para uma integração social consciente. “Educar” para a participação social implica intervir e provocar mudanças a nível pessoal, interpessoal e nos diferentes sistemas onde o sujeito de move (família, escola, instituições, entre outros), procurando mudanças de atitude e, gradualmente mudanças de (sub)culturas que obstaculizam a participação social e, em última análise, o desenvolvimento (Timóteo & Bertão, 2012. p. 15).

Partindo das necessidades e problemas já identificados e priorizados, formulada a finalidade que sustenta o projeto, essencial definir os objetivos gerais e específicos, bem com definir as: estratégias; ações; atividades, no sentido de ultrapassar e/ou minimizar cada problema refletido por todos.

3.2. OBJETIVOS

Para a execução da ação que promova a utopia da mudança desejável, os objetivos que se definem serão o fio condutor para alcançar o pretendido. Terão de ser claros, pertinentes, realistas avaliáveis e participados (Serrano, 2008). Para o projeto “Quem eu fui e que posso vir a ser!”, de acordo com os problemas, forma definidos os objetivos gerais (OG) e os objetivos específicos (OE).

OG 1- Desenvolver as competências relacionais entre os residentes;

OE 1.1: Interagir e comunicar assertivamente;

OE 1.2: Desenvolver sobre si e os sobre os outros pensamentos positivos e de autossuperação;

OE 1.3: Construir e reforçar laços de identidade e afeto; e

OE 1.4: Desenvolver competências de tolerância e aceitação das dificuldades do outro

OG 2- Fortalecer a identidade grupal

OE 2.1- Interagir com a sua participação e reconhecer a importância da sua participação no grupo;

OE 2.2- Relacionar-se com os outros, com base no diálogo e na negociação em diferentes perspectivas,

OE 2.3- Valorizar o estar em grupo; e

OE 2.4- Reconhecer o grupo como um espaço de apoio ao bem-estar no dia-a-dia;

OG 3- Retardar os efeitos do envelhecimento cognitivo, prevenir o isolamento e potenciar uma relação dialógica;

OE 3.1- Perceber as atividades e retirar prazer e bem-estar ao participar nas mesmas e

OE 3.2- Desenvolver as suas capacidades cognitivas

3.3. AÇÕES, ATIVIDADES E ESTRATÉGIA

Para estruturar e desenvolver um plano de ações, atividades e estratégias, tentamos ser coerentes com os objetivos propostos, por um lado, e por outro, ir ao encontro das necessidades e interesses demonstrados pelas pessoas idosas. Após definida a finalidade do projeto e os objetivos, as ações para melhor estruturar a execução do projeto foram de três âmbitos:

-Ação socioeducativa- "Saber mais além": Esta ação visou trabalhar as necessidades relacionais entre os residentes, esta sentida como o principal problema entre os idosos. Por outro lado, fortalecer a comunicação, participação e coesão entre as pessoas idosas. Também foi pretendido transmitir as pessoas idosas a importância da ocupação do seu tempo de ócio com tarefas ou atividades que promovessem o "saber mais", o estar informado como cidadão inclusivo e consciente do seu papel social. A importância de

continuar a estimular as suas competências literárias já adquiridas.

- Ação sociocultural- “Reviver e conhecer”: direcionar-se para trabalhar a necessidade de revisitarem as suas memórias, emoções e recordações, na partilha de opiniões e escuta ativa das histórias e vivências dos outros elementos participantes. Teve como principal objetivo promover a participação no processo de decisão das atividades a desenvolver. Destes espaços ou sessões, as pessoas idosas tiveram de repensar e sugerir atividades tal como a sua organização num plano semanal, daqui surgiu um horário semanal com a distribuição das diferentes atividades de acordo com as opiniões e interesses. A designação das atividades foram surgindo à medida que as reflexões coletivas iam aflorando de acordo com o que lhes era suscitado. Tomámos nota de algumas opiniões. Referiu a D. M.R “se é um espaço que fazemos o treino de quem quer escrever o nome, poderia ser a oficina da escrita.”. O Sr. LS referindo-se a outra sessão, “é um espaço que aprendemos e falamos de coisas que não sabíamos, e serve para nos mantermos informados, poderia ser o espaço da cultura”. Relativamente à dimensão social, o grupo foi questionado sobre as atividades que eram feitas, e o porquê de serem realizadas, a D. INS menciona “...são aqueles dias que vem as crianças para a manta, estamos todos juntos, no social”, surgiu assim o dia da manta.

Atividades Semanais⁵

Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	Ginástica	Prof. Elisabete Livre	- “Caminhada” - “Espaço cultura”	Boccia	- “Dia da manta” - “Dia do social”
Tarde	Livre	Oficina escrita	-Jogos em grupo	Oficina da leitura	Música com o professor J.
Espaço Meu		X	X	X	

Fonte: Autor

- Ação Psicossocial – “Espaço Meu”: relacionou-se com a necessidade de trabalhar com a pessoa idosa com maior dependência cognitiva ou especificidade, a partir de sessões

⁵ Horário Semanal 2021/2022 (Horário definido com as expressões selecionadas pelos participantes)

planificadas e calendarizadas com atividades dirigida, respeitando as individualidades e características pessoais. Tencionou-se prevenir o isolamento institucional e relacional, conseqüentemente diminuir o agravamento do envelhecimento cognitivo. A dimensão psicossocial aparece aqui “isolada” na tentativa de responder a um dos problemas revisto já na problematização, a falta de recursos humanos para um maior acompanhamento individualizado, neste sentido é um compromisso de a educação social apontar caminhos alternativos, tendo em vista uma ação educativa e psicossocial, contribuindo largamente para a prevenção e não agindo de forma assistencialista.

Quanto à ação socioeducativa – “Saber mais além”, as atividades foram: Oficina da Escrita; Dia da Manta; Jogos em grupo; grupo de discussão “Como comunicamos?”; Reuniões de planificação das atividades mensais (fevereiro; março; abril; maio; junho; julho); Leitura de contos e jornais online.

Quanto à ação sociocultural – “Reviver e conhecer”, as atividades foram: Blog da Câmara Municipal de Vila Nova Famalicão “Hora do conhecimento”; Sessões online “Viagens pela minha Terra”; Visitas espaços culturais e de culto espiritual; Sessões temáticas: Madrinhas de guerra/ Ir à escola para ter trabalho na fábrica/ Onde estava na revolução de abril de 74/ Mês dos Maus-Tratos na Infância; Reunião de grupo sobre as visitas e passeios a realizar.

Quanto à ação psicossocial – “Espaço Meu”, as atividades foram: “Caminhas comigo”; Sessões individualizadas com atividades socioeducativas de acordo com a pessoa a intervir.

Ao longo das atividades da ação socioeducativa, sociocultural e psicossocial, as estratégias utilizadas foram variadas e adaptadas à necessidade específica de cada sessão e ambiente do grupo, no entanto, às estratégias que se recorreu com mais frequência, já mencionadas anteriormente, foram: as conversas informais; reuniões em grupo; sessões de *focus group*; jogos; e exercícios de dinâmicas de grupos.

Relativamente ao tempo e a estratégia planificada, ficou definido um período de seis meses, tendo este projeto iniciado em fevereiro de 2022 e terminado a julho de 2022. De acordo com Cembranos (1988) “o fator tempo, quando nos referimos à planificação da estratégia,

não é algo como ocorre na planificação operativa de ações. Habitualmente, trabalharemos com pedidos amplos de um mínimo de seis meses, mesmo assim há de ser orientado, no entanto, é fundamental ter presente que os grandes projetos requerem o seu tempo, tempo de execução e tempo de transição.(...)”, nesse sentido para uma melhor avaliação final e conclusão do presente trabalho/projeto de investigação, consideramos os seis meses referidos, todavia, será dada continuidade ao plano de ação definido pelos vários atores sociais implicados, pois o educador social, interventor neste processo de investigação, continuará a trabalhar com o presente grupo. Neste sentido, estará presente, a continuidade, a avaliação, redefinição e adaptação a novas formas de ação, promotoras de mudanças e melhorias a variados níveis.

4. DESENVOLVIMENTO DE PROJETO

Neste capítulo será explanado o modelo de intervenção que deu origem aos diferentes processos de dinamização social. Esta etapa, refere Cembranos (1988), trata-se de um ponto crítico, pois é, o momento de intervir para gerar ação, “movimento” na busca de mudanças, que será o confronto do que foi o planeamento teórico com a sua aplicação na prática.

Importa referir que, enquanto profissional da IPSS onde estou integrada na ERPI, confrontei-me com um desafio, uma dicotomia de emoções e questões iniciais. Se por um lado o ponto de partida foi questionar “O que é viver numa ERPI?”, o porquê da escolha da resposta social, a inquietação de perceber e compreender o que alterar, com vista ao melhor conforto da pessoa idosa que integra a ERPI; tal busca levou-me ao dilema de compreender qual o papel deveria desempenhar neste processo (Investigador? ou educador social?). Consideramos que a mesma dicotomia rapidamente se diluiu, e um papel não poderia estar dissociado do outro. Neste sentido, a necessidade de referir tal questão, neste capítulo, está relacionado com o facto de ter sido um meio facilitador da comunicação, da relação, da empatia, do envolvimento e da confiança por parte das pessoas idosas.

A execução ou desenvolvimento, implica pôr o projeto em prática. Neste sentido, como na ERPI já existia uma dinâmica semanal de atividades, com calendarização mensal (esta, organizada e negociada entre o educador social (E.S) e o idoso) o que facilitou o

envolvimento, a participação ativa e reflexiva na negociação, sobre as questões elencadas como necessidades e problemas.

Com a implícita visão de que as pessoas são capazes de refletir, decidir e negociar de acordo com as suas “vontades” e experiências de vida, as atividades relativas a cada ação, foram organizadas e decididas em reuniões de grupo. Recorrendo à estratégia de mensalmente, quatro em quatro semanas, avaliar o que tinha sido realizado, no mês anterior, nas diferentes ações, projetando fotografias e fomentando o diálogo sobre as mesmas. Posteriormente, através dos exercícios de dinâmicas de grupos, eram “trabalhadas” as temáticas do mês, os assuntos a debater, as visitas ao exterior de acordo com o que surgia no debate de ideias. Desta forma, a promoção de atividades e organização entre as pessoas, a partir de assuntos de interesse comuns, foram mobilizadores à participação efetiva, emancipação pessoal e comprometimento. Serrano (2008) questiona de que forma podemos pensar numa ação social individualizada para a transformação social? E manifesta que para este tipo de ação a “(...) importância do grupo na mudança social, está claramente justificada, não só porque os valores e as atitudes se alteram quando se está em comunidade, ou porque o grupo suporta o nível de motivação (...)” (p. 78).

Nas reuniões de grupo foi sugerido que o horário semanal fosse distribuído individualmente para as pessoas interessadas. Importa referir que para uma melhor visualização, uma vez que o grupo dominante não tinha total domínio sobre a leitura, esse horário foi construído enquanto simultaneamente era projetado com palavras simples e letra visível a todos os participantes. Posteriormente, além de ser afixado, as pessoas foram convidadas a levarem-no consigo para consultar. Algumas manifestações expressas pelas pessoas que quiseram levar o horário: “Assim é melhor, sabemos o que fazemos naquele dia, mas também já sabia mais ou menos” (D.INS). “Serve para nos orientar melhor” (D. M. RT).

4.1. AÇÃO SOCIOEDUCATIVA– “SABER MAIS ALÉM”

Esta ação visou trabalhar as relações interpessoais, apontadas como um dos problemas, pelas pessoas participantes, como também contribuir para a conscientização e (re)descoberta da importância de ocupar o tempo de ócio para um envelhecimento saudável. Assim sendo, as atividades que decorreram nesta ação tiveram o propósito de

uma autodescoberta em dois sentidos. Uma por parte do investigador/educador social numa postura de constante desafio de “descobrir” com o grupo “coisas novas” que fosse ao encontro do interesse e da satisfação na ocupação o seu tempo livre na ERPI, numa pesquisa de mãos dadas, entre o educador e a pessoa. Por outro lado, um desafio para o individuo na busca pessoal, para um caminho de descoberta na ocupação do seu tempo, de uma forma que fosse desafiante num processo de aprendizagem contínua.

Noutra das atividades na ação socioeducativa foi o espaço da oficina da escrita, em que ocupou o lugar no horário semanal com uma sessão às terças-feiras, todas as semanas da parte de tarde. Resultou de uma reunião de grupo de discussão, em que as pessoas referiam a vontade de “não esquecer de escrever o nome”, referido pela D. LRD com os seus noventa e dois anos. Neste sentido, foi devolvido ao grupo, qual o significado e importância de criar num momento na semana para escrever, ou fazer desafios matemáticos, ou de leitura, atividades que fossem à descoberta dos interesses de cada um. Nas diferentes reações verbalizadas, foi referido: “acho importante não esquecermos o que ainda sabemos” (SR.LS); “Sabe menina o que eu gostava mesmo, era não deixar de escrever o nome, pois há dias dei conta que não me lembrava das letras” (D. LRD); “mas para quê? Já não precisamos disso!” (D. CRN). Desta discussão de construção coletiva, foi visível o quanto a função de um grupo auxilia o desenvolvimento coletivo, na troca de opiniões. Neste sentido, as pessoas decidiram experimentar e “depois decidimos se continuamos”, expressão referida pela D. M. RT. No decorrer das sessões foi notório, pela participação individual e assiduidade, ser uma atividade estimulante e se constituiu um desafio, de semana para semana, para pessoas. O interesse e entusiasmo de autossuperação, foi visível entre as pessoas. Quando questionadas após as sessões sobre o interesse, foi verbalizado que “vale mais a pena passar o tempo assim, vamos “mexendo” a memória” (D. MR). Foi notória que a atividade, entrou na rotina semanal, tal como as atividades de ginástica e música, já existente na programação.

O Dia da Manta foi outra das atividades desta ação, cujo objetivo foi proporcionar encontros intergeracionais regulares. A atividade resultou do observado pelo educador social, outras atividades com a comunidade educativa, em que a satisfação e bem-estar era verbalizado pelas pessoas. Três em três semanas, as crianças visitavam a ERPI, para em conjuntos conversas ou apresentação “artísticas” das duas respostas. Nas reuniões de planificação

das atividades do mês, o grupo era estimulado a sugerir e decidir o que iriam apresentar nesses encontros mensais. Eram espaços de partilha sobre as suas memórias, “os seus saberes”. Neste sentido, no mês de fevereiro, foi sugerido o tema “jogos de antigamente”. No mês de março “o reconto da Lenda da Moura Encantada” (lenda que as pessoas conheciam pela proximidade que tinham ao rio Ave, relacionada com a indústria do algodão). Para a apresentação das recolhas, neste caso na construção da performance, um grupo de pessoas que manifestavam interesse, reuniam posteriormente para decidir como fazer. Nos encontros, as emoções refletidas pelas pessoas eram de felicidade e boa disposição. Na avaliação das sessões, as pessoas verbalizaram: “São sempre bons estes momentos, ainda temos coisas para ensinar” (D. INS); “Estavam caladinhos, coitadinhos” (D. LRD).

Os jogos em grupo, ou de cooperação tinha como objetivo responder à necessidade de trabalhar a coesão grupal, no sentido de contribuir para melhoria das relações interpessoais neste sentido foram realizados, de uma forma mais sistemática, o jogo do “Rapa” e o jogo do “Bingo”. Estes foram inicialmente estimulados pela educadora, a partir das conversas intencionais sobre os jogos que conheciam, os referidos com maior frequência foi o “Rapa”, “Bingo” e “Boccia”. Um dos aspetos que consideramos importante referir relaciona-se pelo que foi observado, por diversas vezes, as pessoas nos seus tempos mais “mortos”, sem atividade agendada, convidarem-se para se reunir e jogar. Por isso, consideramos que a atividade cumpriu o seu objetivo, as pessoas serem capazes de valorizar o estar em grupo, reconhecendo como um espaço de apoio ao bem-estar no dia-a-dia.

No decorrer do desenvolvimento das atividades, numa das sessões da “Hora do conhecimento” (blog da Câmara do Município), percecionei, ao longo desta sessão, que pelo ambiente de envolvimento do grupo, como pela sua dinâmica, seria propício arriscar numa abordagem com questões mais sensíveis, estas recolhidas nos diálogos individuais sobre as relações interpessoais de quem vivia na ERPI. Neste sentido, foi proposta ao grupo a reflexão sobre: “Como comunicamos uns com os outros? As pessoas aceitaram reunir sobre esse mesmo assunto, ficando marcado, para a semana seguinte, aconteceria uma reunião de grupo de discussão à volta deste tema. O dia escolhido, de acordo com o calendário semanal, foi uma tarde livre. Foi preparado previamente o espaço físico que consideramos importante, e que posteriormente foi confirmado na avaliação da sessão pelas pessoas participantes, como fundamental ao desenvolvimento e favorecimento da

relação de confiança e confidencialidade. As pessoas reuniram na sala escolhida com as cadeiras distribuídas e, miniciclo para facilitar a comunicação como os participantes de conseguissem ver uns aos outros, para iniciar foi projetado slides com questões: O que é comunicar? como falamos e como falamos conosco. No decorrer da sessão foi perceptível por todos, a existência de conflitos entre os elementos em diferentes momentos do dia a dia, como o das refeições, ou em alguns casos a partilha do mesmo quarto: “sabe...! Na mesa dos homens nunca há discussões. Outras mesas, andam sempre pegados.” (D. INS.); “Mas não é nada de grave, depois no dia seguinte passa tudo, o que importa é conversar...e ficar em paz” (Sr. VLS); “às vezes ela começa a falar, a falar...” (D. FLD); No período considerado excessivamente longo pelo orientador, as pessoas verbalizaram, confrontaram, e de acordo com as orientações deste, foi pensado pelo grupo o que se poderia fazer para melhorar estas situações: “ estas coisas que fazemos assim, como estas reuniões, ajudam, ficamos cansados, mas ajuda,” (D. INS); “ o facto de estarmos aqui na sala mais fechados, sem ninguém nos ouvir, ajuda. Estamos mais à vontade e ninguém passa e entende mal” (Sr. LIS); A capacidade de ouvir e ser ouvido por parte de todos, nem sempre foi a melhor, sendo necessário a determinado momento, como é pressuposto na metodologia, negociar e estabelecer um conjunto de regras, como, o respeito por diferentes opiniões, opinar só no final de outra opinião, não existir desrespeito verbal.

A necessidade de estabelecer as premissas, estiveram relacionadas com o fato de ser um grupo constituído por pessoas com espírito de liderança, e com dificuldade de respeitar o “espaço do outro”. Estava dado mote para a discussão dos diferentes pontos de vista. Esta foi uma sessão de grupo de discussão difícil de mediar, mas bastante interessante para a definição do rumo do projeto de investigação. Estas sessões iam acontecendo de acordo com os objetivos gerais do projeto, ou seja, pretendiam desenvolver as competências relacionais e contribuir para a existência de uma identidade grupal, além de fomentarem a educabilidade da pessoa, concluindo-se assim que deverá ser prática a manter nesta ERPI. Outras das atividades que se realizou diversas vezes, foram as reuniões de “planificação do mês”. Consistia na dinâmica do grupo de trabalho, que era convidado na terceira semana do mês, a reunir e planificar o mês seguinte. O exercício de dinâmica de grupo era relativamente o mesmo, as fotos das atividades do mês anterior era o mote para o diálogo, como quais as tradições ou datas comemorativas do mês em questão. Destes encontros os resultados foram verdadeiramente entusiastas. A título de exemplo, a planificação do mês de junho e

julho, onde as pessoas revelaram motivações e sugestões de passeios e saídas, os constrangimentos eram variados, como falta de recursos humanos para acompanhar o número de pessoas que desejavam participar. Neste sentido, foi devolvido ao grupo o constrangimento de todos terem acesso ao planificado. Uma vez que, o mês de junho e julho as pessoas decidiram organizar atividades de exterior, foi encontrada uma solução pelo grupo: “menina se vamos sair várias vezes, então vamos organizar as pessoas”, (D. INS), no mesmo seguimento, outra pessoa idosa acrescenta. “as cadeiras de rodas não são fáceis de levar ao mesmo tempo, podemos organizar quem vai primeiro, e quem vai depois” (D. M.R.T). Foi notório, nestes encontros as negociações e a troca de diferentes pontos de vistas e mesmo de tolerância entre os participantes. Quando o grupo era “espicaçado” sobre os resultados conseguidos pelas conversas e negociações, uma das expressões proferida, várias vezes, pelo participante foi: “a conversar é que nos entendemos” (D. INS). Refletindo desta forma a descoberta e aceitação de diferentes perspetivas.

4.2. AÇÃO SOCIOCULTURAL” REVIVER E CONHECER”

Esta ação teve como principal foco a coesão do grupo, a partir de atividades que permitissem as pessoas conhecerem-se melhor. Espaços onde a partilha oral das suas experiências e histórias de vida, certamente, em alguns casos comuns. Era pretendido o respeito e aceitação da individualidade e da identidade cultural de cada pessoa participante. Na planificação semanal das atividades, como já referido, pelo contacto que já existiam com comigo anteriormente, foi questionado se as sessões que realizavam seria para manter e qual seria a designação a colocar no calendário semanal. Após a devolução ao grupo as pessoas revelaram satisfação e interesse, referindo: “menina, aquilo que traz, é sempre uma novidade” (D. M. B). As opiniões positivas de interesse por manter as sessões foi visível como refere o Sr. LS: “são momentos que reavivamos a memória do que já tinha esquecido, e por outro lado estamos mais informados sobre o que se passa lá fora”. Neste sentido, as sugestões do nome a colocar nas manhãs de quarta-feira, variam entre o dia de saber mais, ou o dia da cultura, ou dia de conhecer. Foi decidido o “Espaço da Cultura”. As atividades variaram entre as sessões temáticas sobre Lenda do São Valentim; Lenços dos namorados; Guerra Colonial e madrinhas de guerra; Comemoração da tradição/ profana do Carnaval; e “Vivencias em tempo de Quaresma” e as sessões da “Hora do Conhecimento”. A estratégia

utilizada foi semelhante, recorrendo a um meio audiovisual ou leitura de textos sobre o tema proposto para o conhecer melhor. Relativamente ao tema, Dia de São Valentim, foi projetado em tela e com suporte de coluna de som, para ser possível o melhor volume para todos os presentes (15 pessoas), um pequeno vídeo com a contextualização histórica deste dia comemorativo o qual explicava a sua origem. Tal possibilitou que os elementos dialogassem entre si e expusessem situações mais pessoais, por exemplo, como surgiu o noivado de uma senhora que estava presente.

O diálogo que o grupo desenvolveu, fez surgir o tema da Guerra Colonial, após o dialogado sobre a tradição dos lenços dos namorados, (temática do mês de fevereiro). Nesta outra sessão surgiram relatos das pessoas que tinham sido militares e madrinhas de guerra, expuseram a sua opinião relativa a essa guerra. “Na minha aldeia muitas moças casaram que foram as suas madrinhas de guerra, (...)”; “(...) eu também tive uma madrinha que me foi esperar à estação, mas eu tive de fugir,” (Sr. LIS). Pelo ambiente de boa disposição e gargalhadas, foi visível ser um dos temas comuns a muitas histórias de vida das pessoas presentes.

Nesta sessão foi perceptível, que uns elementos têm um maior envolvimento do que outros, pela facilidade de comunicação e espontaneidade, nesse sentido será necessário, no futuro, fomentar a participação dos elementos menos ativos. Para a dinâmica de avaliação da sessão, as pessoas eram convidadas em todas as sessões da dimensão cultural a verbalizarem o que achavam, ou o que pesavam sobre o que ali se “tinha passado”. Nesses momentos, o grupo era incentivados a propor outros temas para as sessões temáticas seguintes que tivessem relação com as suas experiências de vida.

Numa das sessões da “Hora do Conhecimento”, momento proporcionado pelo blog da Câmara Municipal de Famalicão com o mesmo nome, num documentário disponibilizado foi referido que existia um museu da Guerra Colonial no concelho. Os participantes concluíram que poderia ser interessante visitá-lo, ficando decidido um futuro agendamento para uma visita.

Neste sentido, consideramos que estes “espaços” com o objetivo da promoção da educação permanente, pela “busca do saber mais”, contribuem para uma ação socioeducativa que emancipa a pessoa humana, pelo respeito dos interesses pessoais e promoção à participação. A escolha da visita ao Museu da Guerra Colonial, esteve relacionada com o relato do SR. LS, D LRD e SR. VLS, que de uma forma emotiva verbalizaram as memórias

que esse tempo trazia, "(...) mexe comigo, vi e fiz muita coisa que me causa tristeza(...)"(Sr. LS); " Lembro-me de um amigo que chegou no caixão,..."; " Lembro me da minha mãe que tinha muito medo que os meus irmão e o meu pai fossem para a guerra da Guiné,(...)" (D.LRD).

Corroboramos que pelas experiências de vida e pelo recurso à identidade cultural do individuo, é possível o desenvolvimento da consciência crítica sobre a visão do mundo. Mendes (2007) defende que a Educação Social deve "problematizar", neste sentido refere que o trabalhador social:" deve orientar-se, sobretudo, pela criatividade e pelo estímulo à ação e reflexão sobre a realidade, onde homens e mulheres sejam desafiados a questionar a sua própria existência e sejam capazes de se debruçar criticamente sobre a realidade e apreendê-la, atuando e transformando-a para o bem comum" (p.114).

A "vida da casa" em situações de tradição, neste caso religiosa, em que o grupo dominante era católico, fazia sentido ser colocada para discussão na ocasião da celebração da Páscoa. Foi proposto ao grupo dialogar sobre a realização ou não das celebrações da quadra pascal. Neste sentido foram tomadas as seguintes decisões: organizar a via-sacra no interior de uma das salas de convívio; na Semana Santa existir um momento de oração em grupo; decorar e rever os símbolos da Páscoa; visualização do filme "Vida de Cristo". Como estratégia para introduzir a temática foi lido um texto bíblico que serviu com "desbloqueador" do tema. A leitura de textos foi uma das ferramentas utilizadas ao longo do processo, auxiliando o resgate de memórias e rituais das vivências de cada um dos participantes, e o retorno dado pelas participações, ao longo da reunião, foi verdadeiramente evidente. Desta reunião de grupo ficou definido uma semana dedicada à vivência do culto religioso. Desta forma, ficaria em agenda encontros para decidir a decoração da ERPI e como organizar a via-sacra. Assim, aconteceram ao longo do mês quatro sessões integradas na dimensão social para este efeito.

Um grupo de pessoas participou ativamente na "construção "das "cruzes" da via-sacra e, ao longo da preparação, foram visíveis manifestações de satisfação: "podíamos lixar e envernizar ", referiu o Sr. FRC, "podíamos fazer um clavário na entrada do lar" acrescenta D. INS. Nas quatro, cinco horas de momentos lúdicos de construção e preparação para um espaço de retiro espiritual, foi visível o empenhamento e mobilização das pessoas entre si. Consideramos por isso que neste tipo de atividades, com o objetivo de fomentar as relações

interpessoais, estes momentos lúdicos e de culto religioso permitem a união entre as pessoas, reunidas pela sua espiritualidade.

Na planificação em grupo para o mês de abril, foi quase icónico o elevado número de pessoas que mencionaram o 25 de abril de 1974 como data importante. Sugerido ao grupo a opção de ver um filme sobre o tema, tal foi aceite por unanimidade. Uma das sessões temáticas da dimensão cultural, baseada no tema do filme “Capitães de Abril”, e intitulou-se: Onde estava eu no 25 de abril de 1974? As pessoas de uma forma bastante espontânea, tiveram uma participação ativa, ainda que não diretamente referente à questão proposta, mas ao que significava “viver em ditadura”: “bem, eu não sabia o que era viver em ditadura ou fascismo. Ouvia falar, quando estava na guerra, mas não percebia nada de política.” (Sr. LIS); “Acho que não esquece a ninguém esse tempo” (D.M.R); “A gente não era livre de falar, não se podia falar mal do patrão”; “Para ir para França ou Alemanha tinha que ter o registo limpo (...)”. “As pessoas não podiam viajar como é agora” (Sr. VLS); “Obrigava-nos a dar cereais e batatas para o Salazar”. A sessão foi bastante participada e por isso, prolongada para o dia seguinte, e de acordo com a motivação das pessoas, foi proposto ser um dos temas para o “Dia da Manta”, todavia o grupo por unanimidade, não concordou fazê-lo: “Não, não vamos contar histórias tristes às crianças” (D. INS); “Tempos muito difíceis e podem ficar assustadas” (D. M.R). Pela dinâmica existente foi possível observar uma maior interação entre o grupo, pois, falavam mais uns com os outros, reconheciam semelhanças nas suas histórias. De acordo com o observado, foi possível resgatar memórias que poderiam vir a ser trabalhadas num futuro, a título de exemplo, o que disse a D. GLR.: “eu ia para o rio ave, ali em baixo. A minha mãe era moleira”. A senhora referida, muito esporadicamente participou nas atividades, tal poderia estar relacionada com a dificuldade de audição, o que levantava aqui pistas para dinamizar outras ações com a mesma atendendo à sua possível dificuldade.

Outra das sessões do “Espaço Cultural”, foi a rubrica “Viagens da minha Terra”. O objetivo das sessões, era visitar, de modo virtual, diferentes pontos do país para posteriormente dialogar e proporcionar troca de experiências, A título de exemplo, foram visitadas a região de Trás-os-Montes, Bragança e Vila Flor, no norte do país, a sul as Serras Algarvias e Litoral Alentejano. Além de ser possível visualizar monumentos históricos e paisagens agradáveis, proporcionou uma sessão bastante rica de informação e diálogo no final destas. Um dos constrangimentos, ou ponto que poderá não ser tão proveitoso para a grande parte das

peças, é o facto da maioria não ter memórias ou nunca ter visitado os locais explorados nas sessões. Todavia foi possível dialogamos sobre as diferentes regiões de Portugal. Proporcionando-se assim um novo momento de aprendizagem.

4.3. AÇÃO PSICOSSOCIAL – ESPAÇO MEU

“Espaço meu”, a designação foi atribuída pela eminente necessidade de um olhar cada vez mais atento às pessoas que atualmente integram as ERPI(S), que pelas variadas razões, têm graves problemas de saúde, que lhes atribuí uma especificidade como também cuidados igualmente específicos. No sentido de responder às pessoas idosas que não conseguem integrar o “grupo de trabalho” (o “etiquetado” de o grupo dos mais ativo) e com a obrigação ética que a Educação Social tem para a inclusão de todos os residentes, surge esta ação. Este espaço foi trabalhado em conjunto com a cuidadora formal que estava destaca na sala às terças e quintas-feiras, para em conjunto, de acordo com o plano individual das necessidades da pessoa, definir atividades de interesse e estimulantes para a pessoa, privilegiando principalmente uma relação dialógica e humanista.

A atividade “Caminhas comigo”, tal como o nome indica foi o caminhar com as pessoas que por diferentes razões, não conseguem fazê-lo autonomamente, e por isso não conseguem participar nas caminhadas, que durante os meses de primavera e verão forma consideravelmente frequentes, por um grande número de pessoas idosas. A título de exemplo, consideramos importante referir um testemunho pessoal de uma senhora idosa, que participou muito pontualmente em atividades de grupo, no entanto, quando convidada a conversar e passear no exterior, a sua atitude mudou totalmente, demonstrou uma maior disponibilidade ao diálogo, passou a partilhar os seus gostos e objetivos, a sua história familiar, entre outros. Referiu no percurso da caminhada no passeio da ERPI, “Estou muito bem aqui, (...)” tenho treze filhos, deu muito trabalho, mas agora estão todos bem e moram todos uns ao pé dos outros”, (...) “(...) eu vivi com a minha filha na Alemanha. Foi-lhe devolvida a questão da relação que tem com a família e como se sente relativamente à sua presença no seu dia-a-dia da ERPI. “(...) Muito bem, vou todos os fins de semana a casa, e depois, venho para aqui, é aqui que me sinto bem. Agora é a minha casa.”

A pessoa idosa que é aqui referida, na análise da realidade, estava considerada no grupo C, aquelas pessoas que por opção não participavam em qualquer atividade, ou pontualmente, algumas mais do seu interesse. Defendemos que a atenção, a disponibilidade e o rigor para

com as pessoas que têm uma participação quase nula, deverão ser as primeiras a ressaltar aos “olhares atentos” de um investigador e/ou interventor. Desenvolvendo estratégias de relação e comunicação, para minimizar o isolamento e melhor perceber se se trata de uma opção ou “imposição”. Neste caso concreto, concluímos que será opção, pois no decorrer dos diálogos, a senhora durante a semana estaria na ERPI para ser tratada/cuidada, relativamente a sua dependência física, mas o conviver e relacionar-se seria em casa com os “seus/meus” (expressão da D. C.M).

Nesta ação também foram organizadas sessões com um plano pré-definido para duas e três pessoas com duração de 60 m. Como já mencionado na problematização, “(...) criar espaço próprios individualizados ou em pequenos grupos, que permitam a relação dialógica e uma ação coconstruída de tempo de ócio acessível às características de cada pessoa idosa.” fundamental para evitar o isolamento e reduzir o processo de envelhecimento. Em apêndice B a título de exemplo, tem a planificação de uma das sessões.

De forma a avaliar o projeto de investigação, o grupo foi convidado a participar numa sessão de grupo, cujo tema seria “o que temos vindo a “fazer” provocou algo em mim?”: “ Acho muito importante a sua presença, porque nós ficamos mais bem dispostos e as pessoas ficam mais felizes” (Sr. LIS); “A gente espalha melhor o tempo, como também nos passeios,(...) já não sabia escrever o meu nome e agora já consigo” (D. LRD)]; “ É melhor para todos em tudo, ... O que mais gosto de fazer é croché, mas não consigo.” (D. M. CRM); “A sua companhia deixa-nos mais bem-dispostos e conseguimos distrair mais” (Sr. VLS); “É bom a presença da menina para nós, gosto de tudo o que faz” (D.M.R); “Passo melhor o tempo consigo, ou se não fico ali no meu canto a pensar ou triste” (D. FLD).

Foi referido pelos atores sociais deste projeto, que pela presença mais assídua do técnico, como pela dinâmica na envolvência, ocupação e participação, foi visível uma maior participação nas atividades, fora do espaço físico da ERPI. Concluímos que o projeto se coaduna com os objetivos e problemas priorizados. No entanto, referimos que a continuidade de uma intervenção socioeducativa, metodologicamente, num pressuposto sociocrítico, através da metodologia investigação ação participativa, possibilitará minimizar ou mesmo ultrapassar os outros problemas apontados na análise da realidade. Considerando assim, que intervir “é estar em constante vai-e-vem” de questionamento-reflexão- ação.

5. AVALIAÇÃO DO PROJETO

A avaliação não é uma etapa final ou terminal num projeto, consideramos que deve estar presente desde o início até ao final do mesmo, por isso a “avaliação é o processo de estabelecer um juízo de valor sobre um objeto, com vista a uma ação, em função da obtenção e interpretação sistemática de dados ou provas sobre este objeto” (Riviére,1989, como citado em Serrano, 1989, p.26). A avaliação poderá, por isso, definir-se também como uma tarefa sistemática e continuamente presente ao longo de todo este projeto, que iniciou desde logo no momento que nos propusemos a investigar neste contexto Institucional. A decisão do lugar implicou, à partida uma avaliação da intenção pessoal do investigador. No entanto, passada essa etapa, é tempo de olhar a realidade concreta e tal como Serrano (2008) indica, é necessário que todos os atores sociais se interpelem sobre: o quê? porquê? para quê? quanto? onde? como? quem? com quê? São questões que desde logo pressupõem uma decisão e uma ponderação de avaliação.

Feita a análise da realidade que permitiu o desenho do plano de intervenção, bem como dos objetivos a atingir, chegou o momento de avaliar os resultados que leva à confirmação se conseguiram, ou não, atingir os objetivos inicialmente definidos. Por outro lado, a avaliação impera que seja feita uma reflexão crítica de todo o processo, designadamente da forma como se fez e como, possivelmente se poderia ter feito, de forma perceber os eventuais constrangimentos encontrados.

A participação pode ser avaliada por indicadores quantitativos mesuráveis que permite interpretações, neste sentido no presente projeto, o número de participantes em cada ação proposta foi satisfatório. Do ponto de vista qualitativo, nota-se referir, de igual forma, que existiu ao longo do processo oscilações à participação contínua de alguns elementos relacionado por diferentes constrangimentos, a título de exemplo, no grupo de pessoas que habitualmente estavam presentes existia elementos que saíam para os cuidados médicos no exterior, no horário de determinadas ações. No entanto, quando estavam em casa, participavam assiduamente. Não obstante destes constrangimentos, aferimos que o projeto se revelou positivo e permitiu uma maior autonomia e um significativo aumento à participação do plano de atividades, (como já referido inicialmente na análise da realidade,

na ERPI já existia um plano de atividades semanal). Foi igualmente notório, uma maior disponibilidade e envolvimento, por um lado, nas reuniões para planificar as atividades mensais, e por outro, o compromisso individual na participação nas diferentes atividades. O manifesto de dedicação na preparação de algumas atividades, o entusiasmo e as sugestões que surgiam nas reuniões de grupo, foi uma evidencia que passo a passo surgia na evolução do projeto.

Tendo como referência o número de pessoas que participavam inicialmente, existiu um aumento gradual até ao término do projeto, neste sentido a leitura permite-nos tirar dois significados: o primeiro, é que as pessoas que habitualmente participavam nas atividades não desistiram, o segundo, refere-se as outras pessoas residentes que resistiam à participação nas atividades que passaram a estar mais disponíveis. Foi inegável que existiu um contágio pelo envolvimento e entusiasmo dos idosos, que lentamente “puxavam” e incitavam à participação de outros que habitualmente se recusam a participar. Estavam “(..) ali sentado no sofá.” [cit] (Sra. LD). Consideramos que este fato, por si só, nos leva a concluir que as relações grupais melhoraram, assim como, os laços afetivos e relacionais, conseqüentemente levaram à estimulação para um envelhecimento bem-sucedido. Desta feita, podermos referir que a finalidade do projeto foi conseguida, uma vez que pretendia a promoção “da autonomia e a capacidade de decisão face ao tempo de ócio, com vista ao desenvolvimento e a emancipação da pessoa idosa na vivência de um envelhecimento saudável”.

Os objetivos serão também indicadores para avaliar se a finalidade definida foi alcançada. Neste sentido é agora o espaço para compreender em que medida foram, ou não concretizados.

Assim, relativamente ao OG1- Desenvolver as competências relacionais entre os residentes- foi conseguido não só pelas atividades desenvolvidas, mas pela ligação que estas impunham. Houve momentos que foi necessária negociação entre os participantes, pela partilha de diferentes opiniões, como também a necessidade de trabalhar em grupo para atingir um objetivo comum, a título de exemplo, a organização da semana pascal.⁶

⁶ Anexo C

Outras das atividades que permitiu perceber uma significativa melhoria das relações entre as pessoas, foram as dinâmicas relacionais estabelecidas na organização dos encontros mensais do Dia da Manta (encontros intergeracionais com a comunidade educativa)⁷. Neste sentido, foi evidente nos ensaios de construção das performances, que eram espaços de partilha dos seus saberes (das pessoas idosas) com as crianças, as pessoas organizaram-se e decidiam o que seria apresentado naquele mês, fomentando assim, espaços para uma comunicação positiva, de aceitação do outro e da sua identidade individual, ou seja, criaram-se condições para cada um falar de si, podendo revelar a sua historicidade e partilhar a sua história de vida.

Quanto ao OG 2- Fortalecer a identidade grupal- consideramos também conseguido pela capacidade de interajuda em diferentes atividades: os jogos cooperativos, no “Espaço Cultura”⁸, nas reuniões de grupo e na “Oficina da escrita”. Na atividade “Espaço Cultura” foi possível perceber a negociação entre os elementos para organização e decisão das visitas culturais e lúdicas, nos momentos de troca de opiniões foi-se assistindo com maior naturalidade a partilha das ideias como das vontades das pessoas, foi visível um maior envolvimento, mais discussão e participação ativa. Nas reuniões de grupo, foi escolhido o espaço oficina da escrita, este seria um momento semanal com atividades individuais, uma vez que foi verbalizado por diferentes elementos que gostariam de voltar a ler e a escrever. Assim, as pessoas decidiram introduzir no plano semanal uma tarde dedicada à educação formal⁹(treino da escrita, leitura, pintura meditativa ...). Desta forma, estavam criadas as condições para que as pessoas que decidiam participar na oficina determinassem o que gostariam mais de realizar nas sessões. Por outro lado, foi notório que as sessões não tiveram o mesmo número de participantes, podendo estar relacionado pela especificidade das propostas, no entanto consideramos que o objetivo foi atingido, quer pela assiduidade dos elementos que participaram de uma forma constante, assim como, pelo empenho e pelo “autodesafio”, tendo criando um “frenesim” de executar cada vez mais exercícios. A título de exemplo, houve um aumento na quantidade de exercícios de português ou de matemática que cada elemento executava e os mesmos comparavam com o participante

⁷ Anexo C

⁸ Anexo C

⁹ Anexo C

da mesa do lado. Foi visível uma competição positiva e transformadora, quer ao nível pessoal como de grupo, uma vez que as pessoas participantes se estimulavam e se desafiavam em grupo.

Por último, o OG 3-Retardar os efeitos do envelhecimento cognitivo, prevenir o isolamento e potenciar uma relação dialógica- considera-se igualmente alcançado por dois motivos: por um lado, pela participação das pessoas idosas que de outra forma não conseguiam participar pelas suas competências cognitivas, e por outro, a relação estabelecida entre os cuidadores formais, idosos e técnicos. Pois, este espaço meu, permitiu evoluir, passo a passo, na construção positiva sobre o envelhecer, combatendo desta forma o estigma da idade. Possibilitou espaços para as pessoas idosas partilhar as suas histórias, rever as suas memórias, permitindo (de igual modo) estabelecer uma relação dialógica e humanizada. Por outro lado, consideramos que foi um dos objetivos de maior relevo ou de desafio, neste projeto, pois foi possível realizar de uma forma mais sistematicamente sessões ao longo dos meses, assim como conseguir estabelecer com uma atividade programada. Neste sentido, o Espaço Meu¹⁰, foi uma das ações que não existia no plano de atividades anterior ao período pandémico, e no final do projeto quer pelo número de sessões realizadas, como o número de pessoas abrangidas, viu-se os direitos humanos respeitados enquanto sujeito incluído nas atividades socioeducativas, quantas vezes esquecidas, na cultura institucional pelos grupos dominantes.

¹⁰ Anexo B

CONCLUSÃO

O projeto “Quem eu fui e que posso vir a ser!” começou por aprofundar teoricamente o envelhecimento humano. Este enquadramento teórico, encaminhou a pesquisa para a descoberta de quais as técnicas e/ou metodologias que melhor se adaptavam à Educação comunitária e Educação com pessoas idosas institucionalizadas. Concluimos, a partir do resgate das histórias de vida, narrativas bibliográficas e intervenção grupal, que é possível organizar atividades emancipatórias e significativas para as pessoas possibilitando que estas façam escolhas, tomem decisões, permitindo desta forma, que planifiquem ações e atividades que tenham significado para individuo que reside numa ERPI.

Potenciar a humanização pelas relações interpessoais e o desenvolvimento individual pelo resgate das histórias de vida, foi o fio condutor para o desenho, como para a estratégia, para a planificação e desenvolvimento do projeto. No entanto, conscientes que concretizar integralmente este propósito com todas as pessoas idosas residentes, não seria possível, quer pelo tempo de realização do projeto, como pela individualidade de cada pessoa residente. Consideramos, no entanto, como um dos aspetos positivos a continuidade do mesmo, uma vez que a mestranda, finalizado este projeto de investigação continuará a trabalhar como educadora social, através da intervenção socioeducativa, na presente ERPI.

Durante o percurso deste projeto de investigação, nem tudo correu na perfeição e sem constrangimentos. Os avanços e recuos das estratégias utilizadas, como a redefinição de caminhos a seguir com os atores sociais estiveram presentes ao longo do processo, não obstante de consideramos que foi um projeto com significado para todos os envolvidos, revelou-se ser um trabalho coeso e que gerou mudanças. Concluimos desta forma que tanto para as pessoas idosas como para a equipa de colaboradores, proporcionou-se momentos para uma maior conscientização das suas práticas, das atitudes, dos seus papéis e responsabilidades, relativamente a todos que estavam envolvidos na “casa da ERPI”. Resultou também uma reflexão sobre o estigma do Idadismo, este continua a estar presente na atualidade. Não é exceção neste contexto, onde foi possível constatar que os atores sociais, as pessoas idosas, profissionais e família ainda não conseguiram perceber um novo olhar para o envelhecer prazeroso e bem sucedido. Para esta

temática, seriam aqui chamadas à discussão várias variantes, como uma visão holística que envolveria a própria identidade institucional dos “lares de idosos” (expressão estigmatizada). No entanto, de igual forma também foi percecionada uma genuína dedicação, empenho e envolvimento na missão de cuidar do outro. Os cuidadores formais, os técnicos, as diferentes equipas envolvidas no dia-a-dia destas pessoas, percecionam a necessidade de evoluir quer na formação contínua, como também nas exigências para melhores condições de trabalho para os trabalhadores que laboram no terceiro setor, arriscamo-nos a afirmar que poderá estar em causa “extinção” das IPSS por falta de trabalhadores que desejem continuar este trabalho social de qualidade, no entanto não conseguem responder sozinhas às exigências do mesmo.

É altura de tecer algumas conclusões que, apesar darem uma perspetiva global e integrada do trabalho realizado, não podem, todavia, ser assumidas como verdades absolutas:

- Foi possível reduzir momentos de discussão e aumentar momentos de partilha, escuta e construção de objetivos comuns.
- Foi percecionado pela equipa técnica, a necessidade de mais recursos humanos (R.H) no apoio das atividades socioeducativas para as pessoas com maior dependência, sendo possível verificar mudanças durante o projeto, na gestão dos recursos humanos e no apoio às ações socioeducativas.
- Foi evidenciado pelas pessoas idosas e muito idosas, a vontade, segurança e o prazer de saídas “mais arrojada” à comunidade local. Estes sentimentos não eram comuns existir, e de acordo com os diálogos intencionais com os outros atores sociais, as pessoas recusavam saídas mais longas, ou mesmo não sair para o exterior com a mesma frequência que viveram nos últimos meses.
- Acreditamos que as pessoas idosas, pela participação nas atividades, bem como pelos diálogos de avaliação consideram, neste momento, que o tempo de ócio deverá de ser com qualidade e com uma finalidade no seu projeto de vida. Corroboramos pelas expressões: “Ainda vale a pena fazer estas caminhadas, devagar vou andando e estou a caminhar muito melhor.” Referiu a D. LRD nonagenária (92 anos), nos passeios diários que faz atualmente. Como o S. FRC, também com 91 anos “Ora bem!!! ... o que eu quero é ter saúde e que as pernas não

me falhem para dar umas “voltitas”. (passeia duas a três vezes por semana durante certa de 30mts, no apoio individual- Espaço Meu).

Em jeito de conclusão e de reflexão pessoal, este trabalho de investigação permitiu-me confirmar que existe um caminho a seguir quando balizado no trabalho social nas ERPI. A primeira questão é referente à metodologia de intervenção, em que defendemos que ao escolher a IAP, de forma que os atores possam ter um espaço de verdadeira participação, um espaço de diálogo em que o técnico e os cidadãos se confundem na troca de saberes. Permitindo, desta forma, um trabalho de coconstrução onde poderá germinar um envelhecimento bem-sucedido para a pessoa idosa institucionalizada. Outras das questões é o Idadismo e gerontismo, pouco ou nada falado, a começar pelas instituições académicas ou de educação formal, que contribuem para o perpetuar de uma série de preconceitos e estigmas relacionados com a palavra velho, este já questionado no enquadramento teórico deste trabalho, e conseqüentemente, surge como uma barreira à própria intervenção educativa com as pessoas nesta etapa de vida. Por último, a necessidade ou o compromisso da continuidade do estudo sobre esta temática, de trazer para a discussão uma realidade que todos, mas pelo compromisso ético enquanto trabalhador social, deverá ser pensada e preparada de outra forma. O Envelhecimento faz parte do processo natural de vida, no entanto, continuamos a replicar modelos do passado e não cuidamos da vossa velhice com cuidamos de outras etapas de vida.

REFERÊNCIAS

Araújo, L., Ribeiro, & O., Paúl, C., (2016) *Envelhecimento bem-sucedido e longevidade. Editores Atas de Gerontologia. 2, (1)*, Porto: Universidade do Porto. Visto em: https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/3445/1/2016_Envelhecimento%20bem%20sucedido%20e%20longevidade%20avan%C3%A7ada.pdf

Alves, J. F. A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In Mendes, J. A., & Fernandes, I. (Coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave*, 2002, 372-38. Disponível em: https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=11163

Beauvoir, S. (1990). *A velhice*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira

Boutinet, J.P. (1990). *Antropologia do Projeto*, Lisboa: Instituto Piaget

Brandão. A. M (2007). *Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica*. Publicações em Configurações, (3), 83-106. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9630>

Calado, L. (2014). *A Velhice a realidade incômoda*. Disponível em: <https://www.academia.edu/8596815/>

Carrilho, M. J. & Gonçalves, C., (2007). Envelhecimento crescente, mas espacialmente desigual. *Revista de Estudos Demográficos. Instituto Nacional de estatística (INE)*.(40) p. 21-37
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=5992992&PUBLICACOESmodo=2

Cembranos, F., Montesinos, H., & Bustelo, M. (1988). *La animación sociocultural: una Propuesta Metodológica*. Madrid: Editorial Popular.

Cornaton, M. (1979) *Grupos e Sociedade. Introdução à Psicossociologia*. Lisboa: Editorial Veja

Correia, M.R, (2009) *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade*. São Paulo: Editora UNESP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/109097>

Coutinho, C. e Sousa, A. & Dias, A. (2009). *Investigação-ação- metodologia preferencial nas práticas educativas. Revista Psicologia Educação e Cultura. XIII, (2)*. Instituto de Educação, Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10148>

Corona, L (7 de julho de 2022). IPSS. Sem recursos, as instituições não podem prestar serviços. *Jornal digital da Renascença*. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/religiao/2022/06/07/ipss-sem-recursos-as-instituicoes-nao-podem-prestar-servicos/287561/>

Cuche, D. (2006). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século Edições.

Despacho 12427/2016. *Cria um grupo de trabalho interministerial para apresentar uma Proposta de Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável, e define a sua composição*. Diário da República n.º 199/2016, Série II de 2016-10-17, 30783-30784. Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/12427-2016-75533168?_ts=1651449600034.

Despacho 12427/2016. *Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável – 2017-2025. Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial*. Disponível em: <https://www.anmp.pt/wp-content/uploads/2020/03/198a.pdf>

Dias, I. (2017). Envelhecimento e violência contra idosos. *Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, 15, 249-273. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2391>

Espírito Santo, J. &. (9 de 01 de 2022). Os trabalhadores e as trabalhadoras das IPSS. *Esquerda Net*. Disponível em <https://www.esquerda.net/dossier/os-trabalhadores-e-trabalhadoras-das-ipss/78748>

Freire, P. (1979). *Conscientização. Teoria e prática da libertação*. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes.

Gentili, P. (2018). Inventar outras Ciências Sociais. In Santos, B. S. *Construindo as epistemologias do Sul. Volume 1: Para um pensamento alternativo de alternativas. Antologias del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño*, 13-16. Buenos Aires: CLACSO.

Grinberg, A., Grinberg B. (1999). *A arte de envelhecer com sabedoria*. São Paulo. Nobel

Guerra, C. I. (2007). *Fundamentos de Uma Sociologia de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais*. Estoril: Príncípa.

Guerra, P. e Santos, M. (2013). *Relações entre o Estado e a sociedade: uma diacronia pelo terceiro setor em Portugal*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/81591>

Instituto da Segurança Social, I.P. (2005) *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das pessoas mais velhas*. Lisboa: Instituto da Segurança Social
ISBN 972-99152-5-3. Disponível em:
<https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/registo?1568431>

Instituto Nacional de Estatística. 19 mar. 2009. "*Projeções de população residente em Portugal, 2008-2060*". Disponível em
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=66023625&att_display=n&att_download=y

Leite, P. P., & Fantasia, A. (2013). As Narrativas Biográficas e as metodologias de investigação- ação sobre memória e o esquecimento. *5th European Conference on African Studies: African dynamics in a multipolar world (ECAS 5)*. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa. ISBN: 978-989-732-364-5. Disponível em:
https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/ppl_as-narrativas-biograficas-e-as-metodologias.pdf

Lima, A.M.; Silva, H.S.; & Galhardoni, R. Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 12, (27), 795-807. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/icse/a/gZJj8GhfrcVG4cPfgCWpTHM/abstract/?lang=pt>

Lisete, S., Valentim, R., Paulo, A., & Pedro, M. (2017). A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Atas Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, v. 3, 724-724. Disponível em <https://proceedings.ciaiq.org>

Lopes, L., (2007). Envelhecimento activo: uma via para o bem-estar. *Fórum Sociológico, serie II*, (17), 65-68. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/1579>

López, C. & Loría, M. (2017). Vulnerabilidad educativa: Un estudio desde el paradigma socio crítico. *Praxis educativa*, 21, (1), 46-54. Disponível em:
http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0328-97022017000100005

Mendes, I. (2022). Freire: O/Um educador social rebelde. *Sinergias ed*, (13) 9-25. Disponível em: <https://sinergiased.org/freire-o-um-educador-social-rebelde/>

Mendes, I. (2018). São pássaros que desejam voar, não lhes cortem as asas: educabilidade dos adultos seniores". *Revista Praxis Educare*, (5), 2-22, APTSES. Disponível em:
<http://www.aptses.pt/revista-praxis-educare/#1601561181686-ea425823-75be>

Mendes, I., Pinheiro, A. & Vieira, I. (2014). Autores e Escultores num tempo que teima ir contra a História: dois projetos em contexto de educação de adultos. *Comunicação no XXVII Congresso Internacional de Pedagogia Social*. In Delgado, P. Barros, S, Serrão, C., Veiga, S, Martins, T., Guedes, A.J., Diogo, F. Araújo, M.J. (Coord). *Pedagogia / Educação Social - Teorias & Práticas. Espaços de investigação, formação e ação*. 52-56. Repositório

Científico do Instituto Politécnico do Porto. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/10169>

Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e “Palavras mundo”. Novo e velhos desafios éticos. metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*. (54), 65–84, 2019. DOI: 10.34626. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/?q=publication/revista-educa%C3%A7%C3%A3o-sociedade-culturas/edition/educa%C3%A7%C3%A3o-sociedade-culturas-54>

Müller, V.; Rodrigues, & P. (2002). *Reflexões de quem navega na Educação Social: uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá: Clichetec. Disponível em

<https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v3n1p77-88>

Nascimento, M. (2021). A velhice segundo Simone Beauvoir: Considerações para uma gerontologia do envelhecimento. *Corpoconsciencia*, 25, (3), 237–250. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/12055>

Neto, J. (2012). O compromisso ético do Educador Social. *Revista Lusófona de Educação*. 22, (22) 55–67. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/>

Netto, M. P (2002) O estudo da velhice no séc. XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: Freitas, E.; Neri, A.; Cançado, F.; Gorzoni, M.; & Rocha, S. (org.) *Tratado de geriatria e gerontologia*. p. 2-12. Rio de Janeiro: Guanabara Kroogan. Disponível em <https://www.doccity.com/pt/o-estudo-da-velhice-no-seculo-xx-historico-definicao-do-campo-e-terminos-basicos/4723049/>

Oliveira. C., M., (2014). *Práticas de Lazer dos Idosos fora do Centro de Dia- Um Estudo Caso* Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade do Minho. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/29303>

Organização Mundial de Saúde (OMS). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*. Disponível em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf?sequence=6

Paúl, C. (2017). Envelhecimento activo e redes de suporte social. *Sociologia – Revista da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, (15). 275–287 Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/issue/view/181>

Quintão, C. (2011). *O Terceiro Setor e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar*. Instituto de Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54358>

Régio, J. (1955). *Poemas de Deus e do Diabo*. Lisboa: Portugália

Rodrigues, C. (2014). *Perfil dos cuidadores formais de idosos e motivos para a função: estudo caso*. Dissertação de Mestrado em gestão das Organizações. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Disponível em: http://repositorio.ipv.pt/bitstream/20.500.11960/1141/1/Catarina_Rodrigues.pdf

Serrano, G. P. (1989). *Elaboração de Projetos Sociais*. Porto: Porto Editora

Timóteo, I. (2010). *Educação Social e a relação de Ajuda. Representações dos Educadores Sociais sobre as suas práticas*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de Évora.

Timóteo, I. & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentido. *Revista Sensos*, 2 (1) 11-26; Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico do Porto. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/6296>

Valença, T. D. C., & Reis, L. A. (2015). Memória e história de vida: dando voz às pessoas idosas. *Revista Kairós Gerontologia*, 18 (2), 265-281. São Paulo: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/issue/view/1417>

APÊNDICES

APÊNDICE A – AS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento!

Hannah Arendt (1979)

1. HISTÓRIA DE VIDA E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS– TÉCNICAS QUE FUNDEM A CIÊNCIA MODERNA

Segundo o INE a evolução demográfica em Portugal caracterizar-se por um aumento do grupo etário dos mais velhos, acompanhado por uma drástica redução demográfica da população mais jovem. De acordo com as projeções: “Para o aumento esperado da percentagem da população idosa contribuirá sobretudo a tendência de evolução da população mais idosa, com 80 e mais anos de idade, que poderá passar de 4,2% do total de efetivos em 2008 para valores entre 12,7% e 15,8% em 2060, consoante o cenário analisado, evolução que resulta sobretudo do aumento da esperança média de vida” (INE, 2009).

Mediante este contexto, a população será mais envelhecida. Neste sentido reiteramos a necessidade e relevância científica bem como social, de se investigar e conhecer as vivências desses indivíduos, como eles enfrentaram, e se adaptaram, ao envelhecer, analisando os vários aspetos que estão envolvidos neste processo e indo além do fator biológico (Valença, & Silva, 2011). Consideramos que o recurso às técnicas das histórias de vida e das narrativas biográficas, serão pertinentes para a investigação das ciências sociais, uma vez que se espera, num futuro próximo, ter um número cada vez mais significativo de pessoas idosas na sociedade, porque, a partir das narrativas dos sujeitos que pertencem atualmente à população idosa, com a “sua história”, experiências e vivências, é possível provocar um novo paradigma que contradiga o atual, onde envelhecer para muitos (pessoas idosas, família e comunidade) é entendido com um problema. Acreditamos na utopia de uma ancianidade prazerosa na volúpia das suas opções de um envelhecer escolhido e “bem vivido”.

Na investigação sociológica o recurso à história de vida como matéria-prima é inaugurado pelo estudo de Thomas e Znaniecki (1918-1920), referido por Brandão (2007).

Consideramos, para a presente processo de investigação, compreender a partir das técnicas da história de vida e narrativas biográficas, contribuem como vantagens e/ou desvantagens para um projeto de investigação-ação participativa; perceber que fenómenos poderão existir, nos regates de histórias individuais, para a identidade pessoal e (re)construção identitária da pessoa idosa, quando integrou e que agora vive numa estrutura residencial para Idosos.

A velhice é uma etapa de vida marcada por diferentes desafios pessoais e sociais. “Em meio a uma sociedade onde a tecnologia, o consumismo e a individualidade se mostram cada vez mais presentes, a experiência de escutar a história de vida das pessoas ocupa um espaço demasiadamente reduzido. Principalmente, quando quem fala é a pessoa idosa que é, muitas vezes, compreendida pela sociedade como ultrapassada, frágil e incapaz.” (Valença & Reis, 2015, p. 265)

O questionamento às ciências sociais, sobre a natureza do conhecimento produzido, por Boaventura de Sousa Santos, é um debate de referência e inspiração de um amplo coletivo de cientistas e ativistas espalhados por todo o mundo. (Gentili,2018). Reforça o mesmo autor que Boaventura de Sousa Santos é muito mais do que um sociólogo português empenhado em interpretar.

Leite & Fantasia (2010), no artigo “As Narrativas Biográficas e as metodologias de investigação- ação sobre memória e o esquecimento” salientam, o trabalho do sociólogo Boaventura Sousa dos Santos, na sua crítica ao paradigma científico eurocêntrico. Em “epistemologias do Sul” , o sociólogo refere um processo de investigação que parte da inclusão dos atores locais para a produção de conhecimento, neste sentido Fantasia & Leite (2010) referem: “A integração das narrativas biográficas nos processos de investigação constitui uma proposta metodológica do empirismo crítico que desloca o centro de produção de conhecimento para os objetos de investigação, permitindo ultrapassar os bloqueios e os desvios da observação do real por partes dos atores científico.” (p.1)

Brandão (2007) no âmbito do seu estudo sobre a entrevista de história vida (H.V) levanta questões teóricas e epistemológicas relativamente à legitimidade de utilizar as H.V como explicações comuns, no entanto existe alguns autores que pela análise e interpretação da

informação recolhida na entrevista de H.V validam esta possibilidade. Leite & Fantasia (2010) consideram que ao integrar as narrativas na investigação das ciências sociais permitem a construção e envolvimento na mudança e conhecimento “coletivo”, ou seja, entre o sujeito observado e o investigador que observa: “Ao deslocar a produção do discurso para os próprios sujeitos, as narrativas integram a diversidade dos olhares do mundo, as pluralidades das experiências. Estas narrativas, trabalhadas pelo investigador, permitem a integração de outras vozes na produção da racionalidade. A construção do conhecimento torna-se um processo de diálogo intersubjectivo.” (p. 1150)

Apresentar a emancipação social nas construções solidárias, assomadas a partir de diálogos construtivos, foi o pretendido na narrativa do livro “As epistemologias do Sul”, referem os mesmos autores, numa análise ao trabalho da antologia do sociólogo Santos (2020).

De igual forma Brandão (2007) refere que o método da história de vida revigora “autodescobertas” na oralidade sobre a “sua história”. Uma história de vida é sempre individual e única, refere o autor. É contada a partir da perspectiva do autor, à luz da sua experiência. É uma história do individuo em particular, é uma narrativa do que a memória lhe permite. Do que o sujeito quer contar sobre si.

O autor afirma que as histórias de vida são expressas e pensadas à luz da visão única e particular do mundo e de si mesmo, assente no conhecimento espontâneo que tem de ambos. Assim H.V incluem um investimento emocional do narrador, porque se trata da sua própria vida, é a visão central de sustentação do EU. Não é unicamente a junção de fatos e a relação entre eles, não se trata apenas de um relato desinteressado: “é um relato dotado de uma afetividade particular justamente porque é através dele que o ator se reconta e se reafirma como entidade distinta das demais. (Brandão, 2007. P.2)

As narrativas biográficas, reforçam de igual forma o processo de transformação pessoal e visão do mundo, quer para o investigador como para o sujeito observado. Leite & Fantasia (2010) referem que o “ processo de produção de conhecimento, desde a recolha dos dados, da escolha dos processos de registo, a experiência das narrativas, os trabalhos de validação e análise dos resultados, bem como a construção dos processos de comunicação e

devolução do conhecimento traduzem uma prática em que o investigador se envolve, transformando-se a si próprio.” (P.1150) Os sujeitos implicados numa relação dialógica de mútua de construção: “Por outro lado, se a relação entre o sujeito que observa e o objeto que é observado é reflexiva, (ciência como processo de interação comunicativa) a sua expressão, como processo comunicativo, é dialético. Isto é: o que é narrado, ainda que seja reportado a outro tempo e a outro espaço e refletido sobre outras experiências; não deixa de constituir uma ação que transporta um potencial transformador. O potencial da ação como possibilidade, advém da sua relação com a adequação e conformidade ao contexto e aos papéis dos diferentes atores sociais.” (Leite & Fantasia, 2010, p. 1150).

Diversas abordagens das ciências sociais e humanas têm “discutido” ao nível científico sobre a problemática e interesse sobre as narrativas bibliográficas. (Leite & Fantasia ,2010). A problemática tem vindo a ganhar espaço na reflexão, de como o sujeito e o investigador são implicados nas narrativas. Especialmente a forma que o investigador, narrador de si mesmo, está implicado na construção duma memória de si. Existe um processo de formação dessa mesma consciência e das suas ações.

No artigo o autor contextualiza historicamente as narrativas biográficas. Nos anos sessenta a historiografia inglesa inicia uma abordagem metodológica através da História Oral (HO). O resgate de memórias e movimentos sociais dos operários, através de entrevistas aos indivíduos que testemunharam aos acontecimentos. Na mesma década os movimentos de independências que surgiram em África, permitiram o desenvolvimento das metodologias sobre a HO. De acordo com a época a metodologias de HO eram aplicadas “às comunidades sem história”, a História era sinónimo do “domínio da escrita”. Refere Leite & Fantasia (p. 1152), “Quem não dominava os instrumentos simbólicos da notação escrita era considerado primitivo, e através dessa operação mental legitimava-se os processos de hegemonias coloniais que o conceito de civilização transportava. Em nome da civilização geraram-se inúmeros processos de violência e destruíram se inúmeras formas de saberes, formas de estar, e perderam-se inúmeros processos e técnicas de transformação, que as comunidades em todo o mundo tinham acumulado.” A UNESCO nos anos setenta, vem reforçar a importância da defesa das políticas culturais para o resgate de tradições, a título de exemplo, esta é prática corrente nos territórios africanos e americanos, através da

recolha e registo de tradições orais por diversas formas, como por via dos contos tradicionais, por via da música, da dança ou do trabalho (Leite & Fantasia, 2013).

Na antropologia e na educação, no século XXI, confirmar-se uma eleição dos métodos das narrativas e história de vida, “podemos verificar igualmente uma “apropriação” desta metodologia qualitativa para abordagem da relação de subjetividade construída pela “história de vida” como processo formador.” (Leite & Fantasia, 2013). Esta metodologia de trabalho de pesquisa e recolha de informação permite trabalhar a partir de problemáticas de intersubjetividade. A interpretação desta mesma intersubjetividade, onde o confronto da visão do real e a “descodificação “dessa mesma informação pelos sujeitos implicados no conhecimento, marca a diferença da relação tradicional entre sujeito- objeto. “A problemática da intersubjetividade parte do confronto do olhar sobre o real a partir da interação entre os sujeitos produtores de conhecimento perante a consciência do seu próprio conhecimento. Trata-se de procurar uma relação dialética de superação. Uma relação que ultrapassa a relação tradicional entre o sujeito-objeto que funda a ciência moderna, bem como não se satisfaz pela busca do conhecimento pelo conhecimento.” (Leite & Fantasia p. 1153).

Brandão, relativamente às questões que diferenciam a relação entre os sujeitos de produção de conhecimento da ciência moderna da tradicional, refere que a herança positivista da sociologia está na base da origem das críticas relativas quer ao método de casos, quer da história de vida, habitualmente remetidos ao estatuto “menor” de método e técnica exploratórios, e aponta esta crítica ao uso exclusivo e único na investigação sociológica. As críticas, são plausíveis quando está em causa a utilização única do método da H.V como método principal de recolha de dados. Brandão.

Brandão (2007) coloca em discussão questões em torno do estatuto da história de vida, como material fundamental de investigação, e também como segunda questão” (...) é saber o que é que a história de vida permite e não permite saber. Quais fenómenos que se pretendem estudar. Como qualquer outra técnica de investigação, o método possui potencialidades e limitações próprias.” (2007, p.3).

Leite & Fantasia, 2013) afirmam que a narrativa é um enunciado comunicacional. O emissor produz um discurso em função do destinatário. Mesmo se tratando de uma reflexão privada ela é a consciência do social. Reforçam que a metodologia quer por parte do investigador, seja por parte do objeto de investigação, não existe neutralidade na representação. São as "leituras" à luz dos seus olhares sobre o meio social, sobre a visão do mundo. É puramente retórica, que neste saber individualizado e subjetivo é puramente individualizado, pois este saber traduz uma experiência comum reflexo de um social e/ou coletivo. "Se devemos acreditar que até no nosso ato mais individual e solitário a nossa sociedade está presente (cf. Durkheim, 1996), é ainda através da nossa consciência e das nossas experiências individuais que ela se manifesta". (Brandão, 2007, p.5)

As narrativas biográficas, contrariamente às narrativas hegemônicas que comprovam e reproduzem uma coleção de elementos (Fantasia & Leite, 2013), como método qualitativo, as narrativas provocam o processo de mudança em si mesmo. Com a narrativa biográfica o discurso científico transfere-se para os sujeitos, estes protagonistas da ação. "Esta metodologia da investigação-ação tem-se mostrado adequadas à recolha de informação original acerca de situações ou de atores em processo, à concretização de conhecimentos teóricos obtidos através do diálogo entre os investigadores e os membros das comunidades analisadas, e permite criar soluções adequadas aos problemas com que a comunidade se defronta. Como resultados da investigação-ação verifica-se o envolvimento dos membros das comunidades e o aumento da motivação para a mudança. A investigação-ação torna-se um processo de transformação que dá um indicador da utilidade do trabalho de investigação." (Fantasia & Leite, p.1155).

2. GRUPOS DE DISCUSSÃO & REUNIÕES DE GRUPO

De acordo com o já referido anteriormente, o recurso a técnica de focus group foi considerada essencial neste projeto pelos resultados ou benefícios que poderá ter para os atores sociais envolvidas. Devido a proximidade que já existia entre o trabalhador social e as pessoas residentes, anterior à proposta de projeto de investigação, consideramos que possibilitou uma maior envolvimento e empoderamento das pessoas idosas residentes. No entanto classificar enquanto instrumento metodológico, a sua natureza e a aplicabilidade

no campo da investigação nas ciências sociais, é outro dos pontos importantes no enquadramento teórico que orienta e elucida o presente relatório de projeto.

As diferentes disciplinas das ciências sociais começam a ter um olhar mais atento aos grupos e as suas dinâmicas, a partir do momento que perceberam a sua importância no desenvolvimento no indivíduo (Cornaton, 1979). Consideramos importante recorrer à técnica do focus group com as pessoas idosas institucionalizadas, considerando-o como um eixo facilitador, para um bom ambiente relacional entre as pessoas e grupos que interagem entre si no meio institucional.

Para falar sobre do que se trata o focus group, é basilar falar sobre o que é considerado um grupo. Para Michel Cornaton (1979), "(...) membros de um grupo partilham os caracteres culturais comuns para o estabelecimento das comunicações (...)" (Cornaton, 1979, p. 42). O mesmo autor acrescenta que o grupo é "uma unidade coletiva real, mas parcial, diretamente observável e baseada em atitudes coletivas contínuas e ativas, (...)" (Georges Gurvitch, 1979, como citando em cornaton, 1989, p, 42). Desta forma podemos definir o grupo como um conjunto de seres humanos que estabelecem relações recíprocas.

Uma vez que as pessoas idosas residentes em contextos de ERPI(S), partilham de espaços e rotinas comuns, e por outro lado, sendo visível, no desenrolar deste processo de investigação, que as relações interpessoais são muito presentes, formando assim um grupo. Acreditamos que a técnica focus group/grupos de discussão poderão ser facilitadores em diferentes dimensões para a sua coesão.

Neste sentido consideramos urgente que pelas práticas não formais de educação em contextos institucionais, deva existir espaços que permitam às pessoas expressarem as suas opiniões sobre assuntos comuns, discutam positivamente sobre "problemas" que possam surgir na "rotina institucional" e falem sobre o que é importante para elas. De acordo com Fabra & Doménech nas reuniões de focus group "(...) a discussão não tem como objetivo a chegada a um consenso entre os participantes, mas possibilitar um amplo leque de opiniões e de pontos de vista" (Fabra & Doménech, 2001, p.33).

Galego & Gomes (2005) refletem sobre a inserção do focus group, no quadro das metodologias investigativas, e sobre as relações estabelecidas entre investigadores e investigados, e de igual forma, descrevem os aspetos históricos da origem e modo como era aplicado inicialmente, esta técnica e/ou método. Os autores invocam que é necessário designar se o focus group pode ser considerado uma técnica ao serviço da investigação científica, ou se por outro lado, "ultrapassa esse limite e pode ser classificado como um método de investigação" (Galego & Gomes,2005).

Galego & Gomes (2005), referem que as raízes históricas do focus group encontram-se nos trabalhos do cientista Robert King Merton, no ano 1941. No entanto a utilização efetiva, como recolha de dados e registo de dados, por parte dos cientistas sociais aconteceu a partir do ano 1980.

Robert King Merton, desde o ano de 1930, vinha a desenvolver um sistema que consistia em fazer um conjunto de perguntas fechadas a um grupo restrito de pessoas, pedindo que posteriormente justificassem as suas respostas, tendo em vista novas linhas de reflexão. Merton fazia parte de um grupo de cientista que consideravam que as perguntas fechadas nem sempre proporcionavam a chegada às respostas mais exatas, pois entendiam que o entrevistado era limitado pelo controlo exercido por parte do entrevistador, através da natureza das perguntas fechadas feitas por este.

Para além disso, como consequência desta limitação poderia acontecer que involuntariamente os entrevistados na elaboração dos questionários omitissem informações uteis. A comunidade científica considera Merton o "pai" do focus group, desde que a convite de um profissional da rádio, Paul Lazarsfeld, em 1941, este procurou construir uma tabela de respostas a perguntas fechadas, de grupo de pessoas representativas da típica audiência da emissora. Após esta fase, Merton reunia os membros num debate, onde questionava quais as verdadeiras razões das suas respostas. A partir desta experiência, a aplicação da técnica estendeu-se para além dos programas dos Mídea, sendo mais tarde utilizada para os programas de propaganda e treinos militares americanos. (Galego & Gomes, 2005)

O focus group durante um longo período não foi a técnica preferida pelos cientistas sociais, mas a técnica de eleição para o marketing. No entanto os investigadores dedicaram-se a construir formas de recolha de dados que superassem os tradicionais questionários com questões fechadas. (Galego & Gomes, 2005). Na década de oitenta, a realidade altera-se, e o focus group passa a ser extensamente conhecido e aplicado para a abordagem de determinados temas com mais profundidade, revelando determinadas características dos grupos e dos indivíduos que os constituem, dados que outras técnicas não o permitiam revelar.

Galego & Gomes (2005) referindo Saumure (2001) indicam que na atualidade, "(...) o focus group apresenta quatro áreas distintas de atuação, (...) pesquisas de mercado; investigação científica; investigação *nonprofit*; e, investigação-ação participante".

Para as ciências sociais, o focus group tem como finalidade procurar o sentido e a compreensão dos complexos fenómenos sociais, pretensão esta, que é a de qualquer outro tipo de pesquisa de natureza qualitativa, no entanto, na comparação com outras técnicas e/ou métodos, o focus group proporciona uma multiplicidade de visões e reações emocionais no contexto do grupo que estas outras não despoletam. Por ser previamente organizada e dirigida a um determinado grupo, a utilização desta técnica, por um lado poderá ser inibidora da espontaneidade dos membros participantes, mas por outro, permitirá ao investigador maior agilidade e amplitude na recolha de dados, pois poderá observar reações e emoções, que não se asseguram serem reveladas com a utilização de outras técnicas não diretivos como já foi referido.

Na discussão pela comunidade científica, enquanto instrumento metodológico, o focus group, levanta questões como a de saber se este se tratar de um método próprio, ou uma técnica ao serviço de outro método. Etimologicamente, método e técnica são termos de origem grega e apresentam-se indissociáveis. Se o método é o caminho de se chegar a um resultado, a técnica é a arte de caminhar até esse resultado (Galego & Gomes, 2005).

Morgan (1996, 1997) (como citado em Silva, Veloso & Keating (2014) considera o focus group como uma técnica de investigação de recolha de dados através da interação do grupo sobre um tópico apresentado pelo investigador. Nesse sentido, o mesmo autor, defende que

o focus group, além de ser um método de investigação dirigido à recolha de dados, caracteriza-se pela interação do grupo através da discussão que permite a subsequente recolha de dados.

Os autores Galego & Gomes (2005), encaminham a mesma discussão para mais um “dilema” socio-metodológico. Ao apontarem o focus group como um: “(...) diamante em bruto que precisa ser lapidado (...)” (2005, p.176). Referem que quando este for um processo racional aplicado com um conhecimento prévio dos objetivos a atingir e a noção clara das etapas preliminares a aplicar, permitirá obter a verdadeira matéria-prima das entrevistas, e não “(...) um simples aglomerado de informações, (...)” constituindo um verdadeiro saber científico. À luz desta preceptiva, os autores consideram o focus group como uma técnica, que, no entanto, se for aprofundada, poderá transpor a visão de uma técnica para ser classificado como método. Esclarecem, Galego & Gomes (2005) que quando “(...) comportar um conjunto diversificado de técnicas, o focus group, que encerra em si a técnica da entrevista não direcionada e da observação, pode conjugar outras técnicas, como a análise do discurso, que permitam lapidar os dados recolhidos”, e neste sentido poderá também ser considerado um método.

Para permitir o desenlace deste dilema, Galego & Gomes (2005) salientaram que o investigador deverá definir com clareza os limites e os alcances com que aplicará a técnica e/ou método no estudo que irá realizar. Deste modo reforçam como fundamental, determinar a escolha da estratégia metodológica a seguir, ou seja, se o investigador apontar o focus group como a única estratégia de recolha de informação, este passa a ser considerado método, contrariamente, se se trata de um instrumento complementar para “triangular” com outras técnicas, nesta perspectiva é considerado pelos investigadores como técnica.

Consideramos que a real força desta técnica e/ou método, em comparação com outros é não ser simplesmente uma exploração do que as pessoas têm para dizer, mas “(...) providenciar insights quanto às origens de comportamentos complexos e motivadores.” (Silva, Veloso & Keating (2014, p. 178). Por outro lado, os autores citados reforçam que a capacidade de desencadear acordos e desacordo entre os elementos do grupo, é a principal força do focus group.

Galego & Gomes (2005) chamam atenção para o papel emancipador do instrumento metodológico: "(...) no decorrer do processo de investigação o sujeito objeto de observação, vai transformando as suas estruturas cognitivas, através das relações recíprocas que estabelece no decorrer da operacionalização da técnica, autodescobrindo-se e, portanto, emancipando-se." (p. 179). A relação que se estabelece no decorrer da reunião, entre o sujeito (objeto de observação) e investigador proporciona uma possível transformação das estruturas cognitivas do sujeito por ação do diálogo e do debate. Tal possibilidade, aliada à superação da dualidade relacional estanque entre investigador e investigado por via do *modus operandis* específico do processo, dá ao focus group um caráter de inovação.

Coerente com a ideologia de uma intervenção socioeducativa assente numa Educação Social, que de acordo com Muller (2002), não se limita a si mesma quer na técnica e/ou métodos definidos, atrevemo-nos a referir que existe o constante recurso à criatividade e operacionalizar variados recursos, da vivências e identidade cultural do interventor/educador, permitindo dessa forma ultrapassa os limites dos conteúdos e das metodologias, acabando por vezes por desencadear ações mensuráveis à priori, pois a E.S, privilegia as relações horizontais numa ação dialógica, contrariando assim as hierarquizações o "total detentor de todo o conhecimento".

Referindo Timóteo e Bertão (2012), defendem uma E.S. imperativa de uma constante reflexão, uma vez que todo o processo de transformação social assenta numa relação afetiva e coconstruída, desta forma" (...) exige do próprio educador social, enquanto pessoa, uma atitude igualmente reflexiva e capaz de integrar o pensamento crítico com a prática quotidiana" (p. 11).

Para construir um "pensamento crítico da prática quotidiana" é necessário observar, este é o ponto de partida de qualquer conhecimento. O ato de observar em si mesmo, é ter um olhar interpretativo, do lugar que se pretenderá perceber e decifrar. Observar é conhecer de forma direta, os fenómenos que ocorrem num determinado contexto. Poderemos afirmar, desta forma que através da observação, somos capazes de ir mais além do conhecer, de compreender mais e melhor os contextos, as pessoas que dele fazem parte e as suas relações e interações.

De acordo com Lisete, S., Valentim, R., & Paulo, A., Pedro, M. (2017), no método de investigação qualitativa, "(...) Observação Participante possibilita obter uma perspetiva holística e natural das matérias a serem estudadas. (...) (p.724). A observação participante

ousamos dizer que é uma das técnicas primordiais do educador social na sua prática de intervenção. Não se poderá interagir com os outros sem à priori observar. No entanto, a observação participante é “fazer parte”, é partilhar, ouvir, devolver em questões, é experienciar, é decifrar, é viver através do olhar. Reforçamos que mesmo se tratando de uma faculdade natural ao ser humano, observar, este é um ato que requer rigor, que carece de treino e de prática, no processo de investigação-ação participativa.

Corroboramos Correia, (1999) que a:

Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. (Correia, 1999, p. 31, como citado em Lisete, S., Valentim, R., & Paulo, A., Pedro, M. (2017), p. 1).

As conversas intestinais, é outro dos recursos fundamentais na perceção da realidade dos contextos na Investigação qualitativa. Neste presente trabalho de investigação-ação participante, apresentou-se de igual forma fulcral, tal como a observação participante, as conversas. Estas estiveram presentes ao longo de todo processo de desenvolvimento do projeto. Primeiramente, através da observação dos diferentes momentos e comportamentos nas rotinas diárias e diferentes contextos, quer dos elementos da equipa de profissionais, assim como das pessoas idosas residentes, as conversas intencionais tiveram a intencionalidade de interpretar as necessidades sentidas. No decorrer da gradual envolvência dos sujeitos observados, no processo de desenvolvimento do projeto de ação, quando a conversa intencional se conjuga com a observação participante, é possível compreender e surgirem espontaneamente os sentimentos e opiniões sobre as suas inquietações e constrangimentos a serem passíveis de mudança. Neste sentido, o investigador torna-se participante quando alia a observação com a técnica das conversas intencionais, refere os autores Marshall & Rossman (1995, p.728), que:

Um observador é considerado participante quando e integra num grupo e na vida do mesmo. Um importante contraste neste processo é o grau de envolvimento, com as pessoas e nas atividades que se observam. Este método de recolha de dados tem provocado uma discussão sobre o papel ou a posição do investigador enquanto observador participante. O que se reitera é que, num estágio inicial, é conveniente elaborar um plano sobre qual a natureza da participação que se pretende, o que é que vai ser revelado acerca do estudo às pessoas do local, qual a intensidade da participação e o enfoque da mesma (Marshall & Rossman, 1995, citando por Lisete, S., Valentim, R., & Paulo, A., Pedro, M. (2017), p. 728).

No “punhado” das técnicas e metodologias disponível ao investigador, pela preceptiva do paradigma emergente das ciências sociais, como pela investigação qualitativa, é exigido ao investigador um trabalho metódico de “observar e registar”. Uma rotina rigorosa na recolha de notas de campo do que se conhece e do que vai acontecendo, de forma a encruzar as teorias com as práticas do quotidiano das pessoas do contexto em observação. Permitindo desta forma perceber os avanços e recuos, assim como redefinir estratégias e ultrapassar constrangimentos com vista a atingir as metas e objetivos definidos. Desta feita, foram reunidos os pressupostos metodológicos que orientaram presente projeto “Quem eu fui e o que posso vir a ser”, nas diferentes etapas de desenvolvimento do mesmo.

APÊNDICE B – PLANO DE SESSÃO

Data: 10/03/2022	Grupo: ERPI	Intervenção Socioeducativa	Ano: 2022
Dimensão: Treino cognitivo / Marcha	Duração: 60ms	OBS.: O elemento do grupo poderá manter, teve uma boa dinâmica (exceto a D. J.)	
Sessão sensorial – sabores	Observação	Descrição das ações e atividades relacionadas	
<p>Clientes: A- A.” B-M. C-L. D- P- E- C. F- M. B G- J</p> <p>Colaboradora: D. VR</p>	<p>a) Sr B. teve uma boa participação. Colaborou e com facilidade respondeu ao solicitado. A marcha a antecede a intervenção poderá ter colaborado para a disponibilidade</p> <p>b) D. L. fez marcha previamente com a resistência habitual. Foi conseguido ao longo da marcha um diálogo simples, mas continuo. Nas atividades respondeu inicialmente de uma forma assertiva, no entanto não consegui a mesma assertividade ao até ao final. (talvez o grupo seja elevado para conseguir estar sempre atenta e disponível.)</p> <p>c) Participação e assertividade constante. Fez marcha com total disponibilidade. Bastante motivada pelos constantes sucessos à medida das atividades propostas.</p> <p>d) Esteve disponível e participativo. Percebe-se que é um pouco “novo” as atividades para o dia a dia do senhor, embora revela disponibilidade para tenter acompanhar o que é solicitado.</p> <p>e) Participação e assertividade constante. Nem sempre conseguiu acertar no solicitado. No decorrer da sessão ficou mais confusa e postura de irritabilidade.</p> <p>f) Participação e assertividade constante. Sem qualquer dificuldade.</p> <p>g) Não conseguiu acompanhar a sessão pelo ritmo dos restantes elementos.</p>	<p>Aquecimento:</p> <p>- Marcha nas alas interiores</p> <p>- Contar até 30; contar dois em dois; nomear nomes de frutas:</p> <p>Desenvolvimento:</p> <p>- Explicação do objetivo da sessão; explicação e nomeação dos diferentes frutos que estavam na mesa antes de serem cortados;</p> <p>- Foram cortados os frutos (4, maçã, pera laranja e tangerina) na presença dos elementos; agrupados dois em dois (laranja e tangerina ; maçã e Pera) um a um com o prato tapado e sem ver qual o fruto que ia provar, estimulados a descobrir o sabor um a um.</p> <p>- Depois de 2 rondas dos dois grupos de frutos, foi feita uma 3 com um fruto dos 4 de forma aleatória.</p>	

APÊNDICE C – AS AÇÕES E ATIVIDADES



Preparação para a semana Pascal





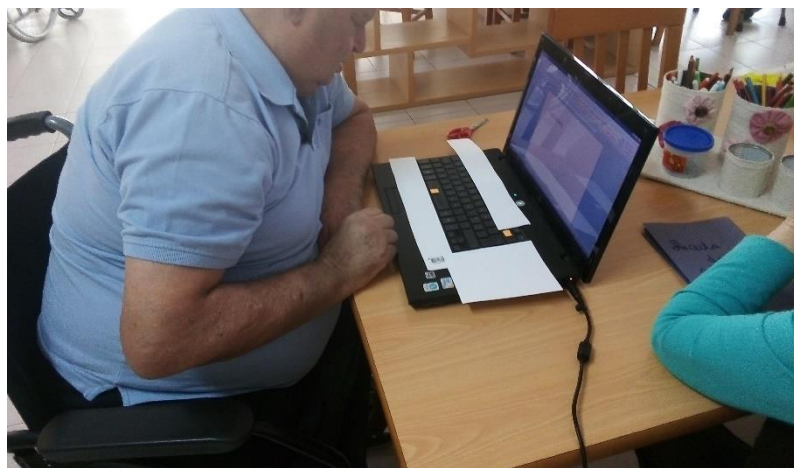
Visita de estudo à Casa Museu Camilo Castelo Branco



Visita a Quinta Pedagogia



Oficina da Escrita



Espaço Meu



Pessoa idosa centenária





Celebração do padroeiro na igreja da paróquia



Espaço Cultura

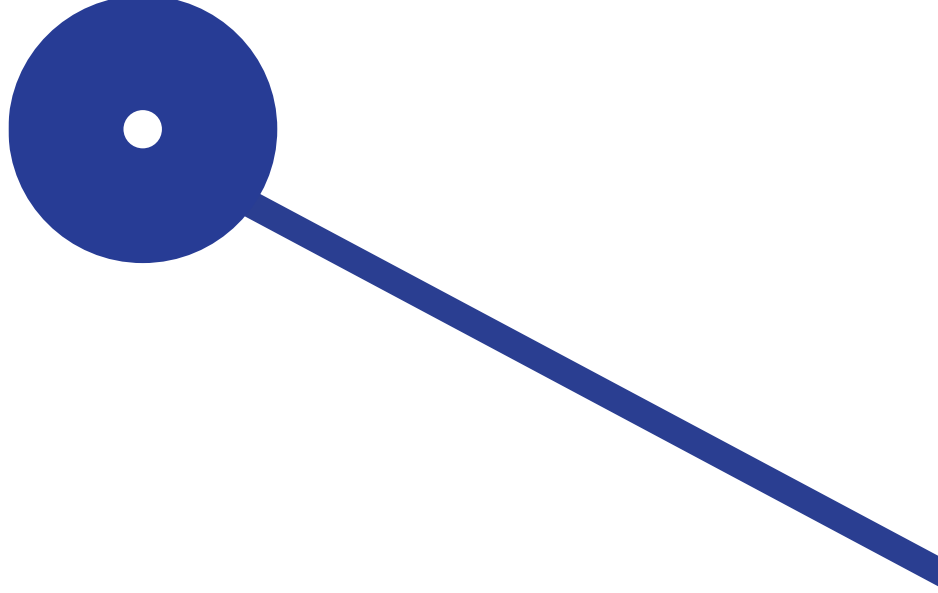


Momentos de trabalho em grupo



Momentos de jogos coletivos





M

MESTRADO
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO

Título
Nome